



PRIMEIRO RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2021

Comissão Própria de Avaliação - CPA/UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CÓDIGO EMEC 575

BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS

Março 2022



COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA- UFMG - 2021)**Presidente da CPA**

Profa. Viviane Santos Birchall (Diretora de Avaliação Institucional)

Vice- Presidente

Micheline Sanches de Souza (Diretora adjunta de Avaliação Institucional)

Segmento Docente

Afonso de Liguori Oliveira
Cristina Gonçalves Alvim
Ernane Ronie Martins
Fabio Enrique Brochero Martínez
Lígia Maria Moreira Dumont
Maria Aparecida Vieira Teixeira Garcia
Cecília Nazaré de Lima
Daniele Nunes Caetano de Sá
Livia Mendes Moreira Miraglia
Maria Rosimary Soares dos Santos
Silvia Ribeiro Santos Araújo

Segmento Técnico-administrativo

Daniele Cláudia Matta Fagundes Zárte
Hasla de Paula Pacheco
Kildrei Alcântara Neri
Luiz Antônio de Faria Fonseca Junior
Vanessa Avelar Capelle Fonseca
Altair Damásio Dias
Gilmar Tadeu de Azevedo Fidelis
Larissa do Nascimento Viana
Luciana Fiuza de Sousa
Paula Christina Fernandes Bruno

Segmento Discente

Marcelo Pereira Queiroz
Samuel Gally Koroll

Membros externos

Profa. Ana Maria Chagas Sette Câmara
Prof. Bráulio Roberto Gonçalves Marinho Couto

Secretaria da Comissão Própria de Avaliação

Priscilla Gonçalves Versiani

Sumário

I	INTRODUÇÃO.....	3
I.1.	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).....	5
I.2.	A CPA da UFMG	8
I.2 -	A Diretoria de Avaliação Institucional.....	10
I.3.	O planejamento estratégico da autoavaliação institucional na UFMG.....	12
II	METODOLOGIA.....	16
II.1.	Processo Global de Avaliação e seus instrumentos.....	16
II.1.1	- Relatórios dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs).....	17
II.1.2	- Monitoramento do Ensino Remoto Emergencial na Graduação.....	19
II.1.3	- Monitoramento do Ensino Híbrido Emergencial na Graduação	20
II.2	- Atividades da CPA	21
II.3.	Elaboração e divulgação dos estudos sobre avaliação	24
III	DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES	25
III.1	- EIXO 1 - Planejamento e Avaliação Institucional.....	26
III.1.1	- Autoavaliação (avaliação interna) dos Cursos de Graduação	27
III.1.2	- Avaliação Externa	31
III.1.3	- Acompanhamento do Ensino Remoto Emergencial (ERE) na UFMG.....	41
III.2	- EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional - Comitê Permanente de Enfrentamento do Novo Coronavírus da UFMG.....	56
III.3	- EIXO 3 - Políticas Acadêmicas	59
III.3.1	- ENSINO DE GRADUAÇÃO.....	59
III.3.2	- Ensino de Pós-Graduação.....	66
III.3.3	- Extensão	75
III.3.4	- Assuntos Estudantis.....	88
IV	- AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE DOS DADOS.....	100
V	- CONSIDERAÇÕES FINAIS	102

I INTRODUÇÃO

Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes, Lei 10.861, 2004) e visa à melhoria da qualidade da educação superior e ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior. Divide-se em duas modalidades:

- **Avaliação externa** – realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), compostas por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios de autoavaliação.
- **Autoavaliação** – realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES.

A autoavaliação tem como objetivos principais:

1. Produzir conhecimentos;
2. Discutir os sentidos do conjunto de atividades e finalidades da IES;
3. Identificar as causas de seus problemas e suas deficiências;
4. Aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
5. Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
6. Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade;
7. Avaliar a relevância científica e social de suas atividades e produtos;
8. Prestar contas à sociedade.

A autoavaliação compreende um autoestudo, tendo como referência as dez dimensões de avaliação institucional do Sinaes. É um processo dinâmico por meio do qual a instituição busca e constrói conhecimento sobre sua própria realidade, ao sistematizar informações, analisar coletivamente os significados e identificar pontos fracos e pontos fortes e propor estratégias de superação de problemas. A avaliação interna ou autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e

renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição.

O processo de autoavaliação da IES é consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidade promover a cultura de autoavaliação e subsidiar os processos de avaliação externa. A avaliação externa exige a organização, a sistematização e o inter-relacionamento do conjunto de informações quantitativas e qualitativas existentes na UFMG, que se tornam visíveis ao serem disponibilizadas no Relatório. Uma visão externa à IES pode corrigir eventuais erros de percepção, atuando como um instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do MEC.

O credenciamento das instituições deve ser renovado periodicamente (artigo 46 da Lei de Diretrizes e Bases Nº. 9.394 de 1996). O credenciamento presencial da UFMG está regulamentado pela Portaria MEC 589, de 13 de março de 2019. A comissão de avaliação que visitou a UFMG, em 2017, emitiu parecer com Conceito Institucional (CI) 5, conceito máximo.

O Instrumento de Avaliação Institucional Externa, instituído pela Portaria Nº. 92 de 31 de janeiro de 2014, trouxe grandes desafios ao processo de autoavaliação. Neste instrumento, percebe-se que a autoavaliação e o PDI assumiram grande centralidade.

A Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES/INEP), com a orientação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), sugere um roteiro para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional (Nota Técnica Nº 65 2014). Esse roteiro serviu de referência tanto para a construção deste **Primeiro Relatório Parcial de Autoavaliação da UFMG, referente ao ano 2021**, a ser submetido no sistema e-MEC até 31 de março de 2022 (1º Relatório Parcial, de acordo com Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65 2014), sendo o primeiro de uma série de três a serem elaborados.

É necessário considerar o contexto em que a CPA trabalhou no ano de 2021. Desde 2020, deflagrou-se a pandemia de COVID19 provocada pelo Corona vírus. A Universidade instituiu um Comitê Permanente de Acompanhamento das Ações de Prevenção e Enfrentamento do Novo Coronavírus que se reúne diariamente para analisar os dados epidemiológicos, acompanhar as ações desenvolvidas e divulgar informações sobre medidas de contenção a serem adotadas na UFMG. A suspensão de atividades presenciais desenvolvidas na UFMG foi progressivamente implementada em 2020,

respondendo ao contexto da pandemia do novo coronavírus. Em 2021, as atividades presenciais mantiveram-se suspensas em sua maior parte durante o primeiro semestre letivo.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi adotado, seguindo orientações da Resolução nº 02/2020 do CEPE, com retomada das aulas do 1º período letivo em 03 de agosto de 2020 e recomposição do calendário acadêmico com término do 2º período letivo de 2020 em 31 de março de 2021. O primeiro período letivo de 2021, manteve em ERE, mas, a partir de outubro de 2021 o EHE foi implementado na UFMG (segundo período letivo de 2021) como uma fase transitória para o presencial. A adoção do EHE foi justificada com base na necessidade de um processo de planejamento para a retomada gradativa do presencial em contexto de pandemia. Nesse sentido, a adoção do Ensino Híbrido para denominar a fase transitória entre o ERE e o presencial também reforçou o adjetivo Emergencial como forma de demarcar o contexto de imprescindível resguardo das vidas na circunstância pandêmica.

Em função deste contexto excepcional que vivenciamos desde março/2020, será dado destaque, ao longo de todo relatório, às ações relacionadas à pandemia de COVID19.

A CPA espera contribuir, através da apresentação de suas análises, reflexões e propostas apresentadas, dar visibilidade ao trabalho e a dedicação das pessoas que participam e constroem a UFMG, buscando a excelência e qualidade na formação profissional, aliada ao compromisso institucional com a inclusão social, a ética, o pensamento crítico, a produção de conhecimentos e a cidadania.

I.1. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A UFMG é uma Instituição de Ensino Superior pública historicamente comprometida com o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e do País. Para consolidar tal missão, procura disseminar suas formas de atuação em áreas geograficamente diversificadas, investindo permanentemente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais. Partindo da compreensão de que a Educação Superior cumpre uma função estratégica no desenvolvimento econômico, social e cultural das nações, a UFMG constrói formas

efetivas de cooperação institucional nos contextos regional, nacional e internacional. Uma das prioridades institucionais consiste na integração entre os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, em que se busca privilegiar os projetos e programas de maior impacto acadêmico e social, com repercussões de caráter local, regional, nacional e internacional. A implementação dessa política advém da compreensão de que a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade constitui um instrumento indispensável para atenuar e, mesmo, superar situações de desigualdade social.

A UFMG disponibilizou em 2021 para entrada nos seus cursos de graduação 100 opções de ingresso distintas, incluindo 6465 vagas em cursos oferecidos em Belo Horizonte, 240 vagas em cursos oferecidos em Montes Claros.

Dessas opções, 62 são para cursos diurnos ou integrais, perfazendo 4400 vagas, e 38 para cursos noturnos, perfazendo 2305 vagas. Deve-se notar que essas 100 opções de entrada se referem a 91 cursos de graduação distintos, de acordo com a definição estabelecida pela Portaria n. 21 de dezembro de 2017 do Ministério da Educação, que estabelece que cada curso presencial de uma instituição de ensino é caracterizado por: (i) nome do curso; (ii) grau concedido (bacharelado, licenciatura ou superior de tecnologia); e (iii) cidade da oferta.

Alguns dados referentes à UFMG:

Território: área total: 8.769.690m². área construída: 639.777m², campi universitários: 04; unidades Acadêmicas: 20; unidades especiais: 03.

Segundo o último Censo da Educação Superior (2020):

População Universitária:

Alunos matriculados na graduação (presencial e a distância): 30.824.

Total de Docentes em exercício: 3.292, sendo 3.046 com Doutorado e 2.960 em tempo integral.

Técnicos e Administrativos em Educação (TAEs): 4.205, sendo 2.215 com pós-graduação.

Ensino de Graduação:

Inscritos: 145.522.

Vagas novas na graduação presencial: 6.754.

Cursos presenciais: 91.

Ensino de Pós-graduação:

90 Programas de Pós-Graduação que envolvem 71 cursos de Doutorado (D), 79 de Mestrado (M) e 11 de Mestrado Profissional (MP) em todas as áreas do conhecimento.

A Tabela I.1 apresenta a evolução dos dados no período que compreende este relatório integral.

Tabela I.1 – Dados UFMG (2019 – 2021)

	Relatório 2019	Relatório 2020	Relatório 2021
População Universitária (alunos matriculados)	31.595 (censo 2018) Presencial: 31.342 EaD: 253	31.414 (censo 2019) Presencial: 31.308 EaD: 108	30.824 (censo 2020) Presencial: 30.756 EaD: 68
Docentes em exercício	3.550 (censo 2018)	3.500 (censo 2019)	3.292 (censo 2020)
Docentes com doutorado	3.153 (censo 2018)	3.196 (censo 2019)	3.046 (censo 2020)
TAEs	4.367 (censo 2018)	4.294 (censo 2019)	4.205 (censo 2020)
TAEs com pós-graduação	2.472 (censo 2018)	2.586 (censo 2019)	2.215 (censo 2020)
Número de cursos presenciais de graduação	91	91	91
Programas de Pós-Graduação	152 -Total 69 (D) 75 (M) 8 (MP)	158 -Total 71 (D) 79 (M) 8 (MP)	90 -Total 71 (D) 79 (M) 11 (MP)

Objetivos da Instituição

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos termos do seu Estatuto, tem por finalidades precípuas a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos imbuídos de responsabilidades sociais, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. No cumprimento dos seus objetivos,

a UFMG mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e mundial, almejando consolidar-se como universidade de excelência e relevância, mundialmente reconhecida.

Missão

Visando ao cumprimento integral das suas finalidades e de seu compromisso com os interesses sociais, a UFMG assume como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como Instituição de referência na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico, da diminuição de desigualdades sociais, da redução das assimetrias regionais, bem como do desenvolvimento sustentável (UFMG, 2018).

I.2. A CPA da UFMG

A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Minas Gerais (CPA-UFMG) é vinculada ao Gabinete do Reitor, com o apoio administrativo da Diretoria de Avaliação Institucional (DAI) e os recursos financeiros necessários à sua atuação, sendo regulamentada pela Resolução CEPE no15/2014 de 23 de setembro de 2014. É constituída por:

- I – o (a) Diretor(a) e o Diretor(a) Adjunto da Diretoria de Avaliação Institucional (DAI), indicados pelo(a) Reitor(a);
- II – 14 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo CEPE, e nomeados por Portaria do Reitor, sendo:
 - a) 6 (seis) servidores docentes;
 - b) 5 (cinco) servidores técnico-administrativos em educação;
 - c) 2 (dois) discentes;
 - d) 1 (um) membro não pertencente aos quadros da UFMG.

A Figura I.1 representa, de maneira ilustrativa, a composição da CPA.

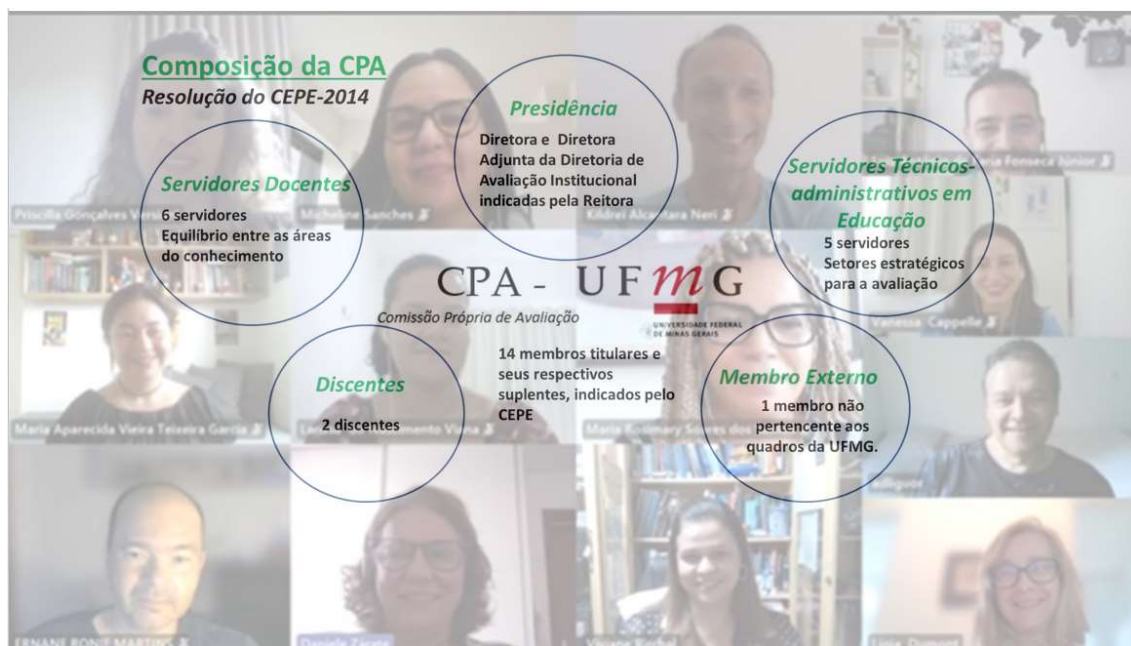


Figura I.1 – Composição da CPA – Imagem obtida em reunião virtual de dezembro de 2021.

Reconhecendo a existência e a legitimidade de diversas iniciativas de autoavaliação que acontecem na universidade, a composição da CPA foi pensada visando a representatividade da comunidade assim como a articulação entre setores essenciais no processo avaliativo na UFMG, bem como a representação de discentes e membros externos à comunidade da UFMG.

Na indicação dos membros docentes são observados o equilíbrio entre as áreas do conhecimento: Exatas e da Terra; Engenharias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes.

Quanto ao segmento dos técnico-administrativos em educação, são convidados para participar servidores que atuam em setores prioritários no processo de autoavaliação (Pró-reitorias de Graduação, Extensão, Recursos Humanos, Diretoria de Relações Internacionais, Centro de Comunicação, Diretoria de Avaliação Institucional).

Em relação ao segmento discente, os alunos são indicados pelo DCE.

Dois professores com ampla experiência em Educação Superior e Avaliação são convidados para participarem como membros externos.

A Comissão possui as seguintes atribuições:

I – sistematizar as informações sobre a Universidade e seus cursos, visando à

implementação dos processos avaliativos definidos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);

II – examinar os resultados dos processos internos de avaliação institucional vinculados ao SINAES e emitir parecer a respeito dessa matéria, para conhecimento da comunidade universitária e da sociedade;

III – solicitar à Diretoria de Avaliação Institucional da UFMG a realização de estudos com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre os aspectos da Educação Superior que interferem nos processos acadêmicos e na qualidade dos cursos oferecidos pela Instituição;

IV – submeter aos colegiados superiores da UFMG os projetos de autoavaliação institucional e o relatório final.

Um organograma simplificado está representado na Figura I.2.

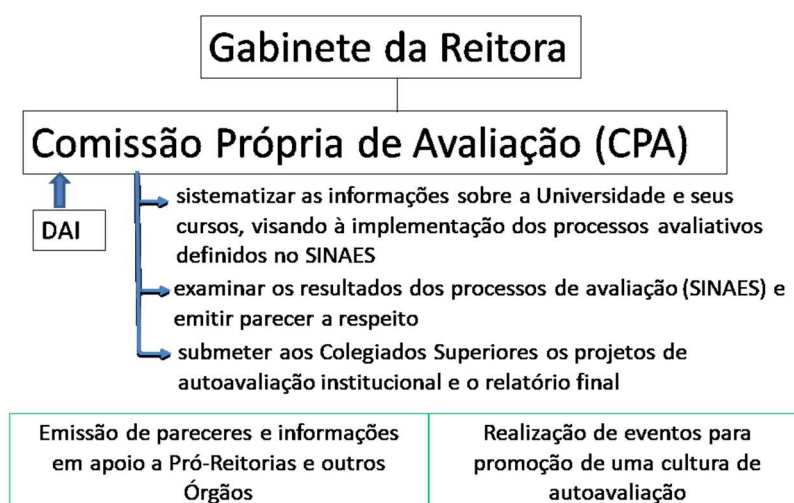


Figura I.2 – Representação do organograma envolvendo a CPA.

I.2 - A Diretoria de Avaliação Institucional

A Diretoria de Avaliação Institucional – DAI – busca coordenar e promover os processos de autoavaliação institucional e dos cursos, sendo também a responsável pela interlocução com o MEC no que concerne às informações sobre a Universidade. É um órgão auxiliar da Reitoria, estando vinculada diretamente ao Gabinete.

Dentre suas principais atribuições está coordenar anualmente, no âmbito da UFMG, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade, os processos de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento dos cursos de graduação e o processo de Recredenciamento Institucional, o Censo da Educação Superior, além de alimentar e manter atualizado o sistema e-MEC, fornecendo os dados relacionados aos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu da UFMG. Também é responsável por disponibilizar, semestralmente, o Questionário Discente de Avaliação do Desempenho Didático Docente, bem como os Relatórios resultantes dessa avaliação. É o órgão responsável pela análise dos indicadores de qualidade da Educação Superior.

Além disso, a DAI fornece apoio administrativo à Comissão Própria de Avaliação da UFMG, que acompanha os processos de autoavaliação na UFMG, conforme estabelecido na Resolução CEPE nº 15/2014, assim como ao Comitê Gestor de Sistematização dos Dados de Egressos da UFMG, de acordo com a Portaria nº 5433/2021 do Gabinete da Reitora.

Desde 2020, em razão da pandemia do COVID-19, a DAI tem contribuído em vários processos, como fornecimento de informações para atendimento de demandas do Ministério da Saúde e Ministério da Educação, tais como: Ação Estratégica “O Brasil conta comigo” (Portaria MS/GM n. 492/2020); sistema de coleta que fornece os dados do Painel de Monitoramento do Coronavírus da Rede Federal de Educação, iniciativa apoiada pelo MEC; Pesquisa Situacional das Atividades Pedagógicas Não Presenciais na Rede Federal de Educação (APNP), dentre outras.

Ainda no contexto pandêmico, a DAI, juntamente com a CPA, participa do Comitê de Monitoramento do Ensino Remoto Emergencial e de ações organizadas pela Prograd voltadas ao ERE e, mais recentemente, participa do Comitê de Monitoramento do Ensino Híbrido Emergencial, modalidades de ensino adotadas na UFMG no período.

Atualmente, a equipe da DAI é composta pela diretora, Profa. Viviane Santos Birchal; pela diretora adjunta, Micheline Sanches de Souza (pedagoga); pelos TAEs Juliana Bárbara Barros Melo, Larissa do Nascimento Viana e Luiz Antônio de Faria Fonseca Júnior; e pela secretária executiva Priscilla Gonçalves Versiani, apresentados na Figura I.3:



Figura I.3 - Equipe da Diretoria de Avaliação Institucional (DAI) em reunião no ano de 2021

I.3. O planejamento estratégico da autoavaliação institucional na UFMG

A Figura I.4 representa as etapas gerais do processo de autoavaliação desenvolvido na UFMG.

O Plano de Trabalho da CPA foi elaborado incluindo as atividades previstas, definição de objetivos, cronograma, distribuição de tarefas, estratégias, metodologia e recursos. Também foram avaliadas as formas de devolutivas e feedbacks às instâncias envolvidas.

A sensibilização buscou o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras e seminários. Na definição de recortes a serem priorizados, a escuta aos NDEs também é considerada.

É importante observar que, na UFMG, todos os membros (titulares e suplentes) são convidados a participarem de todas as reuniões, e tem havido importante colaboração dos membros suplentes.

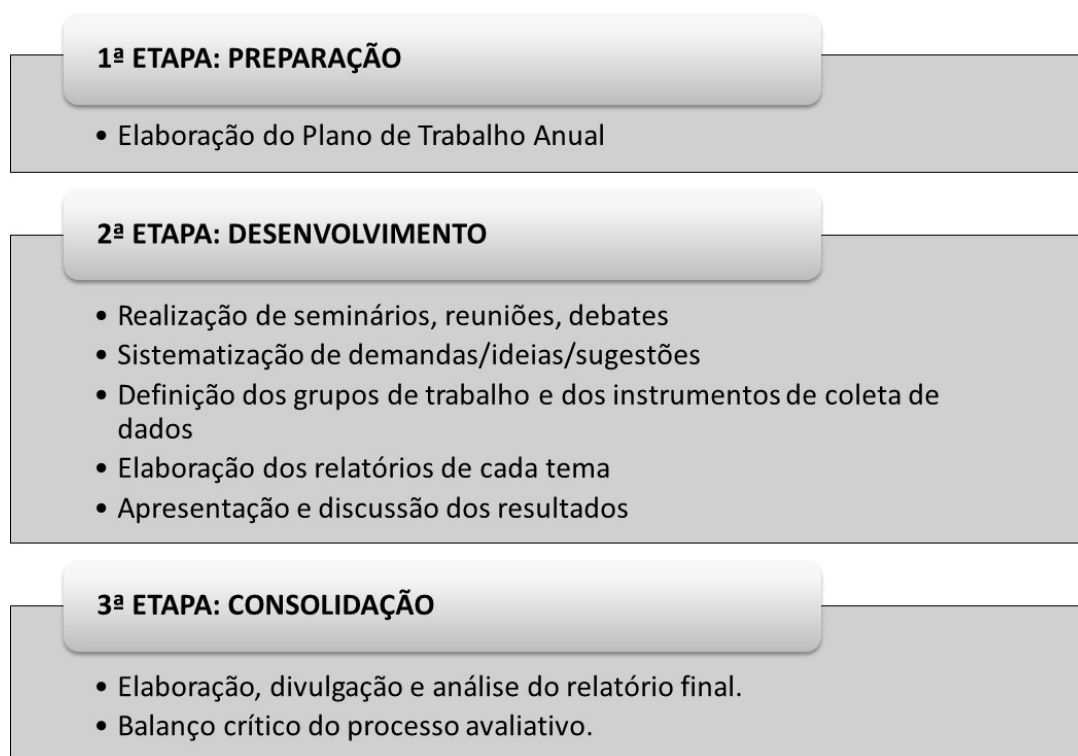


Figura I.4 – Planejamento estratégico da Autoavaliação/CPA

Para os cursos de graduação, há uma importante cooperação entre CPA, Pró-reitoria de Graduação (Prograd), NDEs e Colegiados: a Prograd produz informações sobre os cursos e avalia os resultados produzidos pela CPA, de maneira a obter subsídios para suas políticas de gestão acadêmica; os NDEs e Colegiados produzem informações e análise sobre o curso, chamando a comunidade acadêmica para a avaliação e utilizando os instrumentos disponíveis; e a CPA consolida e analisa as informações das avaliações internas e externas, produz análises, além de também promover a cultura na instituição. Estas instâncias cooperam entre si, permitindo um ciclo avaliativo da graduação retroalimentado. Todo o processo é feito com suporte da Diretoria de Avaliação Institucional que informa, orienta, acompanha e dá acolhimento a estes órgãos. A Figura I.5 ilustra este processo.

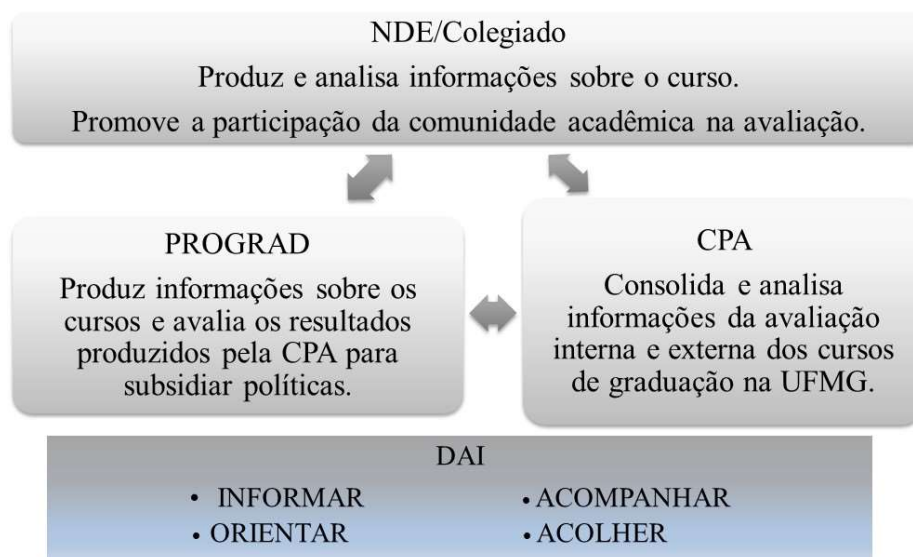


Figura I.5 – Processo de Autoavaliação de Cursos de Graduação da UFMG

Referências Bibliográficas

- Brasil (2004). Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 17/09/2014.
- Brasil (2014). Lei nº 13.005. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e outras providências CONGRESSO, N. Brasília: DOU 2014.
- Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil (2014). Novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Portaria Nº. 92 de 31 de janeiro de 2014.
- Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil (2014). Nota Técnica Nº 65 2014 CGACGIES/DAES/INEP/MEC.
- UFMG (2014). Resolução CEPE nº15/2014 de 23 de setembro de 2014 que regulamenta o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação da UFMG (CPA-UFMG). Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/CEPE/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em 10/01/2019

- UFMG (2018) – Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível em <https://www.ufmg.br/pdi/2018-2023/>). Acesso em 10/02/2019
- UFMG (2020). Resolução CEPE nº02/2020 de 09 de julho de 2020 que regulamenta o ensino remoto emergencial para os cursos de graduação da UFMG durante o período da pandemia da doença COVID-19. <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/CEPE/Documentos/Resolucoes-Comuns>.

II METODOLOGIA

II.1. Processo Global de Avaliação e seus instrumentos

Para análise dos eixos avaliativos apresentada no capítulo III, a CPA utilizou os seguintes documentos, referentes ao ano 2021, como fonte ou instrumentos e procedimentos de coleta de dados:

- Dados estatísticos: censo, cadastro, Capes, questionários de avaliação discente, SISU, Plataforma Sucupira Capes da CAPES;
- Relatórios e estudos sobre o Enade;
- Relatórios de avaliação externa (Relatórios de visitas in loco);
- Entrevistas com pró-reitores e diretores;
- Análise de documentos: PDI, Programa de Gestão “UFMG Pública e Diversa”, Instrumentos de avaliação do Inep, Boletins Informativos, Relatórios da Prograd, etc;
- Grupos focais com professores coordenadores de colegiado e estudantes;
- Relatórios solicitados às Diretorias, Pró-reitorias e setores estratégicos sobre suas atividades no ano de 2021, com avaliação de suas ações, o que serviu para as análises apresentadas no capítulo III, Eixos do SINAES
- Relatórios de Autoavaliação dos Núcleos Docentes Estruturante (NDEs)
- Em 2021, CPA continuou seu trabalho de acompanhamento do Ensino Remoto Emergencial (ERE) elaborando e utilizando questionários, relatórios e levantamentos acerca desse modo de ensino. Além disso, participou da elaboração de metodologia para avaliação do Ensino Híbrido (EHE), implementado no segundo semestre de 2021.

Devido à relevância dos relatórios de autoavaliação dos NDEs nas atividades desenvolvidas pela CPA, detalha-se, no próximo item (II.1.1), no que constituem estes relatórios e metodologia de condução do processo em 2021.

Também se destaca o acompanhamento do Ensino Remoto Emergencial dos cursos de Graduação e do Ensino Híbrido Emergencial cujas metodologias estão apresentadas em II.1.2 e em II.1.3.

II.1.1 - Relatórios dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs)

Atendendo a uma necessidade da CPA de aproximação com os Cursos de Graduação, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) publicou a Resolução de número 10 de 2018, sobre os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), que incluiu a atribuição número V: *“Realizar anualmente uma atividade de avaliação do curso com participação da comunidade acadêmica que resulte em relatório, aprovado pelo Colegiado de Graduação, a ser enviado à Comissão Própria de Avaliação da UFMG.”*

A CPA considera as ações envolvidas nestas atividades têm sido de elevada importância para aproximação entre CPA e NDEs, permitindo intervenções pertinentes, de acordo com a realidade dos cursos.

Anualmente, a CPA apresenta aos NDEs uma proposta de instrumento para formulação destes relatórios. Sempre se destaca a liberdade do NDE em relação ao conteúdo e à forma do relatório, assim quanto ao tipo de atividade a ser desenvolvida (reunião, oficina, seminário, etc) e a forma de participação da comunidade (colegiado, encontro, questionário criado ou existente, próprio do curso, da UFMG ou do Enade, presencial ou virtual). Por exemplo, pode ser definido um tema/recorte mais específico, um relato de experiência, ou um relato mais amplo e geral. Dessa forma, busca-se que o relatório seja significativo para a síntese e análise das atividades desenvolvidas e, principalmente, para o desenvolvimento de melhorias para o curso. O que se busca é evitar que esse relatório represente uma sobrecarga de trabalho, esvaziada de significado para os membros do NDE e participantes do curso.

Na confecção do instrumento, a CPA tem utilizado, como referência, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Inep/MEC.

Para a análise das atividades dos NDEs em 2020 (que se dá pela CPA em 2021), considerou-se a situação atípica deste ano em que, em função da pandemia de COVID19., foi necessária grande dedicação dos Colegiados e NDEs ao trabalho remoto e na adoção de medidas para adaptações ao ERE. A CPA trabalhou juntamente com a Prograd,

formando uma Comissão de Acompanhamento do ERE, como já descrito no Relatório Integral de Autoavaliação Institucional da CPA/UFMG (2018-2020), disponível em <https://www.ufmg.br/dai/a-cpa/>. A Comissão trabalhou não só no monitoramento, mas na elaboração de diretrizes para o ERE.

A CPA considerou que o trabalho mais importante dos NDEs neste ano foi o de adaptar os PPCs, tomar decisões em relação ao ERE e colaborar com os Colegiados na melhor condução dos trabalhos remotos, em todas as suas fases. Diante disso, e reconhecendo as dificuldades e excesso de trabalho durante o regime remoto, a CPA considerou, para fins de análise das atividades dos NDEs em 2020, os relatórios enviados pelos cursos à Comissão de Acompanhamento do ERE (primeira fase de avaliação do ERE), bem como as respostas ao questionário de avaliação fornecidas pelos discentes, docentes e TAEs, na segunda fase do monitoramento.

Ainda assim, a CPA se disponibilizou, caso fosse de interesse do NDE, a receber manifestações, sugestões ou solicitações do NDE a serem consideradas em nosso próximo ano de trabalho.

A Figura II.1 mostra os aspectos abordados nos relatórios desde a implementação a Resolução 2018, segundo propostas da CPA, lembrando-se que a análise dos relatórios de 2020 (monitoramento do ERE) foi realizada em 2021.

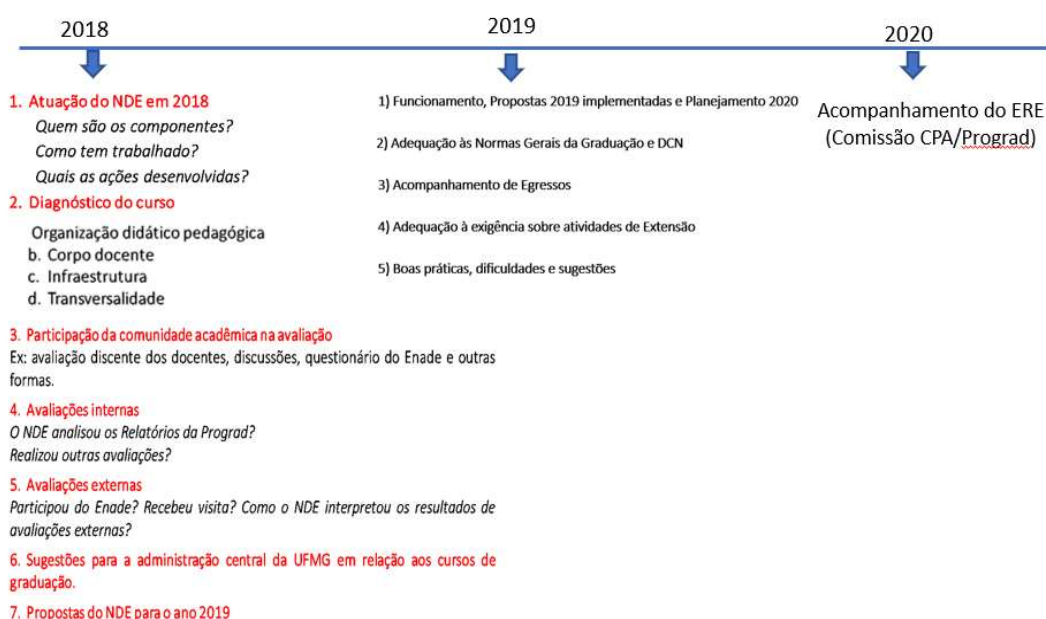


Figura II.1 – Síntese dos aspectos abordados nos relatórios dos NDEs (2018-2020).

É importante destacar que o papel dos NDEs como protagonistas no cuidado com seus PPCs tem sido cada vez mais consolidado, sendo a participação ativa destes Núcleos de grande destaque para os Cursos de Graduação da UFMG.

II.1.2 – Monitoramento do Ensino Remoto Emergencial na Graduação

Com o advento do Ensino Remoto Emergencial (ERE), segundo orientações da Resolução nº 02/2020 do CEPE, percebeu-se a necessidade de um acompanhamento das atividades de Ensino.

A Câmara de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG, considerando deliberação tomada em sua 10ª reunião ordinária de 2020, de 27 de agosto de 2020, por meio da Resolução nº8, de 22 de outubro de 2020, instituiu o grupo de trabalho (GT) para monitoramento e avaliação do ensino remoto emergencial nos cursos de graduação da UFMG. Este grupo também colaborou na elaboração de diretrizes para a implementação do ERE.

Pela resolução foram nomeados docentes conselheiros da Câmara de Graduação, discentes e membros da CPA para compor o GT. Dessa forma, constitui-se um trabalho integrado entre CPA e Prograd para avaliação do ERE. Essa interação Prograd/CPA tem sido uma importante característica para a avaliação dos cursos de graduação.

O processo de monitoramento e avaliação proposto pelo GT foi organizado em três fases.

Na primeira fase, o objetivo foi disparar a discussão sobre o ERE nos cursos da instituição e buscar elementos para subsidiar a elaboração dos instrumentos de coleta de dados da fase 2. Para alcançar esse objetivo foi enviado para cada colegiado de curso e respectivo NDE um formulário exploratório com questões referentes às boas práticas que poderiam ser compartilhadas e aos desafios que estavam sendo enfrentados.

Na segunda fase, o objetivo foi sistematizar as informações sobre o ERE no primeiro semestre de 2020 por meio da aplicação de três questionários, um para cada seguimento da comunidade acadêmica: discentes, docentes e técnicos administrativos em educação (TAEs). Com apoio do CECOM os questionários foram disparados nos meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021, caracterizando assim a avaliação do final do semestre.

Na terceira e última fase, houve a triangulação dos dados da fase 2 com aqueles produzidos rotineiramente pela Prograd e pela CPA.

Esta metodologia levou a uma percepção da condução do ERE pelos diversos atores do processo e permitiu reflexões, ações e compartilhamento de experiências importantes para toda a comunidade da UFMG, inclusive na elaboração de diretrizes para o EHE, que se deu posteriormente.

II.1.3 – Monitoramento do Ensino Híbrido Emergencial na Graduação

A partir de outubro de 2021 o EHE foi implementado na UFMG como uma fase transitória para o presencial, em decorrência do Ensino Remoto Emergencial (ERE) instaurado no período de pandemia. Para tanto foram estabelecidas diferentes normativas (Resolução 05/2021, de 19 de agosto de 2021, do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão e Resolução nº 9, de 02 de setembro de 2021 da Câmara de Graduação) e suportes orientadores (Guia do EHE) acompanhados de amplo processo de diálogo com a comunidade acadêmica por meio de reuniões com diretorias, coordenação de colegiados e chefia de departamentos, além de fóruns abertos com a comunidade acadêmica.

Com base nas orientações para implementação do EHE foi previsto o acompanhamento desse processo a fim de subsidiar o planejamento e a tomada de decisões, articulando conhecimentos sobre as especificidades de cada contexto de ensino na universidade. Novamente foi composto um Grupo de trabalho, GT de acompanhamento do EHE, e foram nomeados docentes conselheiros da Câmara de Graduação, discentes e membros da CPA para compor o GT. Este grupo também colaborou na elaboração de diretrizes para a implementação do EHE.

A abordagem metodológica do monitoramento nos cursos de graduação da UFMG foi planejada incluindo a participação dos coordenadores de colegiados, docentes e estudantes, centrando o foco na realização das atividades presenciais, visto que essa constituía o desafio no EHE caracterizado como uma fase transitória entre o ERE e o presencial em contexto de pandemia. Coerente com essa perspectiva, o monitoramento foi organizado em duas fases com vistas a promover uma avaliação processual da implementação.

Na primeira fase, os objetivos foram promover um acompanhamento exploratório do EHE nos cursos da instituição; estimular ações de monitoramento processual em todas as instâncias e captar a percepção dos coordenadores de cursos sobre as ações implementadas nessa etapa. O processo se iniciou com o envio de um formulário com 12 questões (sete objetivas e cinco abertas) para os colegiados de curso e respectivo NDE

referente à oferta de atividades presenciais informais ou formais. Procurou-se nesse etapa mapear as AACs ofertadas no formato Integralmente Presencial (IP) e Remoto Presencial (RP) a fim de identificar o atendimento realizado às demandas relativas a essas atividades, os critérios estabelecidos para a oferta, as ações de monitoramento implementadas e as considerações sobre grau de facilidade e/ou dificuldade na implementação do EHE. O formulário foi enviado em novembro de 2021 após o primeiro mês de implementação do EHE e disponibilizado até a primeira quinzena de janeiro de 2022.

A segunda fase, em andamento, objetiva sistematizar as informações sobre o EHE por meio da aplicação de dois questionários, um para discentes e outro para docentes. Com apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), os questionários foram disparados na primeira semana de fevereiro de 2022 e ficaram disponíveis para coleta de dados até 25 de fevereiro, final do período letivo.

Os resultados das fases de monitoramento serão analisados e um relatório será produzido em 2022 para avaliação de todo o processo.

II.2 – Atividades da CPA

Em 2021, as reuniões da CPA ocorreram mensalmente, em modo virtual, ao longo de todo ano de 2021. As prioridades foram estabelecidas na primeira reunião do ano, no entanto, considerou-se que a CPA acompanha as mudanças da Universidade que é viva, podendo essas prioridades se alterar de acordo com sua dinâmica, especialmente em contexto pandêmico de ensino. Então, em um primeiro momento, as prioridades consideradas foram:

- Acompanhamento do ERE;
- Planejamento e acompanhamento do EHE, quando fosse possível a implementação;
- Elaboração de Instrumento para Relatórios do NDE, ano 2020 e 2021;
- Análise dos Relatórios do NDE;
- Fortalecimento de políticas para acompanhamento de egressos;
- Valorização da CPA frente à comunidade da UFMG

Já na última reunião do ano, em dezembro de 2021, a CPA realizou um balanço e reflexão das ações desenvolvidas ao longo do ano, além de apontamentos para as metas de avaliação de 2022. A reunião contou com a participação do vice-reitor da UFMG, Prof.

Alessandro Fernandes Moreira, que destacou que o papel da Comissão na Universidade é fundamental, pois identifica as fortalezas, as dificuldades e propõe ações e políticas aos órgãos pertinentes, para a melhoria permanente em vários aspectos. A reunião foi divulgada pelo Boletim da UFMG (<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/comissao-interna-de-avaliacao-da-ufmg-encerra-trienio-com-reuniao-de-balanco>) (Figura II.2).



Figura II.2 – Divulgação da reunião da CPA de encerramento do ano de 2021 – Boletim UFMG (disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/comissao-interna-de-avaliacao-da-ufmg-encerra-trienio-com-reuniao-de-balanco>)

Apontam-se alguns eventos promovidos pela CPA ou com a participação dela, em formato virtual, estando alguns ilustrados na Figura II.3:

- Participação do 15º Fórum de Integração Docente: “Resultados do Monitoramento e Avaliação do Ensino Remoto Emergencial – ERE” (<https://www.youtube.com/watch?v=RXmjNf1UqpE>);

- Organização do 1º Seminário Integração Docente: “Experiências do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação da UFMG” (2021), com 4.500 visualizações;
- Escuta, em reunião da CPA, ao processo de autoavaliação desenvolvido pela UFRGS
- Evento para divulgação do Enade 2021 junto aos coordenadores de curso
- Evento para divulgação do Enade 2021 junto aos estudantes habilitados



(a)



(b)



(c)

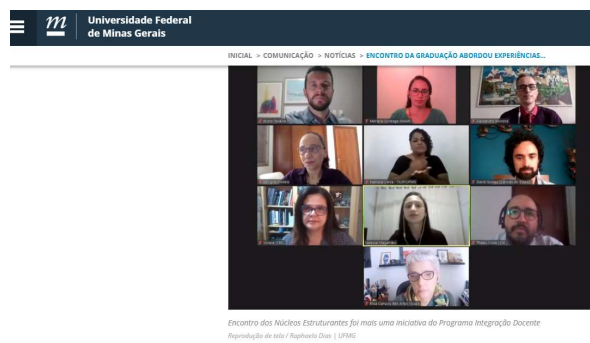


Figura II.3 – Alguns eventos com participação ou promovidos pela CPA: (a) Fórum de Integração Docente da UFMG (<https://www.youtube.com/watch?v=RXmjNfIUqpE>); (b) Escuta à experiência de autoavaliação na UFRGS ([UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais - Experiência da UFRGS com avaliação institucional é apresentada em reunião da CPA](#)); (c) 1º Seminário - Integração Docente da UFMG – Experiências dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) ([Experiências dos Núcleos Docentes Estruturantes \(NDEs\) dos Cursos de Graduação da UFMG - YouTube](#)).

II.3. Elaboração e divulgação dos estudos sobre avaliação

O Relatório da CPA foi elaborado após a discussão dos resultados nas reuniões da CPA. Além de ser submetido ao e-MEC, é divulgado na página eletrônica da UFMG (<https://www.ufmg.br/dai/>), no formato de PDF navegável para facilitar a leitura.

As ações da CPA têm sido divulgadas com auxílio do Cedecom (Centro de Comunicação da UFMG), constituindo importante parceria com CPA nas etapas de divulgação dos resultados e eventos. Os resultados, incluindo sugestões de ações a serem implementadas, vêm sendo apresentados à equipe da Reitoria, Diretorias e outros órgãos e instâncias pertinentes.

Referências Bibliográficas

- Brasil (2004). Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 17/09/2014.
- Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil (2014). Novo Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Portaria Nº. 92 de 31 de janeiro de 2014.
- Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil (2014). Nota Técnica Nº 65 2014 CGACGIES/DAES/INEP/MEC.
- UFMG (2018). Resolução CEPE nº10/2018 de 23 de setembro de 2014 que regulamenta o funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes da UFMG. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/CEPE/Documentos/Resolucoes-Comuns>. Acesso em 10/01/2019

III DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

Neste Relatório integral, os resultados das análises relativas aos eixos avaliativos são apresentados da seguinte maneira:

- Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional, que constitui a dimensão 8: Planejamento e Avaliação
- Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional, nas dimensões 1 e 3: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e Responsabilidade Social. A CPA entende que a Missão, o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Responsabilidade Social perpassam todo o conteúdo do relatório. Ainda assim, neste relatório integral que é concebido durante o período da pandemia de COVID19, compreendeu-se importante destacar o estabelecimento do Comitê Permanente de Acompanhamento das Ações de Prevenção e Enfrentamento do Novo Coronavírus. Outras diversas ações importantes neste sentido aconteceram em diversas instâncias e de diversas maneiras e estarão reportadas ao longo de todo o relatório, em todas as dimensões e eixos apresentados.
- Eixo 3 - Políticas Acadêmicas, na Dimensão 2 — abordando as Políticas para Ensino (Graduação e Pós-graduação) e Extensão — e na Dimensão 3 — abordando a Política de Atendimento aos Discentes. As discussões são apresentadas considerando os relatos avaliativos recebidos da Prograd (Pró-reitoria de Graduação), PRPg (Pró-reitoria de Pós-Graduação), PROEX (Pró-reitoria de Extensão) e PRAE (Pró-reitoria de Assuntos Estudantis).

III.1 - EIXO 1 - Planejamento e Avaliação Institucional

A autoavaliação institucional é sistematizada pela CPA e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Conaes/MEC.

Existem na UFMG, processos de autoavaliação em diversos setores, destacando-se:

- avaliação da Graduação, realizada pela Prograd;
- avaliação da Extensão; realizada pela Diretoria de Avaliação da Pró-Reitoria de Extensão;
- avaliação da Pesquisa e Pós-Graduação, referenciada pelos critérios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC);
- avaliação de desempenho dos servidores, realizada Pró-Reitoria de Recursos Humanos, e avaliação dos Departamentos pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- avaliação do desempenho didático do docente realizada pelo discente, acompanhada pela CPA e DAI (Diretoria de Avaliação Institucional);
- avaliação dos Cursos e seus projetos pedagógicos realizada pelos NDEs;
- relatório de atividades dos NDEs, enviados à CPA
- acompanhamento dos egressos por meio da institucionalização do Comitê Gestor de Sistematização de Dados de Egressos das UFMG

No ano de 2021, destacam-se também o acompanhamento do Ensino Remoto Emergencial e do Ensino Híbrido Emergencial, realizado pela CPA e Prograd.

A CPA se propõe a acompanhar e relatar esses processos avaliativos, compondo um retrato institucional em seus relatórios anuais. Além disso, desenvolveu outros estudos complementares ao processo de avaliação já existente na UFMG.

Neste eixo, explicitam-se os processos de avaliação de cursos de Graduação, tanto avaliação interna e externa realizadas na UFMG. Os outros processos avaliativos serão abordados quando da exposição dos outros eixos aqui apresentados.

III.1.1 - Autoavaliação (avaliação interna) dos Cursos de Graduação

III.1.1.1 – Relatórios de Autoavaliação dos Núcleos Docentes Estruturantes

Em atendimento à Resolução CEPE 10 de 19 de junho de 2018, os NDEs dos Cursos de Graduação enviam à Comissão Própria de Avaliação (CPA) seus Relatórios de Atividades anualmente, desde 2018.

Como exposto na Metodologia, item II.1.1, a CPA considerou, para fins de análise das atividades dos NDEs em 2020, os relatórios já enviados pelos cursos à Comissão de Acompanhamento do ERE em outubro (primeira fase de avaliação do ERE), bem como as respostas ao questionário de avaliação fornecidas pelos discentes, docentes e TAEs, na segunda fase do monitoramento. Os resultados serão apresentados em II.1.3

A CPA, com apoio da Prograd, realizou um evento online no “Seminário de Integração Docente” que aconteceu em 17 de maio de 2021, quando ocorreu apresentação das avaliações realizadas pela CPA. Houve também a apresentação de boas práticas por representantes de NDEs, como troca de experiências. Contou-se, ainda, com a participação de um membro externo à UFMG, especialista em avaliação, que fez papel de “amigo crítico”, pontuando as ações da CPA e dos NDEs. Houve grande adesão, uma vez que a data estava prevista no calendário acadêmico de e o convite foi realizado feito pela CPA e Prograd.

A CPA considera que estes momentos de discussão, reflexão e troca de experiências constituem um espaço para o fortalecimento e discussão sobre as práticas de ensino e fortalecimento da cultura de autoavaliação, alcançando professores, estudantes e técnico- administrativos em educação. É também um momento para reconhecimento e valorização do trabalho dos NDEs.

III.1.1.2 – Questionário de Avaliação dos docentes pelos discentes

O Questionário de Avaliação Discente foi reformulado a partir de uma proposta apresentada por Comissão da UFMG, designada em 2015 (Portaria nº 03 de 05 de março de 2015) e sua versão atual foi implementada no segundo semestre de 2016, seguindo a

Resolução do CEPE nº9/2014. O questionário, disponibilizado semestralmente no período de matrícula, contém cinco perguntas fechadas e espaço para comentários livres. A pontuação em cada item varia entre -2 e +2. O resultado dessa avaliação está disponível para o docente e uma síntese das informações deve compor o relatório individual de atividades docentes. Foi implementada uma mudança nos critérios de avaliação do desempenho didático dos docentes pelos discentes, demanda que surgiu com a aprovação dos novos critérios para promoção e progressão na carreira docente (Resolução nº04/2014 do Conselho Universitário).

A CPA realizou uma extração dos resultados por curso, por unidade e considerando toda a UFMG no ano de 2020, para fins de análise. Em função do ERE, a CPA comparou os resultados obtidos em contexto pré-pandêmico e pós pandêmico, no intuito de perceber a satisfação geral com o modo emergencial. Apresentam-se na Tabela III.1, para fins de exemplificação, os dados referentes à UFMG, em valores médios nestes dois contextos, considerando, conjuntamente, alunos de graduação e pós-graduação.

Os resultados indicaram que não houve alteração considerável nos níveis de aprovação, variando-se em $\pm 5\%$, quando se trata de toda UFMG. Este resultado aponta que a adoção do ERE foi satisfatória, considerando-se suas limitações e seu caráter emergencial.

No entanto, é necessária uma avaliação mais profunda, constituindo os questionários em mais uma ferramenta de avaliação que possa resultar em qualquer intervenção nos cursos e no modo de oferta.

Novamente, aponta-se que um maior cuidado deve ser dado às inadequações, pois trata-se de questões associadas à conduta ética. A CPA realiza ações no sentido de mitigá-las, dentre elas:

- a) Estudar, juntamente à a Ouvidoria da UFMG, avaliar a implementação de um projeto piloto em que se possa realizar uma abordagem mais geral, respeitando o sigilo tanto do aluno como do professor, garantidos pela resolução, nas unidades ou cursos em que se detecte um maior número de inadequações;
- b) Orientar os alunos a encaminhar questões que envolvam violação aos Direitos Humanos (<https://www.ufmg.br/prae/acoes-afirmativas/resolucoes/resolucao-dos-direitos-humanos>) à Ouvidoria da

UFMG (<https://www.ufmg.br/dgi/ouvidoria/>) para que sejam tomadas as providências cabíveis”.

Tabela III.1 – Resultados Globais do questionário de avaliação docente pelo discente – UFMG – Níveis de Aprovação - Dados pré-pandemia (2019/2) e pós- pandemia (2020/2)

Item de avaliação	Percentual de aprovação																
	2019/2	2020/2															
1. A atuação do(a) docente contribuiu para sua aprendizagem? <table border="1"> <tr><td>1.1</td><td>Totalmente</td><td>2</td></tr> <tr><td>1.2</td><td>Muito</td><td>1</td></tr> <tr><td>1.3</td><td>Parcialmente</td><td>0</td></tr> <tr><td>1.4</td><td>Pouco</td><td>-1</td></tr> <tr><td>1.5</td><td>Muito pouco</td><td>-2</td></tr> </table> Toma-se de um indicador da percepção discente sobre a aprendizagem, em relação ao (à) docente responsável pela atividade acadêmica cursada.	1.1	Totalmente	2	1.2	Muito	1	1.3	Parcialmente	0	1.4	Pouco	-1	1.5	Muito pouco	-2	Totalmente + muito = 80%	Totalmente + muito:= 82,5%
1.1	Totalmente	2															
1.2	Muito	1															
1.3	Parcialmente	0															
1.4	Pouco	-1															
1.5	Muito pouco	-2															
2. Quanto ao cumprimento do plano de ensino ou de orientação proposto para esta atividade acadêmica, você considera que: <table border="1"> <tr><td>2.1</td><td>Foi integralmente cumprido</td><td>2</td></tr> <tr><td>2.2</td><td>Foi parcialmente cumprido</td><td>1</td></tr> <tr><td>2.3</td><td>Não foi cumprido</td><td>-1</td></tr> <tr><td>2.4</td><td>Não foi apresentado</td><td>-2</td></tr> <tr><td>2.5</td><td>Não verifiquei o plano apresentado</td><td>Não pontuar</td></tr> </table> “[...] coerência entre a proposta pedagógica do curso e o programa das disciplinas” (§ 1º, art. 47, BRASIL, 1996) - Indicador de desempenho profissional que compõe requisito de avaliação institucional)	2.1	Foi integralmente cumprido	2	2.2	Foi parcialmente cumprido	1	2.3	Não foi cumprido	-1	2.4	Não foi apresentado	-2	2.5	Não verifiquei o plano apresentado	Não pontuar	Foi integralmente cumprido + Foi parcialmente cumprido = 96%	Foi integralmente cumprido + Foi parcialmente cumprido:= 96, 7%
2.1	Foi integralmente cumprido	2															
2.2	Foi parcialmente cumprido	1															
2.3	Não foi cumprido	-1															
2.4	Não foi apresentado	-2															
2.5	Não verifiquei o plano apresentado	Não pontuar															
3. Quanto à assiduidade do(a) docente responsável pela atividade acadêmica desenvolvida, você a considera: <table border="1"> <tr><td>3.1</td><td>Muito boa</td><td>2</td></tr> <tr><td>3.2</td><td>Boa</td><td>1</td></tr> <tr><td>3.3</td><td>Mediana</td><td>0</td></tr> <tr><td>3.4</td><td>Ruim</td><td>-1</td></tr> <tr><td>3.5</td><td>Muito ruim</td><td>-2</td></tr> </table> É obrigatória a frequência de alunos e professores (§ 3º, art. 47, Brasil, 1996) - indicador de desempenho profissional	3.1	Muito boa	2	3.2	Boa	1	3.3	Mediana	0	3.4	Ruim	-1	3.5	Muito ruim	-2	Muito boa + boa = 91%	Muito boa + boa = 96,7%
3.1	Muito boa	2															
3.2	Boa	1															
3.3	Mediana	0															
3.4	Ruim	-1															
3.5	Muito ruim	-2															
4. Como você avalia o domínio do(a) docente responsável pela atividade acadêmica cursada, com relação ao conteúdo? <table border="1"> <tr><td>4.1</td><td>Ótimo</td><td>2</td></tr> <tr><td>4.2</td><td>Bom</td><td>1</td></tr> <tr><td>4.3</td><td>Fraco</td><td>-1</td></tr> <tr><td>4.4</td><td>Muito fraco</td><td>-2</td></tr> <tr><td>4.5</td><td>Não sei avaliar</td><td>Não pontuar</td></tr> </table> Indicador da capacidade de transposição didática¹ (o(a) discente considera como expressão do domínio de conteúdo a introdução de novos temas, problemas, procedimentos, práticas e/ou a motivação despertada)	4.1	Ótimo	2	4.2	Bom	1	4.3	Fraco	-1	4.4	Muito fraco	-2	4.5	Não sei avaliar	Não pontuar	Ótimo + bom = 91%	Ótimo + bom = 95,7%
4.1	Ótimo	2															
4.2	Bom	1															
4.3	Fraco	-1															
4.4	Muito fraco	-2															
4.5	Não sei avaliar	Não pontuar															
5. Quanto ao relacionamento com os(as) discentes, você considera que o(a) docente responsável pela atividade acadêmica cursada apresentou comportamento ético e profissional: <table border="1"> <tr><td>5.1</td><td>Adequado</td><td>2</td></tr> <tr><td>5.2</td><td>Inadequado</td><td>-2</td></tr> <tr><td>5.3</td><td>Não sei avaliar</td><td>Não pontuar</td></tr> </table> Indicador de adequação/inadequação do desempenho profissional Explícite a razão da inadequação: _____ _____ _____ _____	5.1	Adequado	2	5.2	Inadequado	-2	5.3	Não sei avaliar	Não pontuar	Adequado = 92%	Adequado = 93,1%						
5.1	Adequado	2															
5.2	Inadequado	-2															
5.3	Não sei avaliar	Não pontuar															
6. Acrescente, caso queira, uma sugestão, reclamação ou observação: (faça o campo com até 2.000 caracteres, respondendo no espaço)																	

II.1.1.32 - O Comitê Gestor de Sistematização de Dados de Egressos

A proposta de Política de Acompanhamento de Egressos da UFMG tem como objetivo sugerir as diretrizes para o acompanhamento institucional sistemático e de caráter permanente dos egressos. Propõe também dar visibilidade às iniciativas de estudos de egressos que vêm ocorrendo nas diversas unidades desta universidade.

No caso da graduação, em virtude do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), as instituições de ensino superior precisam criar e manter mecanismos de acompanhamento profissional do seu egresso, bem como criar oportunidades para proporcionar a continuidade dos estudos. O mesmo ocorre com os egressos da pós-graduação, cujas informações após a sua conclusão são necessárias para alimentar a plataforma Sucupira. Além dessas exigências legais, há o aspecto da retroalimentação das informações que o egresso pode proporcionar à Universidade, uma vez que ele encontra no mundo do trabalho situações complexas, que podem também fornecer elementos para a melhor avaliação e adequação do currículo do curso que foi vivenciado. Essas informações ainda são importantes para subsidiar o planejamento institucional, que geralmente carece de dados advindos da situação dos egressos da Instituição, tanto sobre aqueles que se diplomaram quanto sobre os que evadiram.

Na UFMG, ações isoladas, intermitentes e espontâneas chamaram a atenção para a necessidade de estudos regulares de egressos. Embora profícua, essa produção não propicia o entendimento do quadro geral de egressos da instituição, em razão de uma série de questões de escopo, metodologia e disponibilidade de dados. Tais iniciativas carecem de instrumentos uniformes de coleta de dados, e por isso seus resultados são pouco cumulativos; enfrentam obstáculos no acesso aos dados já existentes; e obtêm taxas reduzidas de respostas dos egressos, especialmente no caso das pesquisas de cunho acadêmico. Tornou-se, pois, imprescindível a elaboração de uma política institucional de acompanhamento dos egressos da UFMG.

Em 2021, foi instituído o Comitê Gestor de Sistematização dos Dados de Egressos da UFMG, por meio da Portaria nº5433/2021 do Gabinete da Reitora. Integram o Comitê: a diretora da DAI (presidente) e representantes da COPI, Prograd, PRPg, PRAE, DRI e o suporte administrativo é fornecido pela DAI. Essa foi uma importante medida no sentido

de construir e fortalecer uma política de acompanhamento dos egressos da UFMG, com vistas a aperfeiçoar o relacionamento Universidade/egressos.

A Portaria nº5433/2021, em seu artigo 5º, estabelece que:

Art. 5º São atribuições do Comitê:

I – Elaborar e implementar uma Política de Acompanhamento de Egressos da UFMG, que propicie a identificação de trajetória, área de atuação e inserção profissional;

II – Solicitar à COPI/Programa Sempre UFMG o fornecimento de dados, bem como sugerir ações de aprimoramento de coleta de informações;

III – Implementar, uma vez verificada a sua viabilidade, núcleos de acompanhamento de egressos nas unidades acadêmicas, a fim de possibilitar um acompanhamento e aquisição de dados de maneira mais eficiente, devido ao vínculo mais próximo de cada unidade com seus egressos;

IV – Examinar os dados coletados, juntamente com a CPA, auxiliando na elaboração de pareceres;

V – Elaborar relatório anual a ser apresentado à CPA e incorporado ao Relatório de Autoavaliação Institucional, anualmente postado no Sistema e-MEC, conforme determinado pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004.

O Comitê vem se reunindo e propondo ações que propiciem a identificação de trajetória, área de atuação e inserção profissional dos egressos, contando com o apoio da CPA.

III.1.2 - Avaliação Externa

A avaliação externa, realizada pelo Inep/MEC, resulta na elaboração e divulgação de indicadores de qualidade da educação superior, calculados com base nos resultados do Enade e insumos constantes das bases de dados do MEC, assim como por meio de visitas *in loco*. Os indicadores compreendem:

- I. de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) e o Conceito Institucional (CI, resultado de visita *in loco*);
- II. de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC); o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) e o Conceito de Curso (resultado de visita *in loco*);

III. de desempenho de estudantes: o Conceito Enade.

Os indicadores IGC, CPC, IDD e Conceito Enade recebem uma nota contínua, entre 0 a 5, calculadas a partir do afastamento padronizado em relação a média de todas as notas de um mesmo curso, no Brasil. Essa nota contínua corresponde a um conceito (faixa) com valores entre 1 e 5. Conceito igual ou superior a 3 (três) indicam qualidade satisfatória. Todos os indicadores de qualidade da educação superior estão disponíveis para consulta pública no site do eMEC: <http://emec.mec.gov.br/>.

Os resultados da avaliação externa têm sido permanentemente analisados e discutidos pela CPA e pela comunidade acadêmica da UFMG. A apropriação e a interpretação dos resultados das avaliações externas configuram-se como um componente fundamental do processo de autoavaliação institucional. Também é realizado um valoroso trabalho para conscientização da importância dos processos de avaliação externos, bem como da análise de seus resultados.

Avaliação Externa – Visitas in loco

As avaliações externas (visitas *in loco*) de cursos da graduação são realizadas por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), compostas por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação elaborados pela CONAES.

Com a situação pandêmica, os processos de renovação de reconhecimento em sua etapa de visita em loco foram impossibilitados. Os processos abertos da UFMG não foram movimentados e aguardamos novos encaminhamentos. Contudo, recebemos os resultados de um último processo ainda em aberto por solicitação de impugnação do curso de Biblioteconomia que, embora tenha tido alguns de seus indicadores majorados e o relatório reformado, manteve o conceito final igual a 4.

Dos 52 cursos que passaram por processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento (avaliações *in loco*) até o ano de 2020, 17 deles (33%) receberam Conceito de Curso (CC) máximo, 30 (58%) receberam conceito 4 e 5 deles têm CC igual a 3 (9%). Portanto, mais de 90% dos cursos avaliados têm CC superior a 4.

A Figura III.1 representa a distribuição dos conceitos entre os 53 cursos avaliados.

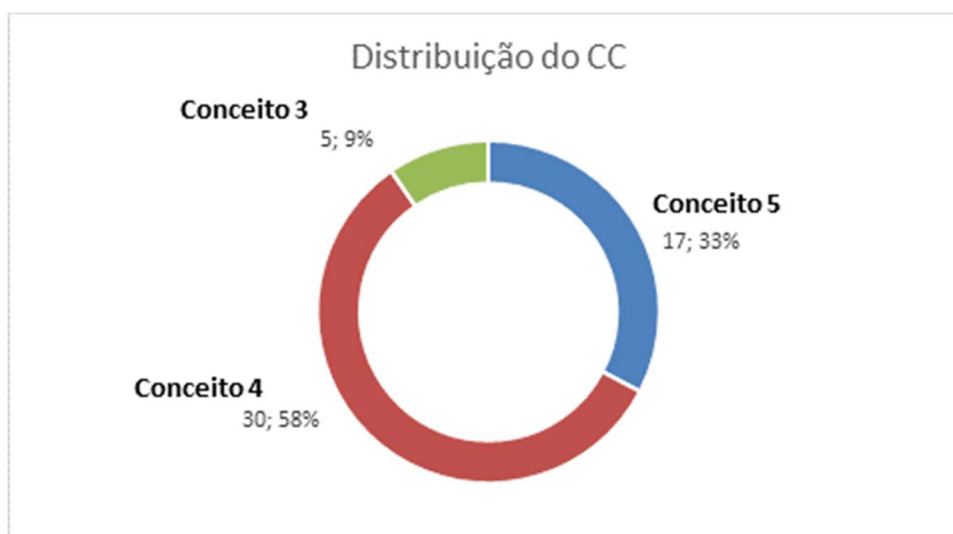


Figura III.1 – Conceito de Curso – UFMG

Fonte: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC

Índice Geral de Cursos (IGC)

Indicadores Institucionais: IGC (Índice Geral de Cursos) e CI (Conceito Institucional)

A UFMG apresenta IGC máximo, igual a 5. Esse valor tem sido alcançado desde a criação do índice, em 2007.

A UFMG conquistou a melhor posição entre as 106 instituições de educação superior públicas federais com o IGC igual a 5 (4,3025) do valor referente ao ano de 2019, último índice divulgado pelo Inep.

Um dos componentes para o cálculo do IGC é o “Conceito Médio do Doutorado”. A UFMG obteve o maior conceito neste componente (4,9392) em relação às universidades federais do Brasil.

Com relação ao CI, a UFMG também tem conceito máximo (igual a 5). Este conceito foi obtido na última visita in loco de credenciamento institucional, em 2017.

As avaliações mais recentes (2019) mostram que, das 2090 IES do país, a UFMG está entre as 22 que apresentam IGC e CI máximos.¹

A Figura III.2 apresenta a evolução do IGC contínuo. Os valores de referência estão dispostos na Tabela III.2. Percebe-se que o IGC da UFMG vem aumentando desde 2012.

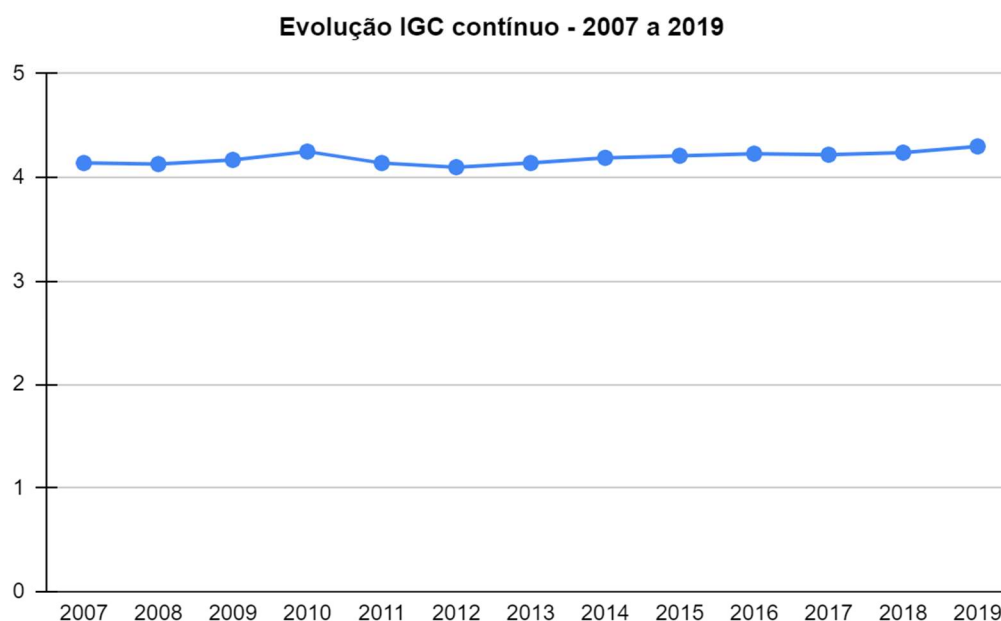


Figura III.2 – Conceito de Curso – UFMG

Fonte: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC

A Tabela III.3 apresenta os valores do IGC e seus componentes referentes às 10 instituições públicas federais com maior valor de IGC.

¹ Para obter lista de IES com CI máximo: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>; Para lista de IES com IGC máximo: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/indicadores/resultados/2019/IGC_2019.xlsx

Tabela III.2 - Tendência temporal do IGC da UFMG - 2007 a 2019.

Ano	Conceito Médio Graduação	Conceito Médio Mestrado	Conceito Médio Doutorado	IGC Contínuo	IGC Faixa	Posição no Brasil*
2007	-	-	-	4,14	5	4a
2008	-	-	-	4,13	5	3a
2009	3,76	4,69	3,73	4,17	5	4a
2010	3,79	4,68	3,74	4,25	5	5a
2011	3,59	4,65	3,68	4,14	5	5a
2012	3,44	4,64	3,68	4,10	5	5a
2013	3,38	4,74	3,9	4,14	5	5a
2014	3,4	4,9	4,9	4,19	5	4a
2015	3,39	4,85	4,94	4,21	5	3ª
2016	3,41	4,85	4,94	4,23	5	3a
2017	3,35	4,82	4,94	4,22	5	3a
2018	3,38	4,8	4,9	4,24	5	3a
2019	3,49	4,8	4,94	4,3	5	2ª

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/>

* Classificação entre as universidades públicas

Tabela III.3 – IGC – Universidades Federais

Índice Geral de Curso - IGC 2019						
Sigla da IES	Nº de Cursos	Conceito Graduação	Conceito Mestrado	Conceito doutorado	IGC	IGC (Faixa)
UFMG	70	3,4927	4,8008	4,9393	4,3025	5
UFRGS	64	3,3704	4,8398	4,9383	4,3005	5
UNIFESP	37	3,3978	4,5132	4,8148	4,1654	5
UFSC	81	3,3468	4,7509	4,9110	4,1407	5
UFSB	1	3,7456	4,0782	4,5000	4,1231	5
UFRJ	83	3,1760	4,7371	4,8942	4,0811	5
UFV	63	3,4424	4,6648	4,9039	4,0762	5
UFSCAR	58	3,3540	4,5586	4,7786	4,0581	5
UFLA	31	3,5639	4,6050	4,8355	4,0508	5
UFCSPA	10	3,6500	4,3628	4,7554	4,0276	5
UFABC	22	3,5041	4,4084	4,6449	4,0033	5
UFPR	97	3,1924	4,6952	4,8864	3,9978	5

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/>*Conceito preliminar de curso (CPC) e Conceito Enade*

No ano de 2020, o INEP divulgou os resultados dos 23 cursos participantes do Enade 2019. Destes, 19 receberam conceito Enade 5 (82,6%), 3 receberam conceito 4 (13%) e um curso recebeu conceito 3 (4,4%).

Em 2021, não houve divulgação de resultados de conceito Enade e CPC uma vez que, em função da pandemia, a edição do Enade 2020 não ocorreu.

Todos os cursos da UFMG apresentam resultado superior à média dos cursos brasileiros, como pode ser observado na Figura III.3, com exceção de apenas um curso.

Os dados mostram que a UFMG se fortalece por ser uma instituição de excelência e de relevância, já que 56% de seus estudantes atualmente são provenientes da escola pública, cumprindo um importante papel na formação de pessoas com excelente qualificação, bem como na inclusão social.

Os resultados revelam que a reserva de excelência no ensino superior brasileiro está no sistema federal de ensino superior, onde estão 67% das notas máximas obtidas pelos estudantes de todo o País. Universidades estaduais concentram outros 14,5% das notas máximas.

As universidades federais respondem por menos de 5% dos conceitos 1 e 2, que representam risco de descredenciamento do curso. Já as instituições privadas têm quase 47% dos cursos avaliados com esses conceitos e apenas 1,4% avaliados com nota 5.

Alcançar a excelência é um processo que também depende de tempo e dedicação. A UFMG vem realizando investimentos em todos os cursos, todos têm docentes e servidores técnico-administrativos extremamente dedicados. A CPA avalia que a excelência depende também da consistência e continuidade de investimentos. A maior parte dos cursos que ainda não são nota 5 na UFMG são cursos Reuni, ou seja, criados depois do Programa de Reestruturação do Ensino Superior, iniciado na década de 2000. Sobretudo para esses cursos é muito importante a recuperação da capacidade do orçamento das universidades federais que, mais uma vez, mostram que são a excelência do ensino superior do País.

Mesmo alcançando ótimos patamares, os resultados devem ser avaliados por Colegiados, Núcleos Docentes Estruturantes e Comissão Própria de Avaliação para percepção dos aspectos positivos e do que precisa ser melhorado. Os resultados representam importante instrumento de avaliação externa de nossos cursos.

O Índice de Diferença de Desempenho (IDD) busca comparar os resultados do Enade, realizado pelos concluintes dos cursos de graduação, com os resultados desses mesmos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), obtendo-se uma medida do valor agregado pelo curso ao desenvolvimento do estudante. A CPA se preocupa com a capacidade deste indicador de refletir a qualidade do curso e de seu valor agregado, uma vez que instituições de alta concorrência no Sisu, como a UFMG, cujos

candidatos precisam ter notas bastante elevadas para serem aprovados, tendem a obter IDD menor que o Conceito Enade, pois é difícil melhorar ainda mais o próprio desempenho.

Dos 71 cursos de graduação avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) no triênio 2017-2018-2019, 41 (58%) têm Conceito Enade máximo (5), 21 (29%) têm conceito 4, 7 (10%) apresentam conceito 3 e somente 2 (3%) apresentam conceito 2. De modo geral, quase 90% dos cursos possuem conceito Enade 4 ou 5, o que representa um excelente resultado da Instituição no exame. A distribuição dos conceitos está mostrada na Figura III.3.

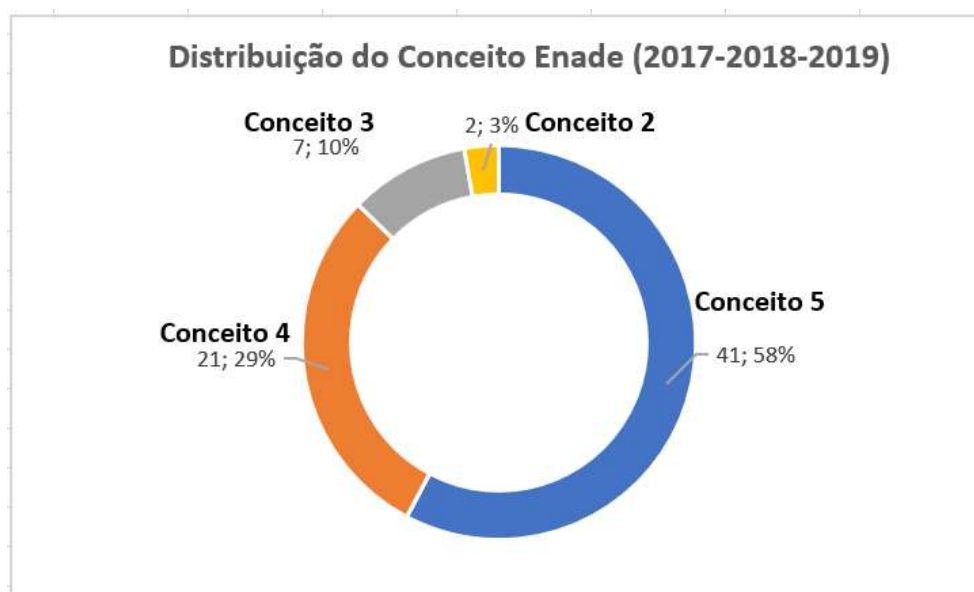


Figura III.3 – Distribuição do conceito Enade (2017-2018-2019). Fonte: Inep

Com relação ao Conceito Preliminar de Curso (CPC), dos 71 cursos avaliados pelo ENADE, 68 deles (95,7%) receberam conceito 4 e 3 (4,3%) receberam conceito 3.

O cálculo do CPC considera o desempenho dos estudantes na prova do Enade (20% da nota), o valor agregado pelo processo formativo oferecido pelo curso (idd) (35% da nota), o perfil do corpo docente (regime de trabalho e titulação) (30% da nota) e percepção discente sobre as condições do processo formativo (15% da nota).

Após a divulgação dos resultados, a CPA orienta aos cursos que realizem a avaliação de seus cursos, apropriando-se dos resultados disponíveis nos relatórios de cursos e da Instituição. Um roteiro de avaliação é sugerido pela CPA, com questões norteadoras como:

1. Conceitos ENADE, IDD e CPC do curso:
 - como estes resultados se comparam com resultados de edições anteriores?
 - existe alguma informação ou tendência relevante?
2. Como estes conceitos são normalizados estatisticamente, avaliar também as notas das provas dos alunos:
 - as notas são “boas”? se fossem de disciplinas do curso, qual seria a porcentagem de reprovação?
 - percepção dos alunos sobre a prova: dificuldades, tempo, Elas seriam pertinentes, frente ao que foi trabalhado com os alunos no curso?
3. Resolver (professores/alunos do curso) e criticar as questões da prova. Comparar com as provas utilizadas no curso: forma, conteúdo, grau de dificuldade.
4. Avaliar, no relatório, o percentual de acerto dos alunos nas diversas questões das provas. Em quais, os nossos estudantes foram piores, particularmente em comparação com a média nacional? Tentar determinar causas para o pior desempenho dos nossos estudantes.
5. Número de participantes x número de inscritos:
 - Houve muita “evasão”?
 - Existe uma porcentagem elevada de alunos com nota ZERO?
 - Existem indícios para as suas causas?
6. Questionário do Estudante:
 - Avaliar as respostas dos alunos ingressantes nas questões do questionário do estudante, particularmente aquelas ligadas com os aspectos didáticos e materiais do curso.
 - Indicar aspectos relevantes sobre a percepção dos alunos sobre o curso e a UFMG.

É importante apontar que, para a edição do Enade 2021, a CPA, juntamente com o CEDECOM, realizou intensa campanha de conscientização dos estudantes, inclusive divulgando um vídeo produzido pela TV UFMG, com o intuito de responder dúvidas levantadas pelos estudantes, ilustrado na Figura III.4.



Figura III.4 - Imagens do vídeo institucional de divulgação do Enade 2021
<https://www.ufmg.br/dai/noticia/video-da-tv-ufmg-tira-duvidas-sobre-o-enade/>)

Este tipo de campanha para divulgação do Exame tem se mostrado bastante importante, com comparecimento dos alunos, em média, de mais de 90%. Além disso, a CPA e DAI (Diretoria de Avaliação Institucional) realizam conversas com coordenadores de cursos e alunos, para dar conhecimento dos procedimentos e da importância do Exame, de maneira que todos se sintam agentes do processo.

Outras avaliações

A UFMG se destaca entre as mais conceituadas instituições de ensino superior da América Latina. Confirmando sua tendência de reconhecimento também no âmbito dos rankings universitários internacionais, a UFMG continua trilhando um caminho ascendente.

Segundo o ranking da Times Higher Education (THE)² 2021, a UFMG manteve-se como a quinta melhor universidade da América Latina, a terceira melhor instituição de ensino superior e a melhor federal do Brasil.

² https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2021/latin-america-university-rankings#!/page/0/length/25/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/undefined

No Ranking global QS (QS World University Rankings)³ 2022, divulgado em 2021, a UFMG manteve-se entre as sete universidades brasileiras mais bem avaliadas. Sua classificação geral permaneceu na faixa 651-700, tendo ficado entre as 50% melhores de 1.300 universidades ranqueadas. Nessa edição do ranking foram avaliadas 6.415 universidades de 93 países.

A UFMG ocupa, no ranking geral do Ranking de Universidades Empreendedoras (RUE)⁴ 2021, a quarta posição entre 126 instituições ranqueadas de ensino superior do país e a segunda posição entre as universidades federais. Nessa 4ª Edição do Ranking, a UFMG ficou entre as dez melhores em cinco das seis dimensões que compõem a estrutura básica do ranking: 3ª na Extensão, 6ª na Inovação, 7ª na Internacionalização, 7ª na Infraestrutura e 8ª na dimensão Capital Financeiro.

Ainda no RUE 2021, a UFMG se destacou em relação às boas práticas realizadas no contexto de pandemia da COVID-19 e do Ensino Remoto Emergencial, tendo sido a universidade com maior número de Boas Práticas reconhecidas. Um dos destaques foi no apoio aos discentes ao garantir a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência visual na UFMG. Na Pesquisa em Contexto Pandêmico, a UFMG se destacou com a criação do Programa de investigação científica, inovação e ações emergenciais para o enfrentamento da Covid-19. As ações de fomento para o desenvolvimento de atividades de extensão voltadas ao enfrentamento da pandemia, bem como o Programa Integração Docente também foram reconhecidas como boas práticas na área de Extensão em Contexto Pandêmico e na de Metodologia de Ensino, respectivamente.

Todos esses resultados evidenciam a qualidade da Instituição. No entanto, mais uma vez, a CPA se preocupa continuamente em avaliar os pontos que devem ser fortalecidos e refletir sobre todo o processo.

3

<https://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2022>
<https://www.ufmg.br/dai/noticia/lorem-ipsum-dolor-sit-amet-consectetur-adipiscing-elit-quisque-molestie-nibh-nec-mollis-finibus-justo-sapient-bibendum-nisi/>

⁴ <https://drive.google.com/file/d/1ITJNoET2AVGsdKTVFhcS3llzgStxMLcy/view>

III.1.3 – Acompanhamento do Ensino Remoto Emergencial (ERE) na UFMG

O acompanhamento do Ensino Remoto Emergencial na UFMG foi realizado com o propósito de produzir conhecimentos claros e objetivos sobre os avanços obtidos, as demandas e desafios educacionais, assim como obter dados sobre os processos e contribuições que devem ser compartilhadas, de modo a gerar ambiente de crescimento e desenvolvimento que possa servir como subsídio para uma ação reflexiva e crítica assumida coletivamente. O trabalho foi realizado pelo Grupo de Trabalho (GT) para monitoramento e avaliação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) nos cursos de graduação da (Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição.

Como reportado na Metodologia (item II.1.2), o monitoramento das fases 1 e 2 pode ser representado esquematicamente na Figura III.5.

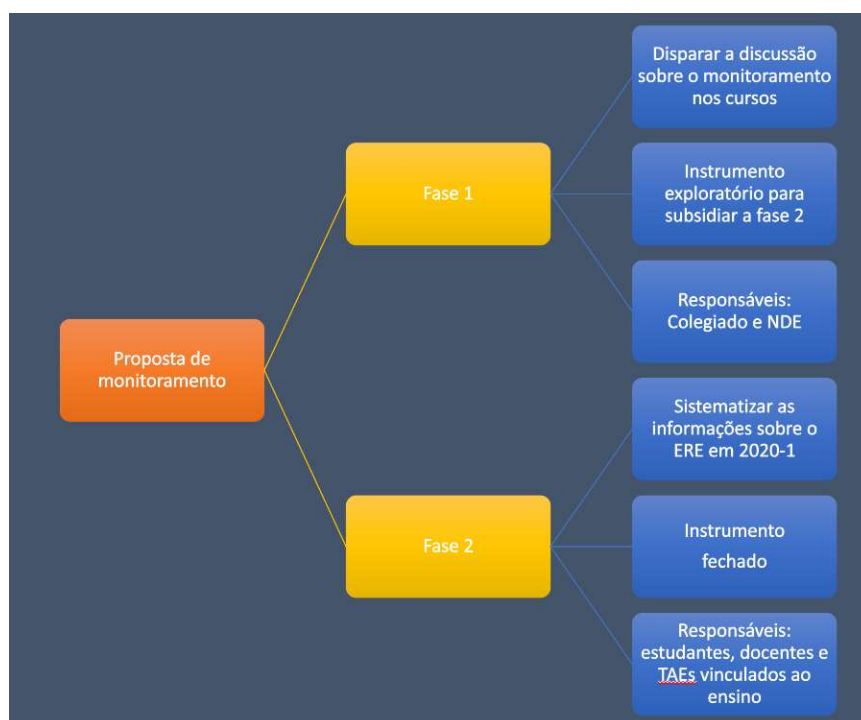


Figura III.5 – Fases 1 e 2 do monitoramento do ERE

O processo de monitoramento e avaliação proposto foi organizado em três fases.

Fase 1

Na primeira fase o objetivo foi disparar a discussão sobre o ERE nos cursos da instituição e buscar elementos para subsidiar a elaboração dos instrumentos de coleta de dados da fase 2. Para alcançar esse objetivo foi enviado para cada colegiado de curso e respectivo NDE um formulário exploratório com questões referentes às boas práticas que poderiam ser compartilhadas e aos desafios que estavam sendo enfrentados. Essa fase se caracterizou como a ação do meio do primeiro semestre letivo da instituição em ERE.

Fase 2

Nessa fase o objetivo foi sistematizar as informações sobre o ERE no primeiro semestre de 2020 por meio da aplicação de três questionários, um para cada seguimento da comunidade acadêmica: discentes, docentes e técnicos administrativos em educação (TAEs). Com apoio do CECOM os questionários foram disparados nos meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021, caracterizando assim a avaliação do final do semestre.

Fase 3

Na última fase o objetivo foi triangular os dados da fase 2 com aqueles produzidos rotineiramente pela Prograd. Para tanto foram utilizados os relatórios disponibilizados para o GT, sendo a análise desses dados realizada em conjunto com a fase 2.

Ocorreu uma boa adesão da comunidade acadêmica da UFMG à proposta de monitoramento e avaliação do ERE. Na fase 1, 97% dos colegiados da instituição participaram. Nessa fase, os colegiados e respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) conseguiram acessar 26% dos estudantes de graduação e 68% dos docentes da instituição. Em relação aos técnicos administrativos em educação não é possível fazer uma previsão, pois não possuímos os dados daqueles que estão diretamente envolvidos no ensino de graduação. Entretanto, considerando o total da universidade, 10% responderam. Os resultados consolidados dessa fase estão disponíveis em apresentação anexa ao presente documento.

Já na fase 2, responderam os questionários: 1.712 docentes o que representa 48% do total dos 3.597 professores ativos em 2020/1 nos cursos de graduação da UFMG, 12.260 estudantes de graduação representando 41% do total dos 29.764 alunos com matrículas ativas em 2020/1 e 996 técnicos administrativos em educação o que representa

24% do total dos 4.211 técnicos administrativos em educação ativos na UFMG em 2020/1. Ressalta-se mais uma vez que pela diversidade de ocupações não é possível saber o total de TAEs que estão diretamente envolvidos no ensino de graduação. Para cada um dos questionários aplicados foram elaborados relatórios que se encontram disponíveis em anexo.

Após analisar os resultados das três fases, o GT e a CPA destacam alguns aspectos considerados relevantes:

A grande maioria dos cursos e NDEs indicou a presença de experiência de boa prática ou ação exitosa durante o ERE. Embora seja considerado um momento extremamente desafiador, os três seguimentos apontaram questões que devem ser consideradas na oportunidade de retorno ao ensino presencial, tais como:

- Compartilhamento de experiências entre os atores envolvidos no ERE em cursos de graduação da UFMG - alunos, professores e TAEs - bem como entre instâncias deliberativas da UFMG e outras IFES do país.
- Adoção de novas estratégias de ensino-aprendizagem incluindo exercícios e jogos para apropriação dos conteúdos.
- Melhoria do material didático utilizado nas disciplinas.
- Recurso das aulas gravadas.
- Combinação entre videoaulas e aulas síncronas pontuais para discussão de dúvidas.
- Processos avaliativos mais bem distribuídos ao longo do período das disciplinas e maior diversidade de atividades avaliativas.
- Ampliação do tempo disponibilizado para a realização de provas.
- Criação de grupos virtuais de apoio.
- Utilização mais intensiva do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da UFMG.

Por outro lado, a grande maioria dos cursos e NDEs também informou a ocorrência de desafios nesse período:

1. Recursos tecnológicos

As dificuldades em relação ao uso dos recursos tecnológicos relatados na primeira fase do monitoramento do ERE foram devido a não familiaridade com tais recursos, uso de múltiplas plataformas, produção de materiais didáticos digitais, gravação e edição de

aulas, captação de áudio, entre outros, além de instabilidade da internet doméstica. Problemas estes já quase superados, permanecendo ainda mais forte a insatisfação com a rede de internet. Os docentes precisaram aprender muito em pouco tempo, enquanto tentavam ensinar. Os discentes também precisaram se adaptar à nova e provisória forma de cursar o ensino superior. Já os TAEs tentaram equilibrar e dar o suporte neste momento de ensino remoto emergencial.

Na segunda fase foi observado que a plataforma mais utilizada por discentes e docentes que participaram da consulta foi o Microsoft Teams. Já entre os TAEs verificou-se maior diversidade de plataformas: Google Meet (64,6%), Zoom (44,4%) e Microsoft Teams (43,2%). Quanto ao acesso à internet os três seguimentos relataram predominância de nível bom ou regular. No entanto, alguns TAEs (3,5%) e discentes (3%) reportaram acesso ruim, representando uma condição mais desfavorável em relação aos docentes (1,6%) que também indicaram essa dificuldade.

No que se refere à aquisição de equipamentos, cabe ressaltar que 71% dos docentes confirmaram a necessidade de adquirir algum ou de ampliar seu plano de dados de internet para o ERE. Em relação à política de inclusão digital estabelecida pela UFMG, 11% dos estudantes respondentes foram contemplados com equipamentos. Desses, 52% disseram que os equipamentos eram completos e com bom acesso à internet. Para realizar o trabalho remoto, 15,5% dos TAEs solicitaram empréstimo de equipamento da UFMG e foram atendidos, sendo que 33,6% alegaram necessidade de ajustes no equipamento e 1,5% deles classificaram como “ruim” a condição de acesso à internet do equipamento utilizado.

Em 30 de junho de 2020 a UFMG, por meio de sua Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, lançou o edital PRAE/FUMP n. 01/2020 para auxílio na aquisição de equipamentos para estudantes posicionados socioeconomicamente nos níveis I, II e III, na Política de Assistência Estudantil da PRAE – UFMG. Um segundo edital PRAE/FUMP n. 04/2020 foi lançado com participação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da UFMG, também datado de 30 de junho de 2020, sendo esse específico para aquisição de equipamentos de tecnologia assistida. Ambas iniciativas são parte da política de inclusão digital aos estudantes da UFMG e foram importantes para permitir o início do ERE na instituição.

Em relação aos estudantes com deficiência, 50% declararam não precisar adquirir equipamentos e 30,9% declararam terem sido contemplados com os recursos providos da chamada do edital PRAE/FUMP n. 04/2020. Em uma segunda pergunta, 30,3% dos estudantes com deficiência afirmaram ter comprado algum equipamento e 65,1% disseram que não precisaram realizar a aquisição. Em uma terceira pergunta ainda na fase 2, 60,5% e 34,2% dos estudantes com deficiência consideram a qualidade de acesso à Internet de seus dispositivos boa e regular, respectivamente. Em anexo encontra-se relatório com dados específicos dessa população.

A fim de dar continuidade aos processos de ensino-aprendizagem que precisaram ser adaptados à nova realidade, a UFMG formou um comitê (Prograd/GIZ, Caed, DTI), com o objetivo de apresentar as principais ferramentas e metodologias passíveis de uso no ERE à comunidade acadêmica. O Programa de Integração Docente (<https://www.ufmg.br/integracaodocente/>) conta com: fóruns on-line, webinars, oficinas e minicursos, tutoriais e guias, além de apoio tecnológico para docentes, discentes e TAEs. Este Programa se firmou como excelente auxílio para orientar a comunidade acadêmica em relação aos recursos tecnológicos e direcionar a soluções de problemas. A expectativa é que o programa tenha continuidade, mesmo após o retorno das atividades presenciais.

Em conclusão, a infraestrutura de equipamentos (considerando tanto aquisição quanto uso) e o acesso à Internet mostram-se como características de suma importância para a execução do ERE, entretanto percebe-se pelas respostas aos questionários que não parecem ter sido um entrave na realização do ERE. Por fim, vale destacar que certos equipamentos se deterioram com o uso e/ou se tornam insuficientes e/ou inadequados com uso prolongado e que possivelmente precisarão de substituição, se as atividades de ERE assim perdurarem por muito tempo.

2. Ambiente

As atividades de monitoramento e de avaliação do ERE nos cursos de graduação da UFMG também envolveram o recolhimento e o tratamento de dados quantitativos e qualitativos relacionados às condições humanas de realização do ensino remoto (considerando-se as interações de tempo e espaço profissional e doméstico, bem como níveis de estresse, grau das exigências de adaptação e percepção quanto à intensificação da carga de trabalho).

Como já destacado em momento anterior neste relatório final, percebe-se pelas respostas de alunos, professores e técnicos administrativos em educação da UFMG que os requisitos de infraestrutura de equipamentos e o acesso à internet não constituíram óbices para a realização do ERE. Há apenas relatos pontuais de ocorrência de problemas de instabilidade de rede de acesso à internet e a necessidade, por vezes, de compartilhamento de equipamentos com membros da família.

Porém, quando consideradas outras variáveis de contexto e humanas com a experiência do ERE, sendo este um relato prevalente entre professores e entre alunos na primeira fase do levantamento, há uma percepção de forte intensificação do ritmo e da carga das atividades de trabalho, com repercussões sobre os tempos e ritmos da vida familiar. Os dados também indicam aumento do estresse provocado por novas e urgentes demandas (entre as quais os conhecimentos e as habilidades exigidos para se utilizar as tecnologias do ensino remoto) e uma percepção, por parte dos respondentes, de sobrecarga física e mental diante das tarefas a serem executadas no âmbito do ERE.

Em resumo, pode-se concluir que todas as categorias relataram algum nível de dificuldades e restrições referentes às interações entre trabalho/estudo e o tempo e espaço doméstico. Com a experiência do segundo semestre letivo de 2020, é possível considerar que a comunidade da UFMG possa estar mais bem adaptada. Mas planejar e executar ações para melhorar as condições de realização do ERE permanece sendo um desafio, a ser enfrentado inclusive com as novas configurações a partir do início do retorno de algum nível de atividade presencial.

3. Processo de ensino-aprendizagem

a. Oferta e demanda disciplinas

Considerando-se a oferta de turmas em 2020/1, cerca de 92% das inicialmente previstas migraram para o ERE. Entre as teóricas, apenas cerca de 2% das turmas foram canceladas. Entre as práticas e teórico-práticas, os percentuais de cancelamento foram de 13% e 10%, respectivamente. Na média, observou-se o cancelamento de 7,7% do total turmas para retomada das aulas no modelo de ERE em 2020/1, indicando uma grande adesão da UFMG.

De acordo com o levantamento realizado na segunda fase do monitoramento, dentre os docentes respondentes, 32,4% ofertaram de 61 a 120 horas de atividades, 24,4% dos participantes ofertaram de 121 a 180 horas, 14,8% até 60 horas, 7,5% não informaram e 0,3% não ofertaram disciplinas.

É importante ter em mente que o número de turmas ofertadas pode variar em função de diversos fatores, tais como: frequência do ingresso de calouros nos cursos (semestral ou anual), versão curricular vigente dos cursos de graduação, e indicadores de retenção e evasão dos cursos, dentre outros. Além disso, devido à ausência de limitação física de pessoas por sala de aula imposta na oferta presencial, alguns ofertantes combinaram turmas com menor número de matriculados em uma única turma maior, no momento de implantação do ERE.

Comparando-se com os valores médios dos dois semestres de 2019, houve um aumento nos trancamentos parciais e totais de matrícula, sendo de 42,1% e 31,7%, respectivamente. Conjectura-se que tais aumentos estejam correlacionados às flexibilizações das regras para trancamentos aprovadas por meio da Resolução CEPE No 02/2020, de 09/07/2020.

Também pode ser um indicativo de reorientação nas escolhas da quantidade de créditos cursados devido à adaptação à mudança brusca na forma de estudar. À primeira vista, o ensino mediado por tecnologia e realizado a distância provoca a impressão de ser mais fácil devido a flexibilidades espaço/temporal. Ao experimentar o ERE, os estudantes puderam avaliar e rever suas escolhas para um melhor aproveitamento.

b. Atividades e conteúdos

Na fase 1 do monitoramento, todos os segmentos da instituição (discentes, docentes e TAEs), reportaram, com frequência, um aumento da quantidade das atividades durante o ERE, sendo a segunda queixa mais frequente dentre os estudantes. Estes apontaram um aumento no volume e na complexidade das leituras, vídeos e atividades avaliativas, exigindo grande tempo de dedicação e esforço. Houve queixas em relação à dificuldade de acesso ao material bibliográfico, bem como ao conteúdo das aulas síncronas, por recusa de alguns docentes de gravá-las e disponibilizá-las.

Os docentes também manifestaram um significativo aumento de sua carga de trabalho na seleção e produção de conteúdo e adaptação ao ERE, além de alta demanda de atendimento aos alunos. Os servidores TAEs, da mesma maneira, apontaram uma sobrecarga no volume de trabalho, especialmente nos Colegiados de cursos, para o atendimento e desenvolvimento das atividades durante o ERE.

Na fase 2, grande parte dos estudantes apontaram que tiveram acesso aos materiais bibliográficos de todas ou de algumas das disciplinas cursadas (45,3% e 36,5%, respectivamente). Quanto ao excesso de atividades e conteúdo, considerando o tempo previsto para disciplinas, 48% dos discentes reportou que isso ocorreu em algumas disciplinas, 19,5% em poucas disciplinas, 12,3% em todas as disciplinas e 16,5% respondeu que não houve excesso em nenhuma disciplina cursada. Grande parte dos estudantes, 48,9%, considera que dedicou mais tempo aos estudos durante o ERE em relação ao presencial, enquanto 23,2% indicou uma redução no tempo de dedicação.

A grande maioria dos docentes (93,9%) afirmou ter disponibilizado os planos de ensino de suas disciplinas no início do ERE. Quanto aos conteúdos, grande parte (84,3%) disponibilizou conteúdos digitais produzido pelo próprio professor ou pela equipe de professores da disciplina. As aulas síncronas também foram disponibilizadas por 73,8% dos participantes. Além disso, 47,8% dos docentes utilizaram, também ou somente, conteúdos digitais disponíveis na internet. Outras formas de disponibilização também foram apontadas por 14,7% dos professores. Quase a totalidade dos docentes, aproximadamente 99%, afirmaram ter informado previamente aos estudantes sobre a ocorrência de atividades síncronas e sobre as atividades avaliativas com pelo menos uma semana de antecedência. A sobrecarga na elaboração dos materiais foi o desafio mais frequentemente enfrentado, tendo sido reportado por 65,2% dos docentes.

Nesta fase, 60,8% dos servidores TAEs afirmou que a demanda de trabalho se manteve, mas 29,8% reportou aumento, enquanto 9,3% apontou diminuição. Considera-se que esta diferença pode ser devida às naturezas diversas das atividades desenvolvidas por estes servidores.

Durante a mudança para o ERE, os docentes reavaliaram os planos de ensino, adequando seus conteúdos, metodologia e formas de avaliação para o novo modo de ensino. No entanto, como reportado, grande parte dos estudantes consideraram que o conteúdo e atividades foram excessivos, havendo um aumento em relação ao ensino

presencial. Na segunda fase do monitoramento, 79% dos docentes afirmou que pretendia realizar modificações nas disciplinas e/ou atividades acadêmicas no segundo período do ERE.

c. Metodologia e recursos didáticos

Diferentes procedimentos de ensino foram adotados por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e pelas plataformas digitais ofertadas tanto de modo simultâneo (síncrono) como em tempo diferenciado (assíncrono). Já as interações também ocorreram de modo coletivo ou também em pequenos grupos.

Na fase 1 do monitoramento considerou-se relevante saber sobre a ocorrência de desafios no que se refere aos processos pedagógicos durante o período. Verificou-se que, dos 77 cursos respondentes, 87,01% afirmaram que sim. Os estudantes citaram como desafios: excesso de atividades e conteúdos; falta de atualização do material didático no moodle; tempo insuficiente para realizar as avaliações. Já os docentes indicaram: dificuldades de adaptar as aulas práticas para o ERE; menor interação com os estudantes; desafios enfrentados na mudança do formato de aulas expositivas para aulas gravadas.

Na fase 2 os docentes foram perguntados sobre desafios na implementação do ER, 65,2% disseram que sim, e destacaram a sobrecarga na elaboração dos materiais didático-pedagógicos; 46,8% disseram que sim, e destacaram a baixa interação e envolvimento dos estudantes com a proposta implementada, e 27,9% disseram sim e informaram ter enfrentado problemas de conectividade.

Na fase 2 do monitoramento, os estudantes foram perguntados sobre o nível de dificuldade no acompanhamento das aulas síncronas e assíncronas. Em relação as atividades síncronas, 56,9% consideraram nível “médio” a “muito alto” e 39,7% considerou “baixo” a “muito baixo”. Quanto ao nível de dificuldades no acompanhamento das atividades assíncronas, 43,7% dos estudantes responderam “médio” à “muito alto” e 52,5% consideraram “baixo a “muito baixo”.

Verifica-se que sobre as atividades assíncronas incide menor nível de dificuldade para acompanhamento, reforçando a importância de flexibilidade no tempo de estudo em condições de confinamento doméstico e correspondente a natureza destas atividades.

Em relação à gravação das aulas síncronas, 51,2% dos estudantes responderam que ocorrem em todas as disciplinas, conforme orientado nas diretrizes para o ERE. E 36,9% responderam que há gravação em algumas disciplinas.

Dentre o conjunto de possibilidades, a seleção de metodologias e recursos didáticos a serem efetivados demandou apropriação tecnológica e pedagógica pelos docentes e clareza com relação às finalidades a serem alcançadas na relação com os estudantes, pois não seria possível realizar apenas a transposição do ensino presencial para o ensino remoto. Nesse contexto, o planejamento do ERE, garantindo a comunicação e o diálogo com os estudantes, exigiu dos docentes dedicação e tempo para preparar e mediar o processo de ensino-aprendizagem.

d. Avaliação

Na fase 1, os estudantes apontaram tempo insuficiente para realização das avaliações e professores explicitaram desafios em adaptar-se métodos e processos avaliativos ao ERE.

Na Fase 2, considerou-se relevante saber se os materiais de avaliação adotados pelas disciplinas eram adequados: 48,4% dos estudantes responderam que existe adequação em algumas disciplinas; 38,1% disseram que existe adequação em todas as disciplinas; seguido de 7,4% que afirmaram que existe adequação em poucas disciplinas.

Em relação ao tempo para realização das avaliações com sucesso, 46,8% dos estudantes disseram que foi suficiente em todas as disciplinas, 40,9% consideraram suficiente em algumas disciplinas e 6,5% em poucas disciplinas.

Entre os docentes, 99% dos respondentes, afirmaram ter marcado as atividades avaliativas com uma semana de antecedência, conforme orientado pelas normas.

Perguntados aos docentes sobre a frequência com a qual o ERE foi monitorado junto aos estudantes ao longo do semestre, 42,3% responderam “frequentemente”, seguido de 33,5% que afirmaram “sempre” e 15,2% que responderam “ocasionalmente”.

A resposta dos estudantes discrepou significativamente dos docentes, 75% responderam que não participou de nenhum monitoramento o ERE ao longo do semestre.

Perguntados sobre o seu desempenho ao longo do ERE, os estudantes 50,4% informaram “bom desempenho”; 20% informaram “desempenho regular”, seguido de

19,3% que informaram que o desempenho variou, em algumas atividades foram melhores e em outras piores.

Há convergência com as respostas do percepção, pois 57, 5% dos docentes avaliam que os estudantes tiveram desempenho bom a excelente, seguido de 19,3% que consideram desempenhos variados e 23, 3% desempenho regular ou ruim.

Podemos inferir que houve mudança no processo avaliativo entre o início do semestre letivo e o final, dado que a percepção dos estudantes é positiva em relação aos métodos e tempo nas respostas da fase 2. Cabe ressaltar que na Resolução 02/2020 consta que avaliação na prática pedagógica deveria ser pautados pela concepção formativa e assumir uma dimensão contínua na regulação do processo de ensino-aprendizagem, diversificar as formas de avaliação e respeitar os tempos necessários para os estudantes se adaptarem às novas formas de estudos. (UFMG, 2020, p.01)

No entanto, a avaliação da prática pedagógica por meio do automonitoramento não foi contemplada pelos estudantes. Sendo essa prática relevante para revisão e melhoria da experiência educativa ao longo do seu desenvolvimento.

e. Interação professor-estudante

Na Fase 1 de monitoramento do ERE, considerou-se relevante saber se houve alguma ocorrência sobre dificuldades no que se refere à relação professor-estudante durante o período. Dos 76 cursos respondentes, 84,21% responderam que sim. Verificou-se na consulta aos dados qualitativos que os estudantes destacaram como dificuldades: o não cumprimento de aspectos das resoluções e diretrizes para o ERE por parte de alguns docentes; a falta de flexibilidade de alguns docentes com relação às demandas que poderiam melhorar a relação professor-estudante; a falta de devolutiva das avaliações e atividades, dentre outros. Já os professores destacaram: a falta de conhecimento geral no uso de plataformas; a baixa interação com estudantes nos encontros síncronos; a participação restrita dos estudantes nas atividades assíncronas; a sobrecarga de tarefas docentes, e atitudes agressivas de alguns estudantes.

Na Fase 2 desse monitoramento, considerou-se relevante saber se os estudantes identificaram ou enfrentaram algum desafio no que se refere à relação professor-estudante no ERE. Verificou-se que, do total de respondentes, 39% responderam que não; seguido de 30,4% que afirmaram que sim, em poucas disciplinas; 23% disseram que sim, em algumas disciplinas. Quanto aos docentes, 33,5% responderam que não; seguido de

31,2% que afirmaram que sim, em todas as disciplinas; 18,2 % em algumas disciplinas e 17,1% em poucas disciplinas.

Trata-se de um aspecto relevante a ser considerado em qualquer contexto de ensino, seja remoto ou presencial, pois a relação professor e estudante pode incidir sobre a permanência no processo de ensino-aprendizagem e construção de sentidos com o conhecimento. E como é uma relação interpessoal, pede cuidado e atenção na construção de uma relação favorecedora de vínculos educativos.

Concluindo, no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem, percebe-se que a distribuição entre quantidade e diversidade das atividades empregadas no ERE configura-se como um desafio que merece ser discutido e revisado pelos docentes da instituição. Outros aspectos que merecem atenção da comunidade acadêmica são a interação professor-estudante e, especialmente, a avaliação.

4.Saúde

Um dado observado no monitoramento foi o aspecto relacionado à saúde física e mental da comunidade da UFMG, porém é importante salientar que sua origem pode estar relacionada a diversos fatores, incluindo o próprio Ensino Remoto Emergencial e, principalmente o fato da sociedade vivenciar o momento de pandemia.

Foi relatado de modo geral que o ERE acarretou em sobrecarga de trabalho nos três segmentos (corpo técnico administrativo, docentes e discentes). Para o corpo docente houve um acréscimo de atividades em função da preparação, aplicação e tutoria do ensino de modo remoto. Relatou-se também dificuldades para conciliação das demandas domésticas com as laborais (TAEs e docentes) e de aprendizagem (discentes). Houve preocupação com os cuidados com as crianças nesse momento, fato que torna o desafio de lidar com essa situação mais complexo. Diante desse panorama foi relatado um aumento no nível de ansiedade e estresse na comunidade acadêmica.

Por fim, é possível constatar que, da amostragem da comunidade acadêmica que respondeu aos questionários, os discentes apresentam cerca de duas vezes mais problemas de saúde de natureza mental que os servidores técnico administrativos e três vezes mais que os docentes. Aproximadamente um terço dos discentes autodeclararam apresentar esse tipo de acometimento, evidenciando um ponto crítico para futuras decisões acadêmico-administrativas.

5. Satisfação

Se considerarmos as respostas à pergunta " Qual seu nível de satisfação com o ERE?" agrupando os dados "insatisfeito" e "muito insatisfeito", poderemos verificar que 20,1% dos docentes, 25,5% dos discentes e apenas 9,2% dos TAEs optaram por essas respostas. Esses dados indicam um bom nível de satisfação com o ERE na UFMG, entretanto, é importante ressaltar que a pergunta não busca uma comparação como ensino presencial e sim apenas conhecer a percepção de cada seguimento sobre esse novo formato de ensino.

A implementação do ERE parece ter sido uma decisão difícil, mas acertada, tomada pela comunidade acadêmica da UFMG, após sério planejamento, que sempre deve ser mantido. Mesmo após um ano de pandemia não existe ainda perspectiva de retorno das atividades presenciais sendo o ERE, no atual momento, a única opção com a qual a instituição pode contar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ERE

Considera-se que as dimensões elegidas para avaliação do ERE favoreceram uma leitura de como tem se estabelecido essa experiência na universidade abordando os aspectos predominantes nesse contexto de ensino que evidenciam como tem acontecido e o que precisa ser aprimorado no ERE para resguardar equidade, segurança e qualidade. Também é possível explicar alguns resultados alcançados, conforme nos proposto nas questões norteadoras para o monitoramento.

As características sociodemográficas dos estudantes respondentes, mostram que a coleta de dados alcançou representatividade da diversidade de estudantes (sexo, condições de ingresso, pessoa com deficiência, etc).

A ampla adesão ao ERE e sua possibilidade de preservar o distanciamento social, evidencia efetividade de segurança e proteção em relação a transmissão do coronavírus por contato físico e aglomeração no campus.

Em relação ao acesso, uso e apropriação de equipamentos tecnológicos e internet para o ensino, houve consolidação de acesso e uso, inclusive garantindo inclusão digital. Em relação à apropriação, verifica-se desenvolvimento de apropriação tecnológica e

pedagógica para o ensino e requer continuidade de ações formativas individuais e coletivas para que se efetive.

O uso das tecnologias de forma compulsória no ERE consolidou uma massificação e ao mesmo tempo reafirma a diferença entre este e a EaD, pelas condições de escolhas (não tem escolha) e pelas condições de estudo em ambiente doméstico com confinamento generalizado. O mesmo pode ser considerado em relação ao trabalho remoto compulsório por parte dos TAEs e a constituição de um trabalho planejado para ser “home office.”

A proposta do ERE, teve ampla adesão de professores e estudantes, explicitando esforço e investimento, caracterizado como sobrecarga por estes sujeitos. Houve produção intensificada de recursos e atividades evidenciados pelos docentes e refletiu entre os estudantes como excesso de atividades e exigência de mais tempo de dedicação aos estudos.

Essa condição é compreensível, mas exige mudança e readequação desta produção inicial para uma produção qualificada do ponto de vista pedagógico. A distribuição da quantidade e diversidade de atividades tem que aliada à uma abordagem pedagógica condizente com as condições de estudos e objetivo do ensino na formação acadêmica dos estudantes.

Reforçou-se a necessidade de que as aulas síncronas e assíncronas tivessem coerência entre elas em relação à proposta de ensino e junto a isso, a ampliação da concepção de avaliação. Avançamos nos procedimentos conforme explicitado pelos estudantes e podemos avançar mais na qualidade dos procedimentos e instrumentos em relação à função da avaliação no processo de ensino-aprendizagem.

Reforça-se a necessidade de automonitoramento coletivo no nível da sala de aula, pois os estudantes evidenciaram baixa prática dessa atividade. Isso é fundamental para organização de situações complexas, como é o caso do ensino no contexto atual.

Quanto a condição de saúde, considera-se que os determinantes sociais próprio de nosso contexto sociocultural e, ainda, a peculiaridade da condição pandêmica que vivemos, e o ERE como não isento desses fatores, dado sua característica compulsória. No entanto, ressalta-se que a educação é espaço de socialização e em tempos de isolamento social, o contato social pela mediação virtual, pode ser fator de fortalecimento de vínculos afetivos favorecedores para solidariedade e cuidado mútuo.

Isso nos interpela nas relações cotidianas entre professores e estudantes e TAES no sentido de criar ambiência pedagógica propícia para o diálogo e compreensão humana.

Diante destas considerações que envolve todos os atores da comunidade acadêmica, reafirma-se a necessidade de institucionalmente manter ações de promoção da saúde da comunidade acadêmica, ações de formação permanente para docentes e TAES, ações de apoio e acompanhamento dos estudantes em suas condições de estudos.

III.2 – EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional - O Comitê Permanente de Enfrentamento do Novo Coronavírus da UFMG

A Universidade Federal de Minas Gerais instituiu o Comitê Permanente de Acompanhamento das Ações de Prevenção e Enfrentamento do Novo Coronavírus, que vem se reunindo regularmente desde o dia 10 de março de 2020 para analisar a situação epidemiológica do SARS-COV-2 em Belo Horizonte, atualizar-se sobre as evidências científicas e discutir as ações necessárias na UFMG.

O Comitê tem como missão identificar, promover e articular as ações desenvolvidas na UFMG, visando à colaboração para o enfrentamento da COVID-19.

Ao Comitê cabe buscar e expressar os melhores argumentos, com embasamento científico e técnico, para assessorar as decisões administrativas e acadêmicas da administração central e das unidades. Não é função do Comitê decidir sobre alocação de recursos.

Além disso, o Comitê está atento às demandas sociais e de outros setores da sociedade, identificando como a universidade pode participar ativamente por meio de ações educativas, de extensão e de pesquisa.

As unidades acadêmicas organizaram-se em comitês locais e indicaram representantes para garantir a capilaridade da troca de informações em um contexto complexo, no qual as pessoas estão distantes fisicamente, mas precisam mais do que nunca estarem próximas.

Composição do Comitê

Cristina G. Alvim* – Assessora da Reitoria para a Área da Saúde (Coordenadora)
Alexandre Rodrigues Ferreira – Gerente de Atenção à Saúde do Hospital das Clínicas da UFMG
Benigna Maria de Oliveira – Pró-Reitora de Graduação
Catarina Nogueira Mota Coelho – Departamento de Atenção à Saúde do Trabalhador – DAST
Claudia Andrea Mayorga Borges – Pró-Reitora de Extensão
Dawisson Belém Lopes – Diretor-Adjunto de Relações Internacionais
Fábia Pereira Lima – Diretora do Centro de Comunicação
Flávio Guimarães da Fonseca – Virologista, Professor do Instituto de Ciências Biológicas
Unai Tupinambás – Infectologista, Professor da Faculdade de Medicina

**Também membro da CPA*

Princípios norteadores das recomendações do Comitê

- Evidências científicas, tanto as bem consolidadas sobre comportamento de epidemias e infecções respiratórias virais, como aquelas que estão sendo produzidas a respeito do SARS-CoV-2.
- Contexto epidemiológico vigente, atualizado diariamente, refletindo o número de casos notificados, suspeitos, confirmados e descartados em Belo Horizonte, em Minas Gerais e no Brasil.
- Articulação com outros setores da cidade e do estado, que podem ser afetados pelas decisões da UFMG, direta ou indiretamente, em especial com as Secretarias de Saúde e de Educação e a rede SUS.

Linhas de ação do Comitê Permanente

- Assessoria técnica e científica sobre o SARS-Cov-2 e a Covid-19;
- Atenção às pessoas da comunidade acadêmica deslocadas de sua casa, cidade, estado ou país;
- Atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade física, social e/ou psicológica;
- Orientações quanto aos cuidados de prevenção e em casos suspeitos para a comunidade acadêmica e sociedade;
- Orientações quanto aos cuidados de estudantes e trabalhadores, em contato contínuo com casos suspeitos, especialmente nos hospitais universitários e em locais de estágio;
- Promoção e cuidados com a saúde mental – Plantão de Apoio Psicológico;
- Discussão sobre o impacto econômico e social das medidas de isolamento social;
- Permanente interlocução com hospitais universitários e redes municipal e estadual de saúde, para apoiar com produção e busca de recursos para compra de insumos necessários ao enfrentamento da Covid-19;
- Interlocução com outros setores da sociedade com potencial de apoiar as ações de enfrentamento;
- Comunicação com a comunidade interna, externa e com a mídia.

Grupos de Trabalho

Os Grupos de Trabalho (GT) coordenados pelo Comitê Permanente são compostos por pessoas de diferentes áreas do conhecimento para assessoramento em tópicos específicos. O objetivo do GT foi promover a reflexão e elaboração conceitual sobre os problemas que se apresentam para a UFMG e para a sociedade na situação da pandemia. Os GT produziram documentos e relatórios técnicos de referência.

- GT Espaço Físico – O objetivo principal foi elaborar alternativas de organização dos espaços físicos da universidade que atendam às novas necessidades sanitárias

vigentes e também às mudanças definitivas e desejáveis, como a utilização mais democrática e racional dos espaços da Universidade.

- GT Monitoramento da pandemia –representantes da Força-Tarefa Covid-19 na UFMG e epidemiologistas. O objetivo principal foi analisar a situação epidemiológica da pandemia e discutir as ações necessárias na UFMG, na cidade e no estado. Na UFMG, o GT deveria elaborar orientações quanto aos casos suspeitos ou confirmados e seus contatos quando da retomada de atividades semi-presenciais.
- GT Biossegurança e Protocolos Sanitários

Outras informações sobre ações do Comitê podem ser acessadas em:

<https://ufmg.br/coronavirus>

A CPA reconhece e parabeniza o Comitê pelo trabalho excepcional e essencial para o momento crítico pelo qual toda sociedade passa. Entendemos que as ações afetam não somente a comunidade da UFMG, mas colabora para elucidação, conscientização e dá orientações aos cidadãos que, de alguma maneira, interagem com nossa instituição.

III.3 – EIXO 3 - Políticas Acadêmicas

Além do que já foi apresentado III.1 apresentam-se, aqui, ações e avaliações referentes às Políticas Acadêmicas de Graduação, Pós-Graduação, Extensão e Apoio aos Discentes, a partir dos relatos fornecidos pelas pró-reitorias pertinentes.

III.3.1 – ENSINO DE GRADUAÇÃO

Ensino Híbrido Emergencial

No ano de 2020, em função da pandemia de Covid-19 e suas consequências, a Pró-reitoria de Graduação (Prograd) priorizou as atividades relacionadas à implementação e monitoramento do Ensino Remoto Emergencial (ERE), o que demandou grande esforço e empenho de toda a comunidade acadêmica da UFMG.

Considerando o cenário epidemiológico da pandemia de Covid-19, o avanço para a Etapa 2 do Plano para o retorno presencial de atividades não adaptáveis ao modo remoto na UFMG, que permitia ocupação de até 40% dos espaços físicos da Universidade, o Protocolo de Biossegurança e Adequação do Espaço Físico e Monitoramento da UFMG e as permissões das autoridades sanitárias locais para retorno do ensino superior ao modo presencial nos municípios de Belo Horizonte e Montes Claros, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG (Cepe) aprovou, por unanimidade, no dia 19 de agosto de 2021, a resolução que regulamentou a implantação de um regime de ensino híbrido na graduação da UFMG, mesclando, em caráter temporário e emergencial, atividades remotas e presenciais. O Ensino Híbrido Emergencial (EHE) começou a vigorar a partir do segundo período letivo de 2021 (2021/2), que teve início no dia 13 de outubro, em substituição ao Ensino Remoto Emergencial (ERE), que estava em vigor desde meados de 2020.

Diante disso, a Prograd, no ano de 2021, conduziu como atividades prioritárias aquelas relacionadas à implantação do EHE com vistas ao retorno gradual às atividades acadêmicas curriculares (AACs) em regime presencial. Durante o período de vigência do

EHE, o ensino de graduação se articulou entre a oferta de atividades integralmente remotas (IR), a oferta de atividades remotas e presenciais (RP) e a oferta de atividades integralmente presenciais (IP), em diferentes proporções, dependendo das especificidades de cada curso e respeitando o teto de ocupação de espaços da Universidade.

Considerando o exitoso processo de monitoramento e avaliação do ERE, a Câmara de Graduação também instituiu um Grupo de Trabalho, com representação de servidores docentes e técnico-administrativos e de discentes, para conduzir o processo de avaliação e monitoramento do EHE, de acordo com diretrizes definidas pela Câmara de Graduação e pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da UFMG. Esse processo envolve diversas etapas e prevê ações em diferentes níveis, incluindo ações desenvolvidas pelos docentes e estudantes, no nível da atividade acadêmica curricular, no nível dos cursos, sob responsabilidade dos Colegiados de Cursos de Graduação e Núcleo Docente Estruturante (NDE), e no nível da Universidade, conduzido pela Câmara de Graduação em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação (CPA). O objetivo é oferecer dados, contribuir para melhorar práticas, sempre em ação reflexiva e crítica e conforme a cultura de autoavaliação da UFMG. Considerando que o segundo período letivo de 2021 terminará em 25 de fevereiro de 2022, o processo ainda está em andamento e pretende-se divulgação de resultados preliminares no término do período letivo. No entanto, é possível adiantar que aproximadamente 70% dos 91 cursos de graduação da UFMG ofertaram, em diferentes proporções, atividades utilizando o formato integralmente presencial (IP) ou o formato que integrava atividades remotas e presenciais (RP). Os cursos relacionados às Ciências da Saúde contabilizaram a maior concentração e atividades presenciais, seja no formato IP ou RP. Nesses cursos, 43% das turmas tiveram aulas presenciais, representando um apoio importante aos serviços de saúde do município. Em função de dificuldades relacionadas à infraestrutura e condições de biossegurança, em torno de 30% dos cursos de graduação mantiveram, em 2021/2, atividades exclusivamente no formato integralmente remoto (IR).

Programa Integração Docente

O Programa Integração Docente foi instituído em abril de 2020 com o objetivo de apresentar as principais ferramentas e metodologias utilizadas pelo ensino a distância à comunidade acadêmica e responder à demanda de formação dos docentes, discentes e servidores técnico-administrativos da UFMG para atuação no ERE. O Programa,

coordenado pela Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino (Giz) da Prograd, pelo Centro de Apoio à Educação a Distância (Caed) e pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), envolve a participação de diversos órgãos e instâncias da UFMG, como a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), Centro de Comunicação da UFMG (Cedecom), Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), Coordenadoria de Assuntos Comunitários (CAC), que reuniram as suas competências para oferecer, aos professores da Universidade, fóruns, oficinas, cursos, webinários e outras ações virtuais de apoio ao uso de tecnologias digitais no ensino.

O Programa promoveu, no período de junho de 2020 a dezembro de 2021, 24 fóruns online, sendo 10 realizados em 2021, e 11 webinários para toda comunidade da UFMG e público externo interessado. Também foram publicados, no site do Programa, diversos tutoriais e guias, na maior parte elaborados por docentes da UFMG. Entre os guias, destaca-se, em 2021, o documento elaborado pelo Grupos de Trabalho instituído pela Câmara de Graduação com diretrizes e orientações sobre o Ensino Híbrido Emergencial na UFMG (2021).

O Programa Integração Docente consolidou-se como um espaço de formação, diálogo e troca de experiências, em sintonia com uma ampla apropriação de recursos tecnológicos no ensino e de novas práticas pedagógicas pela comunidade acadêmica no contexto do ERE e do EHE. Diante disso, o Programa passa a ser contínuo e integrado ao calendário escolar e promoverá, em cada período letivo, momentos para fortalecimento da cultura de autoavaliação, planejamento e trabalho coletivo no cotidiano das unidades acadêmicas, articulando professores, estudantes e técnico-administrativos em educação (TAEs).

Cabe destacar que o Programa Integração Docente foi uma das boas práticas reconhecidas pelo Ranking de Universidades Empreendedoras (RUE) 2021, promovido pela Confederação Brasileira de Empresas Juniores – Brasil Júnior. O Programa foi contemplado como referência em metodologia de ensino.

Outras ações de formação para docentes e discentes da UFMG, desenvolvidas pela Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino da Prograd - GIZ

A Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino da Prograd - GIZ tem a missão de desenvolver, de forma inovadora, colaborativa e contextualizada, uma rede de práticas

educativas, flexíveis e personalizadas de diferentes áreas do conhecimento, promovendo a formação de sujeitos autônomos. No período de 2018 a 2021, o GIZ reestruturou suas atividades com o objetivo de atualizar, aprimorar e ampliar sua capacidade de atendimento.

Nesse contexto foi criado o LabDocências/PROGRAD/UFMG, que é um espaço institucional e um conjunto de ações orgânicas de natureza científica que articula ensino, pesquisa e extensão de forma interdisciplinar. Implementado em 2021, o LabDocência traz um repertório diversificado de possibilidades formativas. Nele foi incorporado o Percurso Formativo em Docência do Ensino Superior, ação estruturante desenvolvida pelo GIZ desde 2008, mas também foram criadas outras ações e assessorias pedagógicas com o objetivo de oferecer apoio acadêmico para o desenvolvimento político-pedagógico de processos que compreendam a concepção, o planejamento, a implementação, a avaliação e a reformulação de percursos formativos para docentes e discentes, com vistas a ampliar as estratégias de mediação da aprendizagem e a colaborar para a constituição de uma rede de compartilhamento de experiências educacionais no âmbito da universidade. O público prioritário dessas ações engloba docentes e estudantes da pós-graduação da Universidade.

No âmbito do LabDocências, foram ofertadas, em 2021, 150 vagas para cinco oficinas, sendo 30 vagas para cada uma delas. Os temas abordados foram: Avaliação e aprendizagem significativa, Elementos da aprendizagem de estudantes, Mapas conceituais, Moodle, Produção de recursos educacionais. Também foram realizados dois encontros temáticos virtuais, contabilizando 133 participantes ao vivo e 1763 visualizações até 24 janeiro de 2021. O 12º Percurso Formativo em Docência do Ensino Superior, com oferta inicial de 50 vagas, contou com 65 participantes, sendo 37 docentes e 28 pós-graduando.

Os Percursos Discentes Universitários (PDU) são um conjunto de atividades anuais, existentes desde o ano 2013, voltadas aos estudantes de graduação, cujo objetivo é o compartilhamento de experiências e ferramentas de apoio à vida universitária. São ofertadas atividades com oficinas com abordagens relevantes para a vida acadêmica como: gestão do tempo, mapas conceituais, introdução à escrita acadêmica, a voz e seus cuidados, jogos digitais e outros. Em 2021, o 10º PDU contou com a participação de 474 estudantes de diversos cursos de graduação da UFMG.

Além do PDU, o GIZ executou, em 2021, diversas ações relacionadas ao contexto da pandemia, como dois eventos virtuais destinados a conversas com os estudantes ingressantes na UFMG – “Conversas com os Calouros”, fornecendo informações sobre normas acadêmicas e acesso aos sistemas e bibliotecas da UFMG. Foram verificadas aproximadamente 1450 visualizações simultâneas no canal do Youtube.

Política Institucional para Projetos de Ensino-Aprendizagem

Em março de 2021, a Prograd lançou a Política Institucional para Projetos de Ensino-Aprendizagem desenvolvidos no âmbito da Graduação. A formulação dessa política é uma das ações prioritárias da Pró-Reitoria, definida em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2018-2023) UFMG. Suas diretrizes foram elaboradas com a participação de representantes docentes de todas as unidades acadêmicas e da Escola de Ensino Básico e Profissional (Ebap), reunidos em um comitê assessor da Câmara de Graduação (Comitê 21). Essa política terá papel central como articuladora dos diversos programas de bolsas e ações já estabelecidos Prograd, indica a relevância dos projetos de ensino-aprendizagem no desenvolvimento da carreira docente e visa fomentar o compartilhamento e a divulgação de experiências dos professores da Instituição.

A primeira ação relacionada a essa Política constituiu-se na oferta de formação, organizada pelo Giz, em parceria com a Diretoria de Mobilidade e Bolsas da Prograd, direcionada a docentes que atuam como coordenadores e orientadores em projetos vinculados ao Programas de Bolsas apoiados pela Prograd e aos docentes que integram o Comitê 21. Cento e quarenta e cinco professores participaram desse primeiro ciclo de formação.

Em dezembro de 2021, foi divulgado para a comunidade acadêmica o novo sistema eletrônico para registro de projetos de ensino-aprendizagem que não são apoiados por Programas de Bolsas da Prograd, uma vez que para estes já existia um sistema específico para submissão e avaliação. A implementação desse novo sistema atende a uma demanda antiga do segmento docente, permitindo que a Universidade conheça esses projetos e disponha de dado para formulação de políticas efetivas para apoio e valorização das atividades desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação.

Programas de bolsas da Prograd

Atualmente, estão vinculados à Prograd nove programas nos quais são aplicados recursos, oriundos do orçamento da UFMG, para o pagamento de bolsas acadêmicas: Programa de Monitoria da Graduação (PMG), Programa de Incentivo à Formação Docente (PFID), Programa Especial de bolsas acadêmicas para Estudantes dos Cursos Noturnos de Graduação (Pronoturno), para o qual foram suspensas as concessões de novas bolsas, Programa de Imersão Docente (PID), Programa de Monitoria do Ensino Técnico (PMET), Programa Ações de Apoio à Graduação, Programa para o Desenvolvimento do Ensino da Graduação (PDEG), implementado, pela primeira vez, em 2020, Programa de Inovação e Metodologias de Ensino (PIME), Programa de Mobilidade Acadêmica - ANDIFES e Mobilidade Intercampi. Deve ser ressaltado que pelo menos 25% dessas bolsas são destinadas à modalidade Ações Afirmativas, que contempla estudantes em situação de vulnerabilidade, como aqueles assistidos pela Fundação Mendes Pimentel (Fump) e ingressantes pelas modalidades de cotas.

Além disso, a Prograd é responsável pela gestão institucional do Programa de Educação Tutorial (PET-MEC), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa Residência Pedagógica, vinculados ao Ministério da Educação.

A Tabela 1 mostra o total de bolsas acadêmicas implementadas, pela Prograd, ao longo dos últimos anos. Salienta-se que, apesar das restrições orçamentárias sofridas especialmente nos últimos três anos, houve esforço para manutenção no número total de bolsas ofertadas. Deve ser destacado, também, que o número de bolsas implementadas, nos anos de 2020 e 2021, em alguns programas foi inferior ao planejado, pois em função das dificuldades relacionadas à pandemia, alguns projetos não conseguiram implantar todas as bolsas concedidas.

O PALEG tem como princípio apoiar a estruturação de laboratórios para o ensino de graduação, visando estimular e consolidar ações inovadoras que contribuam significativamente para a qualidade e para a melhoria do ensino nos cursos de graduação da UFMG.

Tabela 1 - Histórico do quantitativo de bolsas para 7 programas da Pró-reitoria de Graduação– 2008 a 2021

PROGRAMA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PROGRAMA DE MONITORIA DA GRADUAÇÃO - PMG (Formação Transversal e Licenciaturas)	--	398	501	603	498	677	922	929	960	960	861	768	761	769	663	625
PROGRAMA DE INOVAÇÃO E METODOLOGIA DE ENSINO - PIME (GIZ)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	22	22
IMERSÃO DOCENTE - PID	--	--	--	--	--	40	40	40	40	40	30	30	30	30	40	40
PROGRAMA DE MONITORIA DO ENSINO TÉCNICO - PMET	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	30	30	30	30	30	30
PROGRAMA PIFD e PDEG - MESTRADO E DOUTORADO	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	132	122	133	68	88	92
PRONOTURNO	44	84	136	192	240	300	328	332	348	348	312	296	108	55	9	3
PET - MEC	--	112	116	120	120	120	168	168	168	168	168	168	168	168	168	168
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - PDEG GRADUAÇÃO	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	81	85
TOTAIS	44	594	753	915	858	1137	1458	1469	1516	1516	1533	1414	1230	1120	1101	1065

Programa de Apoio a Projetos Estruturantes de Laboratórios para o Ensino de Graduação – PALEG

A primeira edição do Programa ocorreu em 2018 e o desenvolvimento das propostas teve início em 2019. Foram contempladas 22 propostas, selecionadas por meio de chamada interna, vinculadas a 17 Unidades Acadêmicas e às diversas áreas do conhecimento. O total de recursos financeiros alocados para a Chamada foi de aproximadamente R\$2.800.000,00 e cada projeto recebeu apoio de até R\$200.000,00. Além do apoio financeiro, destinado principalmente à compra e manutenção de equipamentos, os coordenadores dos projetos contemplados participaram de um programa de assessoria pedagógica desenvolvido pela Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino (GIZ).

Em 2021, foi feita consulta aos diretores de unidades e chefes de departamentos acadêmicos para mapear a atual infraestrutura laboratorial da Universidade. O objetivo do levantamento, o primeiro realizado com essa finalidade, foi fornecer subsídios à Câmara de Graduação para as diversas ações de fomento implementadas pela Prograd.

Para o mapeamento, foram considerados apenas os laboratórios de ensino de graduação, ou seja, os espaços sob responsabilidade dos departamentos ou unidades onde são ministradas aulas práticas ou desenvolvidos projetos de ensino, sob orientação de

professores orientadores, para integralização de créditos. O levantamento reuniu informações de 74 dos 96 departamentos da UFMG. De acordo com as respostas, foram identificados 330 laboratórios de ensino da graduação, nos quais são ofertadas 814 atividades acadêmicas curriculares. Desse total, 51% são da área de Ciências da Vida, 27%, de Humanidades, e 23%, de Ciências da Natureza.

Considerando os dados desse levantamento, em 2021, foi lançada a segunda Chamada Interna para o PALEG. Considerando o contexto do ERE e do EHE, dois novos objetivos foram incluídos no Programa que passou a apoiar propostas que se propusessem a contribuir para a ampliação da oferta de atividades acadêmicas curriculares que façam uso de tecnologias digitais de informação e de comunicação (TDIC) e estimular a integração entre cursos, docentes de diferentes áreas do conhecimento e estudantes. Nessa chamada foram apoiados, até o momento, 10 projetos submetidos por Unidades Acadêmicas distintas, contemplando as diversas áreas do conhecimento. O total de recursos financeiros alocados foi de aproximadamente R\$ 1.617.000,00 e cada projeto recebeu apoio de até R\$185.000,00.

III.3.2 - Ensino de Pós-Graduação

Estrutura do Sistema de Pós-Graduação da UFMG

Os cursos de Pós-Graduação que compõem o Sistema de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais são oferecidos nos níveis de Doutorado, Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional, referenciados e avaliados externamente como cursos da modalidade *stricto sensu*. O Sistema de Pós-Graduação conta ainda com cursos de Especialização, referenciados na modalidade *lato sensu*, sem avaliação externa.

Em 2017, foram aprovadas pelo CEPE Ações Afirmativas na Pós-Graduação da UFMG que foram implementadas nos editais de seleção a partir de 2018. Em 2021, ingressaram na pós-graduação da UFMG por meio de ações afirmativas 180 mestrandos e 80 doutorandos, selecionados por meio das vagas disponibilizadas para pessoas negras. Ingressaram ainda, por meio de editais suplementares com vagas reservadas, sete

candidatos indígenas, como alunos de Mestrado, e 11 candidatos portadores de deficiência, sendo nove alunos de Mestrado e dois alunos de Doutorado.

Atualmente, os cursos na modalidade *stricto sensu* com sede na UFMG estão agrupados em 90 Programas de Pós-Graduação, que envolvem 69 cursos de Doutorado, 79 cursos de Mestrado Acadêmico e 11 cursos de Mestrado Profissional.

Em 2021, havia oito cursos de Mestrado Profissional em funcionamento com sede na UFMG, entre eles o Mestrado Profissional Ensino de Biologia (PROFBIO), em rede nacional, envolvendo 18 instituições de ensino superior de todas as regiões brasileiras, tendo a sede na UFMG. A UFMG participa ainda de três cursos de Mestrado Profissional em rede com sede em outras instituições (PROFARTES, PROFLETRAS, PROFEF), configurando um crescimento expressivo ao longo da última década.

Entre os cursos de Doutorado, é alto o viés de excelência. Na última avaliação quadrienal da CAPES compreendendo o período de 2013 a 2016, 17 PPGs obtiveram nota 7, configurando 21% do total de PPGs avaliados na Instituição; 17 PPGs obtiveram nota 6, correspondendo a 21% do total de PPGs; 21 PPGs obtiveram nota 5, equivalente a 26% do total de PPGs. Juntos, os PPGs com notas 5, 6 e 7 da UFMG somam 68% do total de PPGs avaliados na Instituição. São números que situam a UFMG em posição de destaque entre as instituições brasileiras de ensino superior. Ademais, os PPGs com notas 5, 6 e 7 estão presentes em todas as grandes áreas do conhecimento na UFMG, garantindo que os níveis de excelência sejam não apenas numerosos, mas que tenham também amplitude disciplinar em todo o espectro acadêmico.

Para além dos cursos avaliados com notas de 3 a 7 pelas CAPES, três outros cursos de Mestrado, aprovados em 2019, receberam o conceito A, indicando apenas aprovação. Notas somente serão atribuídas a esses novos cursos após um novo ciclo de avaliação. São os Cursos de Mestrado em Alimentos e Saúde, Ciências Florestais e Estudos da Ocupação. Com esses três novos cursos, a UFMG totaliza 90 Programas de Pós-Graduação em funcionamento.

A avaliação quadrienal para o período 2017 a 2020, que deveria ter sido realizada em 2021, foi adiada. Espera-se que seja realizada até o final de 2022.

Em 2021, a UFMG contava com 2.773 docentes credenciados em seus Programas de Pós-Graduação, dos quais 2.380 com credenciamento permanente e 393 credenciados como colaboradores para atender 4.197 alunos de Mestrado Acadêmico e 699 alunos de Mestrado Profissional e outros 4.959 alunos de Doutorado Acadêmico.

O número de alunos matriculados na pós-graduação em 2021 aponta um aumento de 22% do corpo discente no Mestrado e de 29% do corpo discente no Doutorado ao longo dos últimos 10 anos.

Em 2021, foram defendidas 1.468 dissertações de Mestrado e 905 teses de Doutorado na Instituição. Cinco teses de Doutorado da UFMG venceram o prêmio CAPES de Teses e outras sete teses de Doutorado da UFMG obtiveram menções honrosas no prêmio CAPES de Teses, edição 2021.

Em 2021, a pós-graduação da UFMG recebeu 39 alunos estrangeiros, sendo 14 alunos no Mestrado e 19 alunos no Doutorado, além de 06 residentes de pós-doutorais estrangeiros.

Por fim, cumpre informar que foi expedido um total de 1.967 diplomas em 2021. Ao todo, foram expedidos 931 diplomas de Mestrado, 631 diplomas de Doutorado e 405 diplomas de conclusão de cursos de especialização.

Fomento Interno aos Programas de Pós-Graduação

Ainda em 2021, em vista da situação de excepcionalidade causada pela pandemia de Covid-19, a PRPG lançou duas chamadas internas de apoio a estudantes de pós-graduação. A Chamada Interna PRPG 05/2021 lançou o Programa de Apoio à Inclusão Digital (PAID) e a Chamada Conjunta PRPG-PRAE-FUMP foi direcionada para o empréstimo de notebooks para fins de inclusão social. Na Chamada Interna PRPG 05/2021, foram contemplados inicialmente 16 discentes. Destes, três discentes foram desligados do PAID por terem conseguido bolsa de estudos ao longo do semestre. Ao todo, 13 discentes foram apoiados ao longo de 2021. Já na Chamada Conjunta PRPG-PRAE-FUMP, foram contemplados 19 discentes que receberam notebooks para desenvolver atividades relacionadas ao ensino remoto emergencial.

Financiamento Externo do Sistema de Pós-Graduação (bolsas e custeio)

A disponibilidade de bolsas que permitam a dedicação integral dos estudantes às atividades acadêmicas é um fator essencial para a constituição de um ambiente propício à Pós-Graduação de excelência.

A UFMG conta atualmente com 1.571 bolsistas de Mestrado e 2.032 bolsistas de Doutorado das agências financiadoras CAPES, CNPq e FAPEMIG, além de 88 pós-doutorandos financiados pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da CAPES. Apesar do número de bolsas de Pós-Graduação na UFMG ser expressivo, apenas 32% dos alunos de Mestrado e 41% dos alunos de Doutorado matriculados em 2021 eram bolsistas.

Em termos de financiamento, o ano de 2021 representou um aprofundamento das incertezas com relação ao financiamento das bolsas de pós-graduação. Houve, mais uma vez, cortes e contingenciamentos de bolsas por parte da CAPES e do CNPq, principais agências financiadoras da pós-graduação na UFMG. Por outro lado, a FAPEMIG descongelou as bolsas de Mestrado e Doutorado em 2021. Essas bolsas puderam ser implementadas para novos alunos.

O CNPq continuou a não permitir a substituição de bolsistas de Mestrado e Doutorado para alguns PPGs. Tal medida aponta na direção da transição do sistema de cotas para o sistema de editais por áreas anunciado em meados de abril pela agência.

Por fim, as bolsas de pós-doutorado da CAPES, incluídas no Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), estão congeladas para novas implementações desde março de 2020. As cotas referentes às bolsas canceladas a partir de então têm sido imediatamente recolhidas. O PNPD segue sem permitir novas implementações. Portanto, as bolsas de pós-doutorado estão diminuindo progressivamente. Os dados estão consolidados na tabela abaixo.

Agência									
	Demanda Social		PROEX		FAPEMIG		CNPQ		PNPD
Nível	M	D	M	D	M	D	M	D	
	402	499	640	899	269	249	260	385	88

*Ações de Internacionalização na Pós-Graduação da UFMG*Programa Institucional de Internacionalização da Pós-Graduação

Em 2021, apesar do impacto causado pela pandemia de Covid-19, foi dada continuidade à execução do Projeto Institucional de Internacionalização da Pós-Graduação (CAPES/PrInt) financiado pela CAPES por meio do Edital CAPES 041/2017. O projeto teve início em 2019 e será desenvolvido ao longo de cinco anos, com previsão orçamentária da ordem de R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) por ano para a UFMG. Cinquenta e sete (57) Programas de Pós-Graduação aderiram à iniciativa e participam do Projeto Institucional de Internacionalização da Pós-Graduação.

Em 2021, foram lançadas as Chamadas Internas PRPG 01/2021 (Doutorado-Sanduiche no Exterior), 02/2021 (Professor Visitante Júnior e Sênior no Exterior), 03/2021 (Professor Visitante do Exterior para atuação na UFMG) e 04/2021 (Recém-Doutores e Jovens Talentos para atuação na UFMG). Nesse grupo de quatro chamadas, houve um total de 190 (cento e noventa) candidaturas aprovadas para recebimento de bolsa, sendo 135 bolsas em direção ao exterior e 55 bolsas para atuação na UFMG. Essas bolsas foram classificadas por nível de prioridade e serão cadastradas no Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios (SCBA) pela equipe da Assessoria de Assuntos Internacionais e Setor de Bolsas ao longo de 2022 para implementação pela CAPES.

Cabe destacar que, em razão das restrições impostas pela pandemia de Covid-19 e pelas alterações de calendário da CAPES, um número expressivo de mobilidades teve a data de início das atividades adiada, não tendo sido iniciadas até o momento

Ainda no âmbito do projeto CAPES/PrInt, a PRPG havia lançado a Chamada Interna 01/2020 para fins de realização de workshops no exterior com instituições de ensino superior estrangeiras. Com apoio por meio de passagens aéreas e diárias internacionais, a Chamada Interna 01/2020 tinha por objetivo de prospectar e consolidar parcerias acadêmicas e fortalecer a internacionalização de atividades de ensino e pesquisa na pós-graduação da UFMG. Três propostas foram selecionadas pelo Grupo Gestor. Contudo, em virtude da pandemia da Covid-19, a realização dos workshops não se viabilizou em 2021. Esses eventos foram adiados para o início de 2022.

Por fim, cumpre registrar que a PRPG submeteu à CAPES em novembro de 2021 o relatório de execução dos primeiros dois anos do projeto institucional de internacionalização da pós-graduação. Os resultados desta avaliação de meio termo estão previstos para fevereiro de 2022.

Processos de titulação simultânea de mestrado e doutorado

No ano de 2021, a tramitação e análise dos processos de titulação simultânea de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado desenvolvidas e concluídas em parceria com instituições estrangeiras continuaram a ser feitos sob a égide da Resolução 16/2019, aprovada pelo CEPE em 14 de novembro de 2019.

Esses processos de titulação simultânea têm duas opções de formalização: 1) convênio geral com uma determinada instituição estrangeira, ao qual estudantes de mestrado e doutorado podem aderir por meio de Termo de Adesão; 2) convênio individual com uma determinada instituição estrangeira para titulação simultânea de um (a) estudante em específico.

O ano de 2021 foi marcado pela tramitação de todos esses processos via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da UFMG, o que garantiu mais celeridade e eficiência na análise dos convênios pela PRPG. De acordo com informações da Diretoria de Relações Internacionais (DRI), em 2021 foram assinados 15 convênios individuais e um convênio geral de titulação simultânea de tese de Doutorado. Esses processos serão concluídos com base nos acordos vigentes.

Em 2021, a Assessoria de Assuntos Internacionais analisou 13 (treze) convênios individuais de titulação simultânea e 2 (dois) convênios gerais de titulação simultânea. Esses processos foram remetidos ao Setor de Convênios da Diretoria de Relações Internacionais (DRI), que é a instância que providencia as assinaturas devidas e conclui os processos.

Reconhecimento de Diplomas obtidos no exterior

Em 2017, o Ministério da Educação - MEC ofertou às instituições de ensino superior brasileira o Sistema Nacional de Revalidação e Reconhecimento de Diplomas. O referido sistema foi desenvolvido conjuntamente pela SESu e pela CAPES para gestão

e controle de processos de revalidação e reconhecimento de diplomas de graduação e pós-graduação obtidos no exterior, tendo como ferramenta facilitadora a Plataforma Carolina Bori (<http://plataformacarolinabori.mec.gov.br/usuario/aceso>).

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi uma das primeiras universidades a aderir e a trabalhar em conjunto com o Sistema Nacional de Revalidação e Reconhecimento de Diplomas. Atualmente a UFMG realiza de forma ágil e consistente ao reconhecimento de diplomas de Mestrado e Doutorado obtidos no exterior, e em algumas oportunidades troca experiências com outras instituições. Diante da nova ferramenta e no intuito de aperfeiçoarmos o processo, a Câmara de Pós-Graduação instituiu a Comissão Permanente de Reconhecimento de Diplomas de Pós-Graduação Stricto Sensu obtidos no exterior (CPRD), órgão colegiado composto por membros das grandes áreas que se reúne mensalmente para analisar a documentação, emitir parecer conclusivo e enviar à Câmara de Pós-Graduação para ciência, análise e decisão final. O lançamento do sistema e a implementação da CPRD conferiram agilidade aos trabalhos e reuniu um banco de dados com informações para o estabelecimento de políticas de internacionalização da educação superior.

Em 2021, foram analisados 309 processos de reconhecimento de diplomas obtidos no exterior, sendo reconhecidos 154 diplomas de Mestrado e 155 diplomas de Doutorado. 46 diplomas de Mestrado e 20 diplomas de Doutorado tiveram seus pedidos de reconhecimento indeferidos.

Autoavaliação da Pós-Graduação stricto sensu

Ao longo de sua trajetória, a pós-graduação na UFMG passou por cinco avaliações institucionais, sendo que a última delas ocorreu em 2006. Nesses últimos 15 anos, houve um crescimento expressivo do sistema de pós-graduação stricto sensu na UFMG e um aumento considerável no número de PPGs com notas 5, 6 e 7, nos extratos superiores da avaliação (atualmente 68% do número total de PPGs na Instituição).

Em vista da necessidade de se realizar uma nova avaliação institucional do sistema de pós-graduação stricto sensu, o CEPE aprovou em 14 de maio de 2019 a elaboração do projeto de autoavaliação da pós-graduação, elaborado por uma Comissão nomeada pela Reitora da UFMG (Portaria nº138 de 16/052019) com um prazo de 90 dias para entrega do projeto. Em 06 de agosto de 2019, o CEPE aprovou na íntegra o projeto de

autoavaliação da pós-graduação. Para fins de condução do projeto, foi instaurada uma Comissão de Avaliação Diagnóstica (Portaria nº240 de 23/09/2019) composta por membros das grandes áreas do conhecimento para conduzir o processo de autoavaliação da pós-graduação. Por sugestão da Comissão de Avaliação Diagnóstica, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação nomeou, por meio da Portaria nº13/2010 de 29/11/2019, um Conselho Consultivo composto por nove docentes representando nove áreas do conhecimento para prestar apoio aos trabalhos da Comissão.

Ao longo de 2021, a Comissão de Avaliação Diagnóstica realizou reuniões periódicas para analisar os dados coletados. A Comissão elaborou 90 relatórios individuais, um para cada Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, nove panoramas das áreas do conhecimento e três grandes panoramas dos Colégios do Conhecimento na UFMG. Foram desenvolvidos quadros e figuras para complementar a visualização das análises apresentadas na forma de dados numéricos e texto. Foi incluída consultoria linguística para análise das questões abertas. A Comissão encerrou a análise dos dados em dezembro de 2021 e concluirá o relatório técnico no início de 2022.

Estrutura dos Cursos de Especialização *lato sensu*

Em 2021, a UFMG ofereceu 55 cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, envolvendo 2.058 estudantes e propiciando uma interação direta com a sociedade através do provimento de cursos de capacitação para profissionais inseridos em serviços das mais diversas áreas do conhecimento. Destacamos os cursos de especialização voltados para a capacitação de professores da rede pública de ensino, os convênios com o SUS para a formação de profissionais da área de saúde e a capacitação de servidores públicos inseridos na gestão.

Com o intuito de aperfeiçoar o funcionamento dos cursos de especialização *lato sensu*, a Câmara de Pós-Graduação decidiu instituir uma Comissão para fazer uma análise diagnóstica desses cursos e propor sugestões de melhoria e fortalecimento. A Comissão nomeada pela Portaria nº 06/2020 de 21/08/2020 analisou a situação da pós-graduação *lato sensu*. Contudo, a Comissão não conseguiu concluir os trabalhos no prazo de 120 dias e solicitou prazo adicional para apresentar relatório com sugestões de uma nova estrutura para os cursos de especialização *lato sensu*.

Reconhecimento de Notório Saber

No ano de 2021, dando continuidade aos trabalhos iniciados a partir da aprovação da Resolução Complementar nº01/2020, tramitaram 24 processos de reconhecimento de Notório Saber. Oito processos tiveram as solicitações de reconhecimento de Notório Saber aprovadas pelo CEPE. As demais solicitações encontravam-se em tramitação no final de 2021.

Estudos Transversais

Tendo em vista o caráter emergente dos estudos transdisciplinares como forma de fortalecimento do sistema de pós-graduação da UFMG, a Câmara de Pós-Graduação, em conjunto com o Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT), propôs ao CEPE estabelecer a modalidade de Estudos Transversais na pós-graduação stricto sensu da UFMG. Essa modalidade, entendida como um conjunto de atividades acadêmicas incluindo disciplinas e pesquisa interdisciplinar com o objetivo de promover uma formação diferenciada e complementar, realizada de forma simultânea por 2 (dois) ou mais cursos de pós-graduação, tem por objetivo abrir novas frentes de atuação na pós-graduação stricto sensu sem que seja necessária a criação imediata de novos PPGs. Em 08 de outubro de 2020, o CEPE aprovou a Resolução 07/2020 que regulamentou o processo de criação de Estudos Transversais na titulação de mestres e doutores na pós-graduação stricto sensu da UFMG. Uma primeira proposta de estudos transversais em Bioengenharia foi aprovada na CPG em dezembro de 2021.

Ações relativas ao Ensino Remoto Emergencial

No ano de 2021, a Pós-Graduação continuou a ter suas atividades impactadas pela pandemia de Covid-19. Em conjunto com comissões locais, nomeadas pelas Unidades Acadêmicas, a Comissão de Acompanhamento do Ensino Remoto Emergencial, nomeada por meio da Portaria nº05/2020, e, a partir de setembro de 2021, a Comissão de Acompanhamento do Ensino Híbrido Emergencial, nomeada por meio da Portaria nº22/2021, passaram a trabalhar em caráter permanente, realizando as incumbências designadas em Portaria. Os relatos das Comissões, feitos regularmente à Câmara de Pós-Graduação ao longo de 2021, apontam para uma condução sem problemas das atividades de ensino remoto e do ensino híbrido emergencial nos cursos de pós-graduação stricto sensu e lato sensu.

III.3.3 – Extensão

1. Consolidação das normativas da extensão

Em 2021, a Pró-Reitoria de Extensão da UFMG aprimorou e consolidou o conjunto normativo relativo à extensão da UFMG e as diretrizes para as atividades de extensão, conforme decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) proferida em 2018. A Resolução nº 04/2021, de 27 de maio de 2021, do CEPE, regulamenta os Cursos de Aperfeiçoamento na UFMG. Mencionam-se quatro regulamentações da Câmara de Extensão do CEPE: a Resolução nº 01/2021, de 28 de Janeiro de 2021, que regulamenta a apresentação de propostas de atividades de extensão na universidade e a respectiva certificação da participação; a Resolução nº 03/2021, de 01 de julho de 2021, que estabelece os critérios e prazos para a apreciação das propostas de Cursos de Aperfeiçoamento pela Câmara de Extensão; a Resolução nº 04/2021, de 01 de julho de 2021, que regulamenta as normas para a formalização da participação de colaborador voluntário externo em atividades de extensão; e a Resolução nº 05/2021, de 21 de outubro de 2021, que estabelece diretrizes para a Política de Avaliação da Extensão da UFMG, visando consolidar os processos de avaliação da extensão para fortalecer sua dimensão formativa, produtora de conhecimento e de transformação social, em diálogo com a comunidade.

Notadamente nos últimos anos, a Proex tem estabelecido diretrizes e normativas voltadas ao fortalecimento das Empresas Juniores (EJs) enquanto instâncias importantes para a promoção da relação dialógica entre universidade e sociedade e para a transformação social. Em 2021, a UFMG obteve a quarta posição no Ranking de Universidades Empreendedoras (RUE), estabelecido pela Confederação Brasileira de Empresas Juniores - Brasil Júnior, que classificou as instituições com base em seis indicadores: capital financeiro, cultura empreendedora, extensão, infraestrutura, inovação e internacionalização. Dentre as quatro práticas reconhecidas da UFMG entre os 175 cases inscritos em edital específico, estão as boas práticas relativas às ações de fomento às atividades de extensão voltadas ao enfrentamento da pandemia da covid-19, as quais foram realizadas conforme os protocolos de segurança sanitária e alcançaram as populações mais vulneráveis à crise.

Nesse contexto de revisão e aperfeiçoamento das normativas da extensão, citam-se duas das medidas voltadas ao aperfeiçoamento da instrumentalização para a gestão da extensão na UFMG. A primeira delas é o avanço na reformulação do Sistema de Informação da Extensão (SIEX/UFMG). A imprescindibilidade de reestruturação do SIEX, plataforma implantada em 2009, deriva em parte da introdução de uma nova regulamentação para os CENEX e para a própria extensão na UFMG. O desenvolvimento do primeiro pacote de atualizações foi feito ao longo de 2021 pela DTI/UFMG em diálogo com a Diretoria de Apoio à Gestão da Extensão (DAGE/Proex). Contemplaram-se 35 dos 70 requisitos propostos e o conjunto das atualizações se encontra na fase final de testes para que seja integrado à versão da plataforma em uso. A segunda é o desenvolvimento e implantação da Certificação Digital para Cursos de Extensão (CEDIEX). A plataforma para a certificação on-line dos cursos de extensão foi desenvolvida em 2021 pela Proex em parceria com a DTI. O CEDIEX é uma resposta à demanda dos CENEX, tendo em vista que a disponibilização de um sistema como o que se apresenta se mostrou essencial para o desenvolvimento das atividades desses órgãos colegiados durante a suspensão das atividades presenciais em decorrência da crise sanitária. O próximo passo é aprimorar a plataforma já em uso para o emprego também no caso dos eventos.

2. Estabelecimento da Política de Divulgação Científica da UFMG

Em 2021, estabeleceram-se as diretrizes para a Política de Divulgação Científica da UFMG, por meio da Resolução nº 02/2021, de 27 de maio de 2021, do CEPE, com o objetivo de expandir o diálogo das ciências e o intercâmbio de saberes com os diversos setores da sociedade, promover a democratização do conhecimento científico e ampliar o reconhecimento da ciência e dos saberes tradicionais como ferramenta para o enfrentamento de questões locais, regionais e internacionais e para a promoção do desenvolvimento social, cultural e econômico. Paralelamente, a Resolução nº 03/2021, de 27 de maio de 2021, do CEPE, criou o Comitê para Discussão e Monitoramento da Política de Divulgação Científica da UFMG (COMDICI), instância com função consultiva relativa à Política de Divulgação Científica da UFMG vinculada à Proex e à PRPq. Meses antes, em 11/02/2021, havia sido lançada oficialmente a Rede de Divulgação Científica da UFMG, cujo objetivo é congrega as várias iniciativas de divulgação científica na universidade, no âmbito da extensão, da pesquisa e do ensino, para fortalecer as ações e construir outras frentes, mediante a identificação de objetivos

comuns, carências, demandas, possibilidades de parcerias e de articulação com setores diversos da sociedade e com as políticas públicas.

3. Criação da Universidade dos Direitos Humanos

Em 11/02/2021, a Proex criou uma nova diretoria denominada ‘Universidade dos Direitos Humanos’ (UDH), cujo objetivo é contribuir com a promoção e defesa da vasta e diversificada agenda dos direitos humanos, por meio da articulação e parceria com as políticas públicas e com distintos órgãos, coletivos e instituições, dentro e fora da UFMG, no contexto de um país marcado por desigualdades, violências e violações. A institucionalização é fruto da consolidação de uma construção coletiva que coloca a universidade em posição de vanguarda, fortalecendo a posição central que a pauta dos direitos humanos ocupa na extensão da UFMG e na transversalidade de suas ações. A UDH surge no bojo de políticas priorizadas nos anos recentes, mediante regulamentações referentes ao respeito aos direitos humanos. A nova diretoria incorporou as Redes Interdisciplinares da UFMG: Rede de Direitos Humanos, Rede de Saúde Mental, Rede Cidades, Rede Cursinhos Populares e Comunitários, Rede Juventude, Rede Saúde - Educação Básica e Programa Participa UFMG Mariana-Rio Doce. As Redes Interdisciplinares são espaços horizontais e interdisciplinares que congregam diversos grupos de pesquisa, laboratórios, instituições e coletivos que pautam o debate sobre direitos humanos em sua transversalidade.

4. Vinte anos de Rede de Museus e Plano de Manejo da Estação Ecológica da UFMG

Em 2021, a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG completou 20 anos de existência, período ao longo do qual se consolidou como referência nacional em gestão de rede de museus universitários. A Rede de Museus, vinculada à Proex, articula políticas e ações de salvaguarda e divulgação do patrimônio universitário. Seus 24 espaços, distribuídos nos campi da UFMG, possuem distintos perfis e dispõem de acervos e coleções constituídos nos mais de 90 anos da UFMG, atrelados a vários campos do conhecimento, cuja diversidade responde a suas funções educacionais, científicas e culturais, como suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Estação Ecológica da UFMG está vinculada à Proex e compõe a Rede de Museus. A EEco-UFMG possui como missão a extensão, o ensino e a pesquisa,

integrados à conservação da biodiversidade e à valorização histórico-cultural de uma área protegida urbana. O espaço se localiza dentro do campus Pampulha da UFMG e possui 114 hectares. É um ecótono entre a Mata Atlântica e Cerrado e abriga um importante patrimônio histórico-cultural referente à história de Belo Horizonte. Oferece aos seus usuários, internos e externos à universidade, espaço para o desenvolvimento de pesquisas e promove atividades de extensão voltadas a públicos diversos, especialmente alunos de diferentes níveis de escolaridade e faixas etárias.

Em 16/03/2021, publicou-se o novo Regimento Interno da EEco-UFMG, por meio da Resolução nº 03/2021 da Câmara de Extensão. O Regimento resulta de análise e reflexão feita ao longo de 2019, 2020 e 2021 em relação à primeira versão do documento de 2015, considerando-se regimentos de outras instituições e legislações diversas sobre gestão de áreas protegidas. Dentre as melhorias, estão a ampliação do Conselho Diretor da EEco, o que garante maior representatividade e contribui para tomadas de decisões mais democráticas, e a criação do Núcleo de Apoio Acadêmico, que possui dentre outras a competência de fomentar e articular atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à atuação da Estação. Ainda em 2021, a EEco elaborou a primeira versão de seu Plano de Manejo. O documento, feito a partir de diversos estudos, incluindo diagnósticos dos meios físico, biológico e histórico-cultural, servirá à gestão e proteção do espaço.

5. Principais atividades de extensão desenvolvidas em 2021

A Proex desenvolveu diversas atividades de extensão de alto impacto social e grande alcance em 2021. Dentre elas, destaca-se o 9º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), realizado entre 08/03 e 11/03/2021 (<https://www.ufmg.br/cbeu/>). O CBEU é amplamente considerado o maior encontro de extensão universitária do país. É realizado bienalmente por instituições públicas de ensino superior (IPES). Em 2021, o congresso foi promovido pela UFMG e pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) em parceria com uma rede de 15 IPES do sudeste do país. Além disso, o evento contou com a colaboração voluntária de cerca de mil participantes, majoritariamente estudantes da UFMG e UNIFAL-MG, na organização do evento, dividida entre monitores de sessões de videoconferência, mediação de chats, gestores de rede, dentre outras funções necessárias para sua plena realização. O tema do evento foi: “Redes para promover e defender os direitos humanos”. Em função do isolamento social relativo à

crise sanitária, o evento foi realizado pela primeira vez no formato on-line, o que implicou em novos desafios em termos de planejamento e organização.

O 9º CBEU alcançou ao todo um público de 6.773 pessoas. A programação abrangeu redes de conversa com apresentação de trabalhos, mesas-redondas, exposição de produtos de extensão, palestras e várias atrações culturais. Para as redes de conversa, foram recebidos 4.278 resumos, dos quais 3.578 foram aprovados e 2.994 apresentados, em 716 sessões virtuais. O processo de avaliação dos resumos envolveu 107 gestores de submissões e 1.222 avaliadores em todo o Brasil. Para a exposição de produtos da extensão em formato de vídeo no site do evento, foram recebidas 145 propostas, das quais 28 foram aprovadas. O processo de avaliação envolveu 3 gestores de submissões e 7 avaliadores. Houve 20 mesas-redondas, abertas à participação de todos os inscritos, dentre as quais citam-se: ‘Direitos humanos e Justiça’; ‘Extensão e a pandemia da Covid-19’; ‘Divulgação científica e extensão universitária’; ‘Saúde mental na universidade’; ‘Políticas afirmativas e de inclusão na universidade’; ‘Meio ambiente e mineração’; ‘Extensão nos currículos; Museus e extensão universitária’; ‘Extensão universitária e políticas públicas’; ‘Relações étnico-raciais e decolonialidade’; e ‘Gênero, sexualidade e diversidade’. O Espaço Paulo Freire, organizado pelo Movimento Estudantil da UFMG e UNIFAL-MG, constitui-se de 2 mesas-redondas, com os temas ‘A luta do movimento estudantil em defesa da extensão universitária’ e ‘O papel da extensão na luta popular pela emancipação: uma homenagem a Paulo Freire’. Dentre as várias atividades artísticas, organizadas em parceria com o 15º Festival de Verão da UFMG, citam-se a ‘Apresentação musical de Titane e Maurício Tizumba’, a ‘Mostra de coros universitários’ e a ‘Mostra de dança #DireitoaCulturaNasQuebradas’.

A conferência de abertura foi proferida por Ailton Krenak, ativista do movimento socioambiental e de defesa dos direitos indígenas, com o tema “Direitos da Terra e de Humanos também”, e a conferência de encerramento foi proferida pelo Prof. Leonardo Boff, com o tema “Direitos Humanos, atuação das Universidades na perspectiva do compromisso social por meio das políticas públicas e respeito à nossa casa comum”. A 9ª edição do evento obteve êxito na realização de todas as atividades propostas e na adequação para o formato on-line. Observou-se ampla participação do público em todas as atividades, com avaliação positiva feita em formulário próprio.

Período: 16/06/2021. A Jornada de Extensão, organizada pela DAGE, constitui-se em espaço de encontro entre extensionistas e interessados. Objetiva a troca de conhecimentos, o estímulo a novas iniciativas e a convergência de ações com temáticas semelhantes, aproximando estudantes, professores, coordenadores, servidores técnicos, representantes das comunidades parceiras nas atividades de extensão e a comunidade externa. A edição de 2021 comemorou os 20 anos do evento e o Centenário de Paulo Freire. O tema foi “Extensão para a autonomia, o diálogo e a esperança”. A transmissão do evento no canal do YouTube da Proex possui até o momento 1.852 visualizações. Site: <https://www.ufmg.br/proex/jornadadeextensaoufmg/>.

24º Encontro de Extensão (30ª Semana do Conhecimento da UFMG)

Período: 25/10 a 29/10/2021. O evento, organizado pela DAGE, integrou a Semana do Conhecimento da UFMG. Seu objetivo consiste em divulgar as atividades de extensão desenvolvidas na universidade e proporcionar o intercâmbio de saberes e conhecimentos entre os participantes, notadamente estudantes bolsistas e voluntários que apresentam seus trabalhos e experiências de relevância acadêmica e social. Selecionaram-se trabalhos alinhados às diretrizes de extensão, tais como indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, interdisciplinaridade e interação dialógica com a sociedade. Nas edições de 2018 a 2021, incorporaram-se, além de programas e projetos, cursos e ações de prestação de serviços como atividades de extensão passíveis de submissão de trabalhos. A inclusão do vídeo como possibilidade na submissão de trabalhos contribuiu para a aproximação das apresentações às formas contemporâneas de divulgação acadêmica. Site: https://www.ufmg.br/semanadoconhecimento/eventos_por_orgao/.

Escola de Inverno - Educação em Direitos Humanos

Período: 30/05 a 30/06/2021. A Escola de Inverno - Educação em Direitos Humanos foi realizada pela Proex, em parceria com a Cátedra Aberta de Direitos Humanos da Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM). O curso, com carga horária de 30h/aula, foi realizado virtualmente. As aulas foram ministradas por docentes de 12 universidades vinculadas à Cátedra da AUGM, localizadas no Brasil, Chile, Bolívia, Uruguai, Argentina e Paraguai. O conjunto dos vídeos das aulas no YouTube da Proex somam até o momento 13.821 visualizações. Foram ministradas ao todo dez aulas. O tema da aula de abertura foi ‘Educação para os direitos humanos na América Latina’.

IX Semana de Saúde Mental e Inclusão Social da UFMG

Período: 17/05 a 21/05/2021. O evento é organizado pela UDH e pela Rede de Saúde Mental da UFMG. Sua finalidade é contribuir para o fortalecimento do debate público sobre o tema. A programação é composta em parceria com movimentos sociais, sindicais, conselhos profissionais e coletivos. Em 2021, o evento teve como tema “Vida: Mutirão de todes” e buscou especificamente contribuir para o fortalecimento da luta antimanicomial e com o debate público sobre a saúde mental em uma perspectiva interseccional por meio de oficinas, palestras, debates, rodas de conversas, vivências e atividades culturais. Site: <https://www.ufmg.br/semanasaudemental2021/>.

2ª Jornada dos Direitos Humanos da UFMG

Período: 9/12 a 10/12/2021. O evento é organizado pela UDH e Rede de Direitos Humanos da UFMG. O objetivo é fortalecer a articulação das ações da universidade no campo dos direitos humanos, em diálogo com outros setores da sociedade, visando a promoção e defesa dos direitos como construção coletiva. Em 2021, o evento teve como tema “Qual UFMG para quais direitos humanos?” A programação contou com palestras, rodas de conversa, conferências e atividades artísticas e culturais. Site: <https://www.ufmg.br/proex/jornadadh/>.

Ciclo de Debates Pré-Jornada de Direitos Humanos da UFMG

Período: Jun./2021 a dez./2021. Encontros mensais organizados pela UDH para promover reflexões sobre o contexto dos direitos humanos na pandemia da covid-19 e preparar a 2ª Jornada de Direitos Humanos.

Série de seminários do Fórum de Cultura Científica da UFMG

Período: 18/05/2021, 29/06/2021, 23/09/2021. Em 2021, a Rede de Divulgação Científica da UFMG em parceria com a Diretoria de Divulgação Científica (DDC/Proex) promoveu três seminários no âmbito do Fórum de Cultura Científica da

UFMG: (1) ‘Museus, saúde mental e controvérsias científicas’; (2) ‘Tecnologia feminista: debates sobre internet, segurança digital e diversidade’; (3) ‘Trabalho, direitos e desafios das pessoas com deficiência’.

Dia Nacional da Ciência

Período: 08/07/2021. A UFMG tem celebrado o dia 8 de Julho - Dia Nacional da Ciência e Dia Nacional do Pesquisador - com eventos diversificados coordenados pela DDC em articulação com o Cedecom e com a Secretaria Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com a exposição do conhecimento produzido na universidade e de temas de impacto nos cenários nacional e internacional. Em 2021, um dos grandes momentos da celebração foi o lançamento oficial da Política de Divulgação Científica da UFMG.

22ª UFMG Jovem

Período: 09/09 a 10/09/2021. A feira da educação básica da UFMG, organizada pela DDC, promove o intercâmbio e a troca de experiências entre a comunidade universitária e os professores e estudantes das escolas das redes pública e privada da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Em 2021, o tema do evento foi “Conhecimentos em diálogo pela vida no planeta”. A UFMG Jovem abrange a ‘Feira da Educação Básica’; a ‘Mostra Educação e Saúde’; ‘Desafio’ (em que os participantes, com base em determinado tema expressam sua criatividade e expõem suas ideias em forma de texto, desenho, vídeo ou áudio); ‘#ExploraUFMG’; ‘Conversa com Cientistas’ (inovação trazida na edição de 2021, o “Conversa com cientistas”, coordenado por membros da Rede de Divulgação Científica e da Comissão Assessora da UFMG Jovem, teve como tema “Natureza, Diversidade, Cultura e Arte”). Outra inovação trazida pela edição de 2021 foi a criação do Instagram da UFMG Jovem e sua utilização como ferramenta de comunicação, com inclusão de acessibilidade nas postagens. Site: <https://www.ufmg.br/ufmgjovem/>

Atualização em Extensão Universitária

Período: 25/08 a 16/12/2021. Curso organizado pela DAGE e ofertado pela primeira vez em 2021 no formato on-line para atender uma demanda antiga dos CENEX e da comunidade acadêmica. Seus objetivos foram capacitar servidores atuantes na gestão acadêmica e administrativa das atividades de extensão em relação aos conceitos, normativas e gestão da extensão na UFMG, assim como fortalecer a dimensão acadêmica da extensão. Ao todo, foram 99 inscritos, com frequência média de 52%. Conjectura-se que a baixa participação tenha sido causada, dentre outros fatores, pelo acúmulo de atividades no segundo semestre de 2021.

Aula Inaugural das Formações Transversais em Direitos Humanos e em Divulgação Científica

Período: 21/10/2021. A Proex promoveu a aula inaugural ‘Teia da vida e (In)sustentabilidades’, ministrada pelo Prof. Othon Leonardos, da UnB, que abriu os trabalhos das Formações Transversais em Direitos Humanos e em Divulgação Científica em 2021. Discorreu-se sobre os paradigmas da sustentabilidade e questões relacionadas aos grandes problemas humanitários e ambientais em escala mundial. Além disso, compartilharam-se reflexões sobre a necessidade de políticas públicas para evitar perdas nos campos cultural, social, ambiental e territorial.

Ciclo de Debates Proex-Prograd sobre a integralização da formação em extensão

Período: 04/11/2020, 14/12/2020, 25/01/2021, 19/03/2021, 13/06/2021. Os eventos reuniram convidados de instituições federais de ensino (Ifes), que compartilharam experiências acerca do processo da integralização da formação em extensão na graduação e do cumprimento da exigência mínima de 10% de atividades de extensão no currículo dos cursos, de acordo com a Resolução 07/18, do CNE, e a Resolução 10/2019, do CEPE. O ‘1º Ciclo de debates PROEX/PROGRAD: Por que integralizar a extensão nos currículos de graduação?’, realizado em 04/11/2020, constituiu a aula inaugural do evento e foi ministrada pela Profa. Olgamir Amancia, Decana de Extensão da UnB, coordenadora do Coex/Andifes e vice-presidente do Forproex. Posteriormente, foram realizados os seguintes eventos: ‘2º Ciclo de debates: Integralização da Formação em Extensão nas Engenharias, Ciências Exatas e Ciências da terra: relatos de experiências’, em 14/12/2020; ‘3º Ciclo de Debates: Integralização da formação em extensão na área de Linguística, Letras e Artes’, em 25/01/2021; ‘4º Ciclo de Debates: Integralização da formação em extensão no Instituto de Ciências Agrárias (ICA/UFMG)’, em 19/03/2021; ‘5º Ciclo de Debates: Integralização da formação em extensão nas Engenharias’, com relatos de experiências, em 13/06/2021.

1º de Seminário de Pesquisa e Extensão da Estação Ecológica da UFMG

Período: 25/02 a 26/02/2021. O Seminário “Oportunidades e desafios para a conservação de áreas verdes urbanas: o exemplo da Estação Ecológica da UFMG”, SIEX nº 204353, serviu à

elaboração em 2021 do Plano de Manejo da EEco-UFMG. No evento, a Proex lançou oficialmente seu novo site (<https://www.ufmg.br/estacaoecologica/>), que abrange um acervo digital que reúne e disponibiliza os diversos trabalhos de pesquisa desenvolvidos no espaço.

6. Números da Extensão

A extensão da UFMG é uma das maiores do país. Conforme dados colhidos no SIEX, a universidade possui atualmente cerca de 3.500 atividades ativas, incluindo programas, projetos, cursos, eventos e ações de prestação de serviços. Das 3.997 atividades desenvolvidas ao longo de 2021, a área da saúde concentra o maior número, 33%, seguida pela área da educação, 22%, e pela área de tecnologia e produção, 16% (Gráfico 3). Em geral, o conjunto das atividades mostra uma boa distribuição entre os campos do conhecimento. A grande maioria dos programas, projetos e ações de prestação de serviços está vinculada simultaneamente ao ensino e à pesquisa (Gráfico 4). A maior parte das atividades, 58,22%, foi desenvolvida em 2021 com o apoio de parceiros. Das 3.997 atividades, 698 (17,46%) possuem vínculo com políticas públicas, 216 (5,4041%) têm vínculo com editais de fomento e 525 (13,13%) estão vinculadas a ambos (Gráfico 5). A extensão na UFMG conta ainda com um corpo de estudantes engajado, associados a diversas áreas do conhecimento e campos de atuação no âmbito da instituição. Nas equipes das ações desenvolvidas em 2021, os estudantes constituíram o maior grupo, 56,30% dos integrantes (sendo 42,38% alunos de graduação e 13,92% de pós-graduação), seguido por docentes, 16,67% (Gráfico 1). Em todos os grupos (estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, docentes, pessoal técnico-administrativo e membros externos), a participação cresceu de 2020 a 2021, sendo que o aumento mais expressivo foi no número de alunos de graduação não-bolsistas, seguidos pelos alunos de graduação bolsistas (Gráfico 1). Em 2021, no contexto restritivo de pandemia da covid-19, as atividades de extensão alcançaram um público total de 1.413.261 pessoas, segundo registro do SIEX, com muitas das iniciativas voltadas ao enfrentamento da crise sanitária mediante uma extensão comprometida com as demandas da sociedade e os desafios enfrentados por ela.

A Proex tem investido na criação e gestão de perfis em redes sociais. Em 2021, o número de inscritos no YouTube alcançou 6.312 pessoas, um crescimento de 112,10% em relação ao ano anterior, que havia fechado com 2.976 inscritos. O número de

visualizações do conjunto dos vídeos do canal chegou a 72.201 em 2021, um crescimento de 47,01% em relação a 2020, que havia terminado com 49.113 visualizações. O Instagram da Proex, criado em 2019, chegou a 31/12/2021 com 272 publicações em um esquema de produção permanente de conteúdo e 10.569 seguidores, mais do que o quádruplo do número de seguidores registrados no período de 01/08/2019 a 08/04/2020, 2.535. O Facebook da Proex teve 698 publicações em 2021 e 7.168 curtidas em 2021. O perfil do Twitter da Proex se consolida a cada dia devido à capacidade informativa, fluida e viral e à atualização diária de novos conteúdos por parte da equipe. Em 2021, foram postadas 561 publicações no Twitter, que alcançou 1.815 seguidores. Mencionam-se como ações relevantes da Assessoria de Comunicação da Proex nas redes sociais em 2021: a) Série de postagens ‘20 anos dos espaços da Rede de Museus’; b) Série de postagens ‘Você Conhece’ de apresentação de atividades de extensão da UFMG; c) Parceria com o Departamento de Comunicação Social da Fafich para a viabilização da série de postagens ‘Pílulas de Extensão’; d) ‘Destaque de Extensão’ no 24º Encontro de Extensão.

O período que compreende os últimos quatro anos, de 2018 a 2021, foi marcado pela diversificação das oportunidades de fomento da Pró-Reitoria de Extensão com vistas à inovação e ao aprimoramento da extensão. No ano de 2021, foram lançados pela Proex 12 editais de fomento ao todo. Dois deles foram financiados mediante captação de recursos junto a instâncias externas à UFMG. Os outros dez foram custeados com recursos próprios da Proex, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMG. Nesse segundo grupo, foram contempladas 322 propostas de atividades de extensão, concedidas 698 bolsas de extensão e investido o valor total de R\$ 3.922.611,61. No mesmo ano, a Proex captou junto a instâncias externas o montante de R\$ 4.244.436,23 para o desenvolvimento de programas, projetos e cursos de extensão.

O edital Fomento de bolsas de extensão para programas, projetos e cursos de extensão (PBEXT) é o principal edital da Proex em montante de recursos orçamentários e em número de propostas atendidas e de bolsas ofertadas. O edital visa, por meio da concessão de bolsas de extensão, estimular a participação de estudantes em programas, projetos e cursos de extensão, buscando contribuir para a sua formação acadêmica e estimular seu espírito crítico, assim como a sua atuação profissional pautada na cidadania, na função social da educação superior e na interação dialógica com a sociedade. O Edital

Proex nº 01/2020 foi lançado em 03/08/2020, para o pleito de bolsas de extensão para o ano de 2021. Das 312 propostas submetidas, 223 (71,47% do total) foram contempladas com bolsas. Das 1.590 bolsas pleiteadas, foram concedidas 632, sendo 493 na modalidade PBEXT (destinada a alunos da graduação) e 139 na modalidade PBEXT Ação Afirmativa (voltada a estudantes enquadrados na classificação socioeconômica da Fump ou que ingressaram na UFMG via sistema de cotas). No edital lançado em 2021 para a obtenção de bolsas para 2022, Edital Proex nº 01/2021, as possibilidades de fomento, historicamente voltadas a programas e projetos, foram ampliadas para abranger também os cursos de extensão. Do total das 305 propostas submetidas, 5 eram cursos, dos quais 2 foram contemplados em resultado preliminar.

Gráfico 1 - Composição das equipes de trabalho das atividades de extensão (2021)

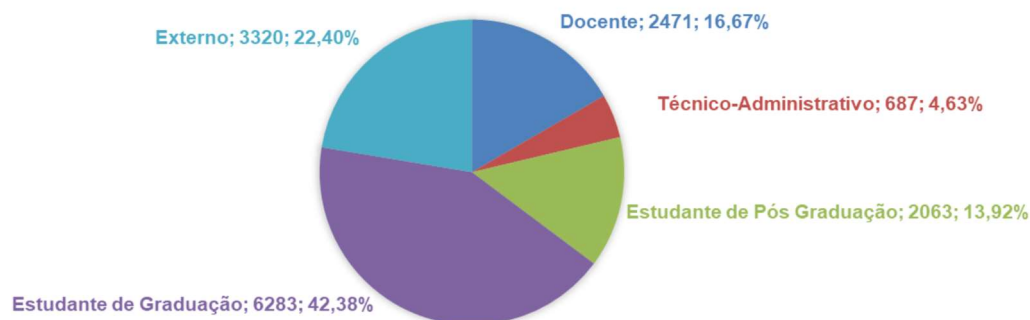


Gráfico 2 - Evolução da participação discente por nível nas atividades de extensão (2009-2021)

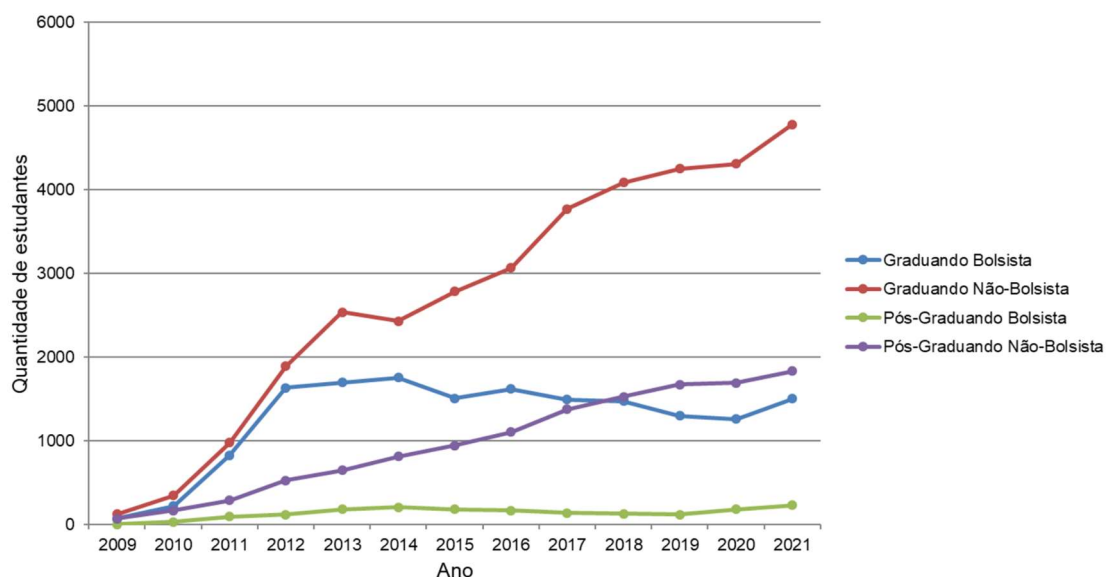


Gráfico 3 - Atividades de extensão por áreas temáticas (2021)



Gráfico 4 - Programas, projetos e ações de prestações de serviços segundo a vinculação com o ensino e a pesquisa (2019-2021)

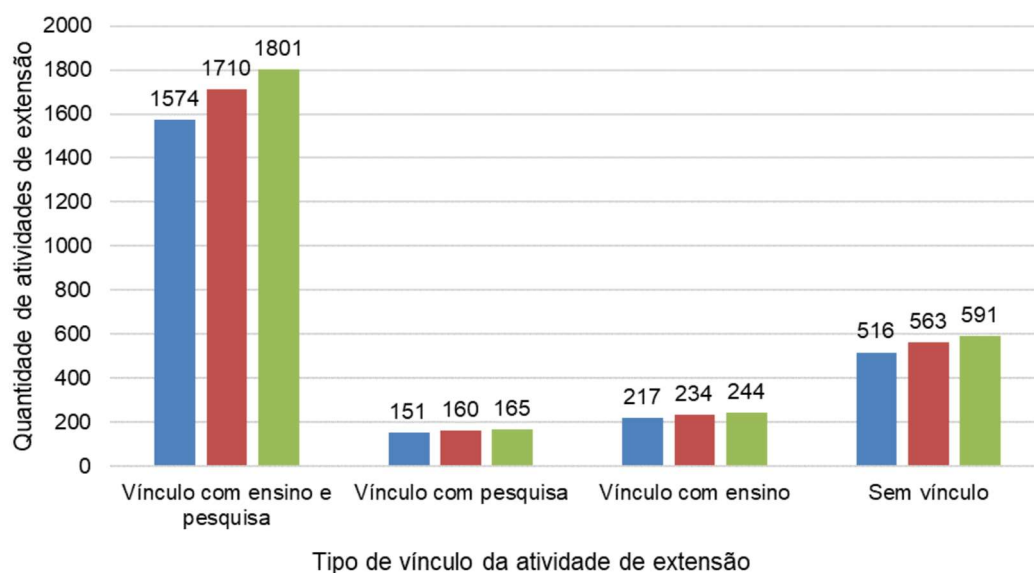
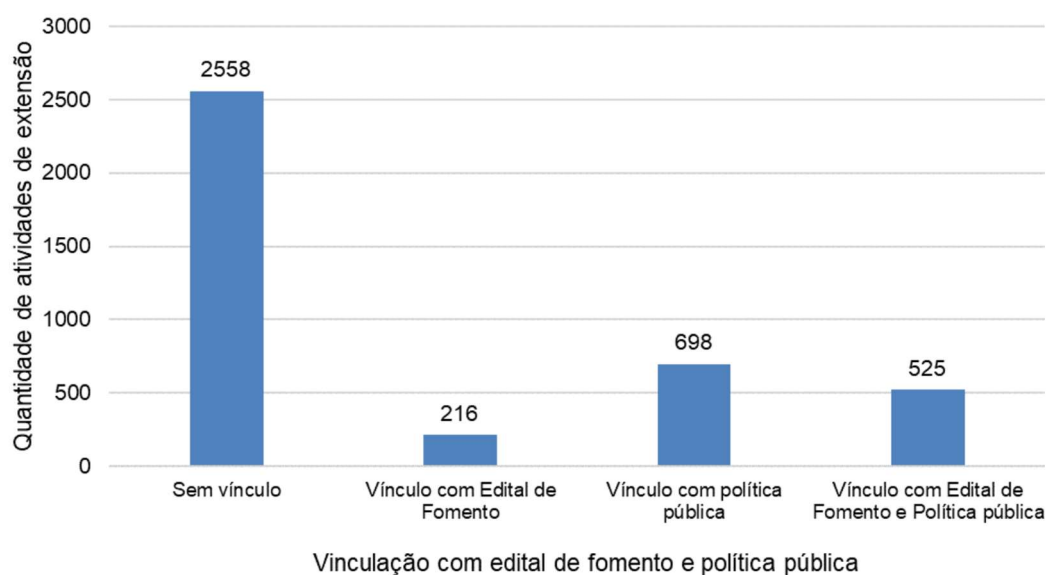


Gráfico 5 - Atividades de extensão segundo a vinculação com editais de fomento e políticas públicas (2021)



III.3.4 – Assuntos Estudantis

Desde sua criação em 2014, a PRAE vem assumindo a responsabilidade de elaborar e coordenar a Política de Assuntos Estudantis da UFMG em três eixos: ações afirmativas, apoio acadêmico e assistência estudantil. Sua realização se dá em parceria com todas as pró-reitorias, com o NAI, com a DRI, com a DAC, com a CAC e com a FUMP.

Política do Eixo Assistência Estudantil:

A PRAE é responsável pela Política de Assistência e Permanência Estudantil da UFMG e a coordena e realiza por intermédio de termos de colaboração estabelecidos com a FUMP, que atua como órgão executor.

A PRAE compreende e pratica a Política de Assistência e Permanência Estudantil como um direito de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e risco social e cultural. Tal Política nasce da consideração da centralidade dos sujeitos e de suas circunstâncias e tem o propósito de garantir-lhes condições materiais e imateriais decisivas para sua permanência em equidade de direitos e de oportunidades, contribuindo

para a redução de desigualdades sociais e a equalização de oportunidades no seu acesso à educação superior pública, prevenindo e evitando a retenção e a evasão acadêmicas.

A Pró-reitoria é responsável e gestora do orçamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil a que estudantes da UFMG têm direito. Há dois Termos de Colaboração estabelecidos com a FUMP em andamento: o de Assistência Estudantil (n. 879527/2018) e o de Alimentação (n. 897480/2020 – Alimentação). É com este orçamento que a Diretoria de Políticas de Assistência Estudantil da PRAE coordena o Programa UFMG Meu Lugar, executado pela Fump, por meio de um conjunto de ações fundamentais para garantir a permanência de estudantes na Universidade: alimentação (nos restaurantes universitários), moradias universitárias, manutenção básica, apoio pedagógico, transporte, inclusão digital, atenção às várias dimensões da saúde, auxílios emergenciais, aquisição de material acadêmico, enriquecimento cultural e expansão da formação acadêmica, lazer, esporte, acesso, inclusão, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência.

Os recursos do PNAES foram reduzidos em cerca de 19% em 2021, o que significa um corte orçamentário superior a 7 milhões de reais, impactando fortemente a realização da política de assistência estudantil da UFMG. A Universidade recompôs este orçamento com recursos próprios. As várias ações realizadas garantiram o direito de mais de 8.000 Estudantes à permanência na Educação Superior, com auxílios diretos. Equivale a dizer que praticamente 1/4 de Estudantes da UFMG está incluída nessa Política, mantida essencialmente com recursos PNAES e complementada com recursos próprios da UFMG.

E aqui é fundamental registrar os resultados da realização desta Política: estes/as Estudantes têm tido rendimento acadêmico igual e mesmo superior àquele de Estudantes não-assistidos/as. Ao mesmo tempo, o índice de evasão de Estudantes Assistidos/as é quatro vezes menor (5%) do que o de Estudantes não-assistidos/as (22%), uma contundente expressão do impacto da Política na redução dos efeitos das desigualdades sociais para a permanência e a conclusão da Educação Superior.

Destaca-se a importante iniciativa para Estudantes do Instituto de Ciências Agrárias, em Montes Claros, qual seja, a continuidade da construção da terceira unidade da Moradia Universitária, com a assinatura de um Termo de Colaboração em que a UFMG/PRAE

firmou o compromisso de garantir recursos para a realização da obra, a ser executada pela FUMP, e prevista para ficar pronta em 2022.

Na organização da Política de Assistência e de Permanência, estudantes de graduação compõem dois grupos. O Grupo 1 é constituído por Estudantes que fazem jus ao conjunto completo de Programas da Política, com direito a auxílios diretos para alimentação, transporte, moradia, manutenção, saúde, dentre outros. O total geral deste Grupo é de cerca de 6.800 Estudantes, posicionados em três níveis de vulnerabilidade (NI, com 4.500 Estudantes; NII, com 900 Estudantes; NIII, com 1.400 Estudantes, aproximadamente).

O Grupo 2 é constituído de Estudantes que fazem jus a auxílios indiretos (alimentação nos Restaurantes Universitários) e aqueles/as que experimentam casos excepcionais de risco pessoal e cultural (cerca de 800 Estudantes). O total do Grupo 2 foi de 2.500 Estudantes.

Em 2021, com a extensão e a continuidade da pandemia, foram mantidos para estudantes assistidos/as todos os auxílios que compõem essa Política. O auxílio transporte - suspenso no período de atividades acadêmicas remotas - foi retomado a partir do segundo semestre, com a adoção do Ensino Híbrido Emergencial. As políticas emergenciais para estudantes durante a pandemia estão detalhadas adiante.

Desde a decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG de adotar o Ensino Remoto Emergencial e, depois, o Ensino Híbrido Emergencial, a PRAE estruturou, com a participação e a colaboração direta do Comitê Permanente de Acompanhamento de Estudantes, um conjunto de políticas emergenciais e articuladas entre si: a política de assistência estudantil; a política de auxílio complementar de alimentação; a política de inclusão digital; e participou da política de cuidados com a saúde mental, em interface com a Comissão Permanente de Saúde Mental da UFMG. Elas são detalhadas a seguir.

Políticas emergenciais para Estudantes durante a pandemia

Experimentamos desde 2020 uma circunstância inédita, uma experiência difícil, uma travessia imprevista – a pandemia que assolou a humanidade desde o início do ano. Tais circunstâncias exigiram a reconfiguração das Políticas da PRAE, visando resguardar

a estabilidade de Estudantes e garantir sua permanência na UFMG durante a travessia tão complexa da pandemia.

Um planejamento emergencial e circunstancial foi elaborado e posto em andamento já em março de 2020, no início da quarentena, e permaneceu durante aquele ano e em 2021, com ajustes e expansões pontuais. A PRAE criou o Comitê Permanente de Acompanhamento de Estudantes, convidando para integrá-lo o Diretório Central de Estudantes, a Associação de Moradores das Moradias Universitárias, o Movimento Universitário de Diversidade e Inclusão, a Associação de Pós-graduandos, a Fundação Universitária Mendes Pimentel, a Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão e a Coordenadoria de Assuntos Comunitários. O Comitê vem trabalhando desde então, propondo e coordenando políticas emergenciais para Estudantes da UFMG, nestes dois anos, expostas a seguir.

a) a manutenção dos auxílios da Política de Assistência e Permanência Estudantil

A UFMG garantiu a seus/suas estudantes assistidos/as os auxílios que compõem a sua Política de Assistência e de Permanência, mobilizando para isso, inclusive, seus próprios recursos, além daqueles oriundos do PNAES. Não o fizesse, e teríamos assistido a um acentuado crescimento da estatística de evasão e de abandono da Universidade;

b) a manutenção do Auxílio financeiro Complementar Emergencial

Desde março de 2020 e em todo o ano de 2021, a UFMG garantiu a todos/as seus/suas estudantes assistidos/as um auxílio financeiro complementar emergencial, com valores diferenciados para os três níveis de vulnerabilidade (I, II e III), ainda que com variação de valores, para que tenham condições de manter-se em estabilidade e assim estar em condições de participar das atividades acadêmicas em andamento, tanto em formato de Ensino Remoto como em Ensino Híbrido, conforme decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o que se justifica pelos motivos expostos a seguir:

- ✓ garantir que tenham condições de se alimentar, em razão da decisão de autoridades municipais de decretar o fechamento de todos os restaurantes universitários, já em março de 2020, em Belo Horizonte e em Montes Claros. Assim, com esse auxílio emergencial objetiva, especialmente, a garantia da alimentação básica de três refeições diárias aos estudantes;

- ✓ cobrir despesas com deslocamentos de suas cidades de origem para os campi da UFMG no momento em que as atividades acadêmicas presenciais que eventualmente tiverem sido retomadas, com aprovação da PROGRAD e do Comitê Geral da UFMG de enfrentamento ao Coronavírus;
- ✓ cobrir despesas com cuidados pessoais emergenciais;
- ✓ cobrir despesas extraordinárias com a realização das modalidades de Ensino Remoto Emergencial e Ensino Híbrido Emergencial, adotadas pela UFMG.

c) o fortalecimento e a consolidação da Política de Inclusão Digital

A Política de Inclusão Digital foi expandida pela UFMG, primeiramente, após a decisão do CEPE de adotar a modalidade Ensino Remoto Emergencial, a partir do segundo semestre letivo de 2020. Depois, em 2021, também para a modalidade Ensino Híbrido Emergencial, que entrou em vigor no segundo semestre letivo, iniciado em 13 de outubro. Esta Política está sendo realizada tanto com recursos oriundos do PNAES como com recursos investidos pela própria UFMG:

- ✓ nas Moradias Universitárias: revitalização e manutenção da internet sem fio para possibilitar a estudantes a realização de atividades acadêmicas em formato remoto;
- ✓ publicação, pela PRAE, em parceria com a Fump, de Chamadas Públicas para Auxílio Inclusão Digital visando a garantia a estudantes assistidos/as das condições adequadas para sua participação em atividades acadêmicas no Ensino Remoto Emergencial.
- ✓

De fundamental importância foi o investimento da UFMG nos cuidados com a saúde mental de Estudantes. A Universidade atuou por intermédio de sua Comissão Permanente de Saúde Mental, da qual a PRAE participa, e da rede de núcleos de escutas das unidades acadêmicas. Estruturou-se o Projeto de Acolhimento à Distância para a comunidade da UFMG, por todos os meios disponíveis (telefone, email e redes sociais) para lhes dar suporte para viver em circunstâncias tão adversas. A PRAE também esteve disponível com sua equipe constituída por Assistentes Sociais, Psicólogas e Pedagoga a todo tempo para acolhimento e escuta de Estudantes, em parceria com os Núcleos de Escuta das Unidades.

Até o mês de setembro de 2021 a UFMG manteve as atividades acadêmicas em formato de Ensino Remoto Emergencial, adotado ainda em agosto de 2020. Então, diante do arrefecimento da pandemia, o avanço na vacinação da população, a adoção de medidas de flexibilização aprovadas por autoridades municipais de Belo Horizonte e de Montes

Claros, a UFMG pode iniciar a cuidadosa retomada de atividades presenciais, com a aprovação, pelo CEPE, da adoção da modalidade de Ensino Híbrido Emergencial, a partir do segundo semestre letivo, em outubro. Diante desta nova circunstância, foram tomadas as seguintes iniciativas:

- a) destinação ao Termo de Colaboração n. 897480/2020 – Alimentação, no segundo semestre letivo de 2021 (de outubro a fevereiro de 2022), do montante de R\$ 520.000,00, medida justificada pela reabertura de algumas unidades dos Restaurantes Universitários (nos campi da Pampulha, da Saúde e do ICA/Montes Claros), e o reinício do programa alimentação com a retomada das atividades nos RUs, o que exige, dentre outras, a contratação de equipes de trabalho e a compra de alimentos para a produção das refeições oferecidas;
- b) publicação de Chamadas da PRAE, em parceria com a Fump, nas seguintes modalidades:

- ✓ Auxílio Emergencial Retorno (até Belo Horizonte ou Montes Claros);

Auxílio em parcela única para estudantes de graduação assistidos/as pela UFMG cujo grupo familiar seja de fora de Belo Horizonte, da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de Montes Claros, em suas despesas com viagem de retorno a Belo Horizonte ou a Montes Claros para participar de atividades presenciais obrigatórias no Ensino Híbrido Emergencial durante o segundo semestre letivo, de 13 de outubro de 2021 a 25 de fevereiro de 2022.

- ✓ Auxílio Transporte (para deslocamento nessas cidades)

Auxílio financeiro a estudantes de graduação assistidos/as pela UFMG regularmente matriculados/as em atividades presenciais no segundo semestre letivo de 2021, no Ensino Híbrido Emergencial (EHE) para custear suas despesas com transporte público nas cidades de Belo Horizonte e Montes Claros.

- ✓ Auxílio Emergencial Alimentação

Auxílio financeiro para custear despesas com alimentação a Estudantes assistidos/as pela UFMG matriculados/as, exclusivamente, em atividades acadêmicas remotas durante todo o segundo semestre letivo de 2021 (que não participam de atividades do Ensino Híbrido Emergencial).

✓ Auxílio para aquisição de Tecnologias Assistivas por Estudantes PCD

Auxílio financeiro a Estudantes com deficiência acompanhados pelo NAI e inseridos/as na política de assistência estudantil da UFMG, regularmente matriculados/as e frequentes no segundo semestre de 2021, prioritariamente em primeira graduação presencial, para aquisição de material acadêmico específico (equipamentos de Tecnologia Assistiva/TA) visando sua acessibilidade e inclusão para a realização de atividades acadêmicas instituídas na modalidade de Ensino Híbrido Emergencial (EHE), no segundo semestre de 2021.

✓ Auxílio Estudantes Indígenas ou Quilombolas (inclusão digital)

Auxílio financeiro a estudantes do campo, indígenas ou quilombolas residentes em sua comunidade, matriculados/as em cursos de graduação presenciais da UFMG, para contratação de serviços de internet, softwares e outros, visando à inclusão digital e realização de atividades acadêmicas remotas e do Ensino Híbrido Emergencial (EHE), no segundo semestre de 2021.

Além destes auxílios, registre-se também que a UFMG, investindo recursos próprios, expandiu sua política de inclusão digital por meio de licitação pública realizada pela Pró-reitoria de Administração que viabilizou aluguel de equipamentos (notebook/desktop) que posteriormente foram emprestados a estudantes de graduação regularmente matriculados/as, garantindo a realização de atividades acadêmicas no Ensino Remoto Emergencial (ERE) e no Ensino Híbrido Emergencial (EHE).

A UFMG também aderiu ao Programa Alunos Conectados, iniciativa do Ministério da Educação (MEC), coordenado pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP), que disponibilizou pacote de dados (cessão de chip de telefonia celular para acesso à internet) para estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em condição de vulnerabilidade socioeconômica, para realização de suas atividades acadêmicas em regime remoto.

Em síntese, com essas políticas indissociáveis – assistência estudantil, auxílio financeiro emergencial, inclusão digital e cuidados com a saúde mental – a UFMG procurou acompanhar seus/suas estudantes assistidos/as para que pudessem fazer essa

travessia tão complexa em condições adequadas de participação nas atividades acadêmicas, mantendo seus vínculos de identidade e de pertencimento à Universidade.

Políticas do Eixo Apoio a Projetos de Estudantes

A Diretoria de Políticas de Apoio a Projetos de Estudantes desenvolve atividades acadêmicas e culturais organizadas com estudantes para favorecer seus encontros e sua sociabilidade, fundamentais para a permanência e o sentimento de pertencimento à UFMG. Seu principal Programa Viver UFMG: programa permanente de hospitalidade de estudantes, e de sociabilidade entre eles e elas: acolhimento, orientação, acompanhamento e encaminhamentos estruturantes para a sua vida universitária, ao longo de toda a sua formação acadêmica, desde o seu ingresso na UFMG, com o registro e a matrícula, até a obtenção de seu diploma profissional.

No segundo semestre de 2021, a PRAE publicou chamada pública de apoio a projetos de estudantes (Chamada PRAE n. 01/2021), em articulação de suas três Diretorias: Políticas de Apoio a Projetos de Estudantes, Políticas de Ações Afirmativas e de Políticas de Assistência Estudantil. A Chamada de Apoio a Projetos da PRAE é um programa de permanência que oferece apoio financeiro a estudantes para proposição e desenvolvimento de projetos acadêmicos, vinculados aos seus cursos de graduação, com vistas ao aperfeiçoamento de percursos formativos. Desde 2016 este programa é desenvolvido, mediante Chamadas específicas, publicadas uma vez ao ano. Nesta edição foram aprovados 26 projetos, nos quais participaram aproximadamente 102 estudantes, com investimentos de R\$ 33.000,00 de recursos próprios da PRAE.

Em 2021 destacam-se também:

- as atividades de acolhimento e recepção a estudantes que ingressaram na UFMG;
- o acolhimento nas Moradias Universitárias;
- a realização do Curso “Pensando a Família Hoje”, no meses de novembro e dezembro, com a participação das equipes da PRAE e da FUMP, e também de Estudantes.

Políticas do Eixo Ações Afirmativas

A Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas coordena projetos direcionados à equidade de direitos e à garantia de efetivas oportunidades educacionais a pessoas cuja experiência é marcada por discriminações e desigualdades que estruturaram a sociedade. Sua atuação envolve os campos material e simbólico, inseparáveis para a afirmação das identidades como algo positivo, motivo de orgulho, em confronto com estereótipos negativos socialmente construídos que restringem as possibilidades de existência e de pertencimento à própria Universidade. Dialogando com grupos historicamente vulnerabilizados, essa diretoria atua na perspectiva do fortalecimento de suas identidades culturais, do respeito à diferença e da busca pelo equilíbrio nas condições de acesso e permanência na Universidade. A partir do Planejamento Estratégico da Diretoria realizado em 2021, foram definidos os eixos principais de atuação: a) formação e informação; b) bem estar e permanência; c) produção de dados e informações; d) percurso-trajetória afirmativa; e) práticas pedagógicas e ensino afirmativo; f) apoio-participação em iniciativas outras instâncias. A partir deles, destacam-se as principais atuações em 2021:

Eixo formação e informação:

produção de conteúdo para as mídias sociais da PRAE: o “Calendário Afirmativo” e o “PRAE Indica”, dando visibilidade a datas importantes e a discussões relacionadas aos destinatários de políticas afirmativas;

Eixo bem estar e permanência:

- realização do Novembro Negro UFMG 2021, com o tema “Vozes e Corpos que se Afirmam”;
- curadoria do Fórum “Superando o Racismo e Transfobia”, realizado em parceria com a Diretoria de Ação Cultural;
- apoio ao Centro de Convivência Negra (CCN), na Fafich, contribuindo para seu processo de institucionalização;
- participação nas Chamadas PRAE n. 01/2021 de Apoio a Projetos de Estudantes focalizados em Ações Afirmativas;

Eixo produção de dados e informações:

- elaboração e execução do projeto “Mapeando Coletividades”, com o qual foram cadastrados cerca de 40 coletivos e grupos de pesquisa que atuam na Universidade;
- participação no Grupo de Trabalho responsável para propor e elaborar novo questionário de informações sobre estudantes ingressantes na UFMG ;

Eixo percurso e trajetória afirmativa:

- desenvolvimento de ações com o setor privado Grupo Stellantis S/A para promover a pós-permanência e implementar um plano de diversidade e inclusão para estudantes da UFMG na empresa;
- celebração de Protocolo de Intenções com a Corporação Quintess, que prevê a oferta de cursos complementares, voltados para estudantes destinatários de ações afirmativas;

Eixo práticas pedagógicas e ensino afirmativo:

participação na Formação Transversal em Relações Étnico-raciais e História da África, colaborando também para o Projeto Pedagógico para a reforma da estrutura curricular desta Formação Transversal.

Eixo apoio-participação em outras iniciativas:

- participação na Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão da UFMG;
- representação da PRAE no Observatório de Políticas de Ações Afirmativas do Fórum Nacional de Assuntos Estudantis e Comunitários (OPA/FONAPRACE);

Participações e colaborações em atividades e eventos:

- Seminários Viver UFMG;
- Recepção de Ingressantes PRAE;
- Festivais de Verão e de Inverno da UFMG;
- Semana de Recepção Negra;

- Semana do Conhecimento da UFMG;
- Mostra Sua UFMG

Seminário de Avaliação da Política de Permanência e Assistência Estudantil da UFMG

Uma realização decisiva ao longo de 2021, a partir de fevereiro, foi o “Seminário de Avaliação da Política de Permanência e Assistência Estudantil da UFMG”, iniciativa da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e do Comitê Permanente de Acompanhamento de Estudantes da UFMG, do qual fazem parte a Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP); o Diretório Central de Estudantes (DCE); o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI); a Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão (CPAAI); a Coordenadoria de Assuntos Comunitários (CAC); a Associação dos Moradores das Moradias Universitárias (AMMU); o Movimento Universitário pela Diversidade e Inclusão (MUDI), a Associação de Pós-Graduandos (APG) e a própria PRAE, que o coordena.

O Seminário teve como objetivo estimular o debate sobre as possibilidades de refinamento e de avanços para a Política de Permanência e Assistência Estudantil da UFMG, aproveitando e considerando, especialmente, a experiência, a presença e a participação de Estudantes em sua elaboração, porque sujeitos desta Política.

A programação incluiu a análise do programa de assistência estudantil, de sua metodologia de avaliação socioeconômica, risco pessoal e cultural, sendo então apresentadas e discutidas proposições para serem incorporadas aos instrumentos de coleta de informações sobre o perfil de estudantes da Universidade.

O Relatório Final do Seminário, com registro de todo o trabalho realizado, foi apresentado ao Comitê Permanente de Acompanhamento de Estudantes, em 30 de agosto de 2021, contendo as proposições aprovadas. Ele permanecerá arquivado na Secretaria da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, disponível para consultas.

Este Relatório foi tomado como referência para a organização e a elaboração do “Documento Orientador da Política de Permanência e Assistência Estudantil da UFMG: princípios, eixos estruturantes, objetivos e estratégia do mapa de perfis”, aprovado ad-

referendum do Conselho de Assuntos Estudantis da PRAE, em outubro de 2021, e arquivado no SEI/UFMG.

Na sequência da realização do Seminário de Avaliação da Política de Assistência Estudantil, e da aprovação deste Documento Orientador, foram organizadas a partir de outubro as Salas de Conversa, para avançar na definição da Política de Permanência e Assistência Estudantil da UFMG, fornecendo aportes para a sua construção coletiva. O desafio, ainda em andamento, é a produção de uma cartografia de perfis de Estudantes da UFMG com ênfase nos suportes para a sua assistência e permanência considerando tanto os programas e as ações que estão em andamento como outros que porventura as circunstâncias e a experiência social exigirem.

As Salas de Conversa são momentos para reflexão sobre a identidade e as características de cada perfil de estudantes e sobre os suportes materiais que garantem a permanência: quais são os mais demandados em cada perfil de Estudantes? Como têm sido acessados, acionados? Quais os limites de acesso e de funcionamento? Como é a agência dos/as Estudantes em relação a esses suportes?

Foram organizadas Salas de Conversas com três universos de participantes: Estudantes; Assistentes Sociais da UFMG e da FUMP, e Gestores/as de outras IFEs. O propósito é o de contribuir para a produção de dois instrumentos constitutivos da Política, ainda em discussão após o Seminário realizado: os verbetes descritivos para cada Perfil de Estudantes da UFMG e a elaboração dos Questionários de Informações de Estudantes da UFMG. Ambos constituirão o ponto de apoio para a composição das estratégias de distribuição dos suportes de permanência e de assistência de acordo com os perfis de Estudantes mapeados. São também imprescindíveis para a reconfiguração do Sistema de Apoio à Tomada de Decisões Sustentáveis usado para orientar a equipe de Assistentes Sociais na avaliação de Estudantes com vistas à sua inclusão na Política de Permanência e Assistência Estudantil da UFMG.

IV – AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE DOS DADOS

A CPA vem avançando na implementação da cultura de autoavaliação contínua na UFMG, através da promoção e/ou da colaboração em processos de autoavaliação considerando-se as várias dimensões, principalmente nas políticas acadêmicas para graduação, pós-graduação e extensão.

A proximidade da CPA com os NDEs dos cursos de graduação é notória e um diferencial da UFMG. A Comissão incentiva o bom funcionamento deste órgão, promove a escuta e compartilha as boas práticas para que sejam replicadas em âmbito institucional. Ações em conjunto e propostas às instâncias pertinentes têm sido encaminhadas.

Pretende-se, cada vez mais, valorizar o NDE pelo seu papel não só de realizar a avaliação do curso sob uma perspectiva eminentemente acadêmica, mas também dados sobre um dos órgãos de maior relevância no âmbito do curso: sobre ele próprio. Criado com a finalidade de realizar a interseção entre a dimensão do corpo docente e o PPC, é ele o órgão que possibilita a criação da identidade do curso e, por conseguinte, do seu reconhecimento em relação aos cursos oferecidos por outras IES.

A implementação do ERE na UFMG mobilizou docentes, estudantes e TAES desde o processo de planejamento ao seu desenvolvimento. A CPA, através do acompanhamento do ERE, socializou experiências e promoveu a discussão do ensino com a comunidade acadêmica que buscou se reunir para enfrentar juntos o desafio do ensino no contexto da Pandemia. A partir do reportado no ERE, foi possível a construção e implementação mais sólida da próxima etapa, o EHE. No momento, uma avaliação do EHE está em curso e as boas experiências poderão ser incorporadas no retorno ao presencial que se dá agora em 2022.

Em relação as avaliações externas, a CPA organiza, anualmente, uma série de eventos para preparação para a próxima edição do Enade 2022, bem como seminários com os cursos que participaram do Enade 2021 para avaliação sobre seus resultados, quando forem divulgados. Também pretende dar apoio aos cursos que estão em processo de renovação de reconhecimento que deverão receber visita, provavelmente no modo virtual, assim como promover a reflexão dos cursos avaliados a partir dos relatórios produzidos pelo Inep.

O estabelecimento, em 2021, de um Comitê Gestor de Acompanhamento de Egressos da UFMG que atuará junto à CPA nesta avaliação constituiu um importante avanço para a avaliação.

Pretende-se trabalhar, como tem sido, de maneira colaborativa com as Pró-reitorias e diretorias, permitindo uma avaliação continuada do PDI, articulando os processos avaliativos de diversos setores e buscando a sistematização dos dados produzidos na Universidade.

A CPA reconhece a necessidade de buscar continuamente aprimorar a qualidade das informações sobre a UFMG e incentivar a participação da comunidade acadêmica na avaliação, construindo uma Política de Avaliação Institucional, de maneira contínua e constante.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação interna ou autoavaliação, no âmbito nas Instituições de Ensino Superior (IES), é realizada pela CPA. Essa comissão prevista e criada para conduzir os processos de avaliação interna da IES, bem como os de sistematização e de prestação das informações relacionadas à avaliação externa solicitadas pelo INEP. Ao acompanhar esses processos avaliativos, a CPA compõe um retrato institucional - Universidade e cursos - em seus relatórios anuais, identificando as dificuldades enfrentadas, analisando e propondo ações e políticas aos órgãos pertinentes. Apenas a partir desse acompanhamento torna-se possível traçar metas para a melhoria permanente dos nossos cursos e a manutenção da UFMG como uma das melhores Universidades do país e do mundo.

A CPA tem realizado uma avaliação continuada do PDI, dialogando com Pró-reitorias e órgãos da administração. O trabalho da CPA tem tido caráter analítico e propositivo, buscando contribuir para a melhoria da instituição, em todos seus aspectos.

Em 2021, o grande desafio do enfrentamento à pandemia de Covid 19 não terminou. A UFMG tem assumido seu papel de informar, transformar, acolher e agir.

Nestes tempos, ressaltamos as palavras da Profa.Sandra Goulart, reitora da UFMG: *“as universidades públicas são fundamentais para que nos tornemos cada vez mais produtivos e inovadores, com uma economia que cresça de forma sustentável e soberana, e nos tornemos um país menos desigual. No contexto de pandemia, a UFMG tem atuado em várias frentes, sempre com base no conhecimento científico. Não se constrói um país sem as universidades, que atuam na formação de pessoas, na pesquisa de ponta e na relação com a sociedade”*.